



HOMENAGEM A

# Maria José Moura

# **HOMENAGEM A MARIA JOSÉ MOURA**

(editores)

Pedro Príncipe

Margarida Vargues

Dália Guerreiro

Susana Lopes

## Ficha técnica

Título: Homenagem a Maria José Moura

Editores: Pedro Príncipe, Margarida Vargues, Dália Guerreiro, Susana Lopes

Revisores: Nélia Sequeira, Paulo J. S. Barata, Manuela Barreto Nunes

Capa: Miguel Mimoso Correia

Design e Paginação: Ricardo Almeida

Data: Setembro 2022

ISBN: 978-972-9067-40-2

A grafia de cada texto deste livro reflete a opção dos autores quanto ao acordo ortográfico.

Edição: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, Lisboa, Setembro 2022

Praça Dr. Nuno Pinheiro Torres, 10A

1500-246 Lisboa

PORTUGAL

editorial@bad.pt

**5** Nota introdutória

**9** Uma biografia de Maria José Moura

**27** Comunicações do Colóquio de Homenagem:  
Inovar com determinação

**51** Testemunhos e entrevistas sobre a vida  
e obra de Maria José Moura

**117** Textos seleccionados de Maria José Moura

**HOMENAGEM A  
MARIA JOSÉ MOURA**

**NOTA INTRODUTÓRIA**



## NOTA INTRODUTÓRIA

Maria José Moura merece várias homenagens e merece que muitos dos seus colegas e amigos se juntem para celebrar a sua vida! Homenagear uma Mulher marcante, testemunhando o legado que deixou na profissão, nas instituições e no país, e contribuindo para pensar a ação das Bibliotecas em Portugal e no mundo e o futuro dos profissionais das Bibliotecas, Arquivos e Informação e Documentação, são os propósitos deste livro e o mínimo que companheiros e companheiras da sua associação profissional BAD poderiam promover.

Este livro, como o título indica, é uma homenagem a uma Mulher cuja vida marcou muitos profissionais em Portugal e a nível internacional. Este projeto começou a ser delineado logo depois de ela nos ter deixado, pela direção da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD) de 2017-2020 e foi continuado pelo atual Conselho Nacional (2021-2023) e materializado pela sua Comissão Editorial.

Com esta iniciativa pretende-se, entre outras razões, manter vivo o espírito de lutadora da homenageada e dar a conhecer às diferentes gerações a sua ação como profissional.

O livro é constituído por uma nota biográfica de Maria José Moura, com redação de Manuela Barreto Nunes, cujo conteúdo é resultado das informações e dados que foi possível recolher. Temos consciência que não esgotámos todas as fontes e certamente que quem se dedica a uma pesquisa mais exaustiva conseguirá acrescentar valor e redigir um estudo ainda mais completo.

Quem a conheceu sabe que foi uma pessoa que optou muito mais pela ação e por deixar obra feita em

detrimento da escrita, no entanto, deixou-nos textos relevantes que versam áreas onde trabalhou ao longo da sua carreira. Foi feita uma seleção de bibliografia, que inclui textos representativos das diferentes décadas do seu percurso profissional, desde as bibliotecas universitárias, ao Conselho Superior de Bibliotecas, das bibliotecas públicas e a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas ao desenvolvimento da profissão de BAD em Portugal.

O riquíssimo conjunto de testemunhos e entrevistas é fruto da colaboração de muitos colegas, a quem agradecemos, que transmitem o sentir individual, mas com pontos comuns entre muitos. Em primeiro lugar, encontra-se o testemunho da família na pessoa do seu sobrinho e afilhado, Luís Moura Paulino e os restantes respeitam a ordem alfabética, quer para os testemunhos, quer para as breves entrevistas realizadas. Procurou-se contactar profissionais de origens e áreas diferentes, muitos estão devidamente representados neste livro, mas a dificuldade em localizar alguns e as limitações de espaço foram fatores que contribuíram para a ausência de muitos, que certamente gostariam de ter participado.

Foi possível reunir um conjunto considerável de fotografias, mas apenas algumas são incluídas no livro, ilustrando os textos. As restantes ficam acessíveis num espaço criado para o efeito no sítio Web da BAD.

Como uma homenagem não se esgota na edição de um livro, foi planeada a organização de um Colóquio, sob o lema “Inovar com determinação”, que é marcado pelo lançamento desta edição no dia da sua realização, 15 de setembro de 2022, pretendendo refletir sobre uma visão estratégica para a afirmação das bibliotecas e discutir o futuro da profissão. O espírito que orientou a sua organização foi o da homenagem, em particular as facetas que a caracterizaram: a sua capacidade sempre presente



de inovar os serviços de informação e a preocupação com os profissionais, que incentivava a lutar pela melhoria dos serviços oferecidos.

A colaboração dos colegas que enriqueceram o conteúdo do Colóquio com as suas comunicações é transposta para o livro com artigos breves que versam os seus dois painéis: “Inovar com determinação nas Bibliotecas – visão estratégica para a afirmação das bibliotecas” e “Inovar com determinação na Profissão – os desassossegos dos profissionais da informação”. A forte adesão dos colegas ao Colóquio foi mais uma forma de homenagear o seu legado, que se testemunhou com grande satisfação.

À família, devemos um sincero agradecimento por toda a colaboração e apoio prestado com o envio de fotografias e informações sobre a vida de Maria José Moura, bem como o entusiasmo com que aderiram às iniciativas propostas ao longo dos meses de preparação.

# **HOMENAGEM A MARIA JOSÉ MOURA**

**UMA BIOGRAFIA  
DE MARIA JOSÉ MOURA**

# Um pouco mais de azul...

## Uma biografia de Maria José Moura<sup>1</sup>

Manuela Barreto Nunes (redatora), Paulo J. S. Barata, Dália Guerreiro, Henrique Barreto Nunes, Margarida Vargues, Pedro Príncipe, Susana Lopes

### Infância e juventude

Maria José Moura nasce em 1937, naquele que é um ano turbulento na Europa e no mundo. França e Inglaterra afadigam-se em baldadas tentativas diplomáticas para conter a expansão alemã e italiana, enquanto se começam a armar para o conflito que se avizinha. Nos Estados Unidos, Franklin Roosevelt assina uma nova versão da lei da neutralidade, que passa a permitir a venda e fornecimento de armas a países em guerra. A 7 de julho, a China invade o Japão. Na URSS, intensifica-se a Grande Purga, quando Estaline ordena a elaboração de «quotas de detenção» dos prisioneiros dos «campos de trabalho», 28% dos quais deverão ser executados de imediato. No Brasil, o golpe de Estado de Getúlio Vargas instaura o «Estado Novo» brasileiro, mais uma ditadura a acrescentar aos ventos autocráticos que sopram pelo mundo.

Por sua vez, em Espanha, a guerra civil está ao rubro, com o avanço das tropas nacionalistas que, a 13 de março, já cercam Guadalajara, obrigando à evacuação da população, depois de, na véspera, terem bombardeado a cidade de Cuenca. Ao mesmo tempo, a cidade-mártir de Madrid é de novo bombardeada, e o diário francês *Le Figaro* intitula assim, de forma ligeira, a sua reportagem sobre a guerra: «O eixo ítalo-alemão faz a volta a Espanha». Um

mês depois, a 26 de abril, os alemães, que fornecem armas e batalhões aos insurgentes, destruirão Guernica, num dos mais cruentos ataques a civis de que há memória, e que Picasso imortalizará num doloroso quadro.

André Malraux, descrito pelo *Le Figaro* como «conhecido orador e comunista», cancela uma conferência numa universidade norte-americana para entrevistar o Presidente Franklin Roosevelt. Anos mais tarde, enquanto ministro da Cultura de Charles De Gaulle, dirá que as bibliotecas são «a encruzilhada onde confluem todos os sonhos da humanidade».

Em Portugal, a julgar pelos jornais, pouco transparece da turbulência de um mundo que avança a passos largos para a Segunda Guerra Mundial. A censura, já oficializada, fazia o seu trabalho de sapa. A quem passe os olhos pelo *Diário de Lisboa*, de 13 de março de 1937, dia do nascimento de Maria José Moura, parece que nada se passa. A modos de manchete, na coluna «Torre de Marfim», no centro da primeira página, disserta-se sobre um livro moralista de Georges Duhamel. Notícias de sociedade, espetáculos e livros inócuos preenchem o resto da página, onde ainda se cita um excerto de um artigo publicado no diário portuense, *Primeiro de Janeiro*, sobre o papel dos colonizadores. No interior do jornal, uma página inteira apresenta as «últimas» sobre a guerra de Espanha. Pela forma como os acontecimentos são relatados, o governo republicano legítimo surge aos olhos do leitor como o insurgente e as tropas franquistas como as representantes da legalidade, atacadas à traição por aqueles que o jornal designa como «os vermelhos». Acompanha o jornal o habitual suplemento literário, publicado aos sábados, quiçá um augúrio para a bebé recém-nascida que às bibliotecas, locais por excelência da presença de livros, dedicará toda a sua vida.

Uma importante novidade literária marca o ano de 1937, com a publicação póstuma do livro *Indícios de ouro*, de Mário de Sá-Carneiro. Nos jornais, há anúncios dedicados às «canetas Rex», à «Refinaria Colonial» e aos «chapéus Pluma». Mas destacam-se claramente os que apresentam os novos aparelhos de telefonia, como o «Rádio Garod», ou o «recetor popular Philips radio». Tal como sempre acontece quando surge um novo «media», no já referido *Le Figaro*, de 13 de março, um artigo de opinião questiona se o livro não estará em perigo devido à rádio.

Em Portugal, sob esse manto de silêncio que os jornais evidenciam, prossegue a consolidação do «Estado Novo», após a aprovação, em 1933, da Constituição e da consagração de António de Oliveira Salazar como chefe do Governo ou, segundo a nova designação, de «Presidente do Conselho». No Alentejo natal de Maria José está ainda bem viva a memória da tragédia de Beja, uma chacina de camponeses pela polícia ocorrida em 1932. A fome e a revolta grassam e, enquanto os grandes proprietários anunciavam nos jornais as herdades que tinham para arrendar, o desemprego sazonal, depois das colheitas de verão e das sementeiras no inverno, tornava-se estrutural. Segundo os censos de 1930 vivem em Évora 35.000 habitantes, dos quais 53% dos homens e 61% das mulheres são analfabetos.

É neste ambiente de nuvens negras pairando sobre o destino do mundo, de miséria escondida e revolta latente que, a 13 de março de 1937, nasce em Évora, na extinta freguesia de S. Mamede, uma das mais antigas da cidade, Maria José Sabino Moura, filha de Tomás António Moura, empresário, e de Vicência Maria Belo Sabino Moura, professora do ensino primário.

Na véspera à noite, lá longe, em Paris, por entre a desgraça da guerra que se anunciava, a Torre Eiffel engalana-se de luzes, num ensaio para a inauguração da exposição mundial, que ocorrerá no dia 1 de maio do ano seguinte. Coincidência feliz mas talvez prenunciadora da mundividência que haveria de caracterizar a personalidade e o percurso profissional de Maria José. Menina inteligente e autónoma, aos seis anos, quando entra na Escola Primária de S. Mamede, «já sabia muito bem ler e escrever» (Moura, 2017a). Cedo revela uma personalidade única, de uma lucidez fulgurante.

No final do ensino primário, ao contrário da maior parte das meninas da sua idade, a quem bastavam as primeiras letras para cumprirem o seu destino de mães e de donas-de-casa, Maria José Moura entra no Liceu Nacional André de Gouveia, onde pontifica um professor que a marcará para a vida, o escritor Vergílio Ferreira. Na mesma altura, mas mais velho e praticamente a terminar o ensino liceal, está o futuro geólogo e paleontólogo António Galopim de Carvalho, cuja figura de colega finalista Maria José recorda com carinho.

Apesar de ser um liceu misto, as raparigas estavam em minoria. Talvez por isso, pelas circunstâncias do tempo em que nasceu e pela necessidade que uma mulher com ambições de independência tinha de provar o seu valor, Maria José Moura tornou-se uma lutadora, conhecida pela persistência com que enfrentava os desafios e pela obstinação com que defendia as suas ideias e os projetos que encabeçava e partilhava.

Por esta época era já uma leitora compulsiva, que ocupava os tempos livres na «encantatória» – palavras suas – Biblioteca Pública de Évora onde, muitas vezes durante a noite, quando o horário da biblioteca abarcava também o período noturno, se «permitia devorar todos

os autores, mesmo os que nem sempre entendesse devidamente» (Moura, 2017a). Nas suas deambulações pela cidade, entre a casa onde morava com os pais e a irmã, seis anos mais nova, o Liceu e a Biblioteca, passaria pelo Jardim Diana onde, pelo menos até ao final da década de 40, ainda subsistia um «portão de abertura e fecho, segundo horas de inverno e de verão» (Carvalho, 2021). Sendo rapariga, numa época em que as meninas se que-riam em casa, não terá frequentado o café Camões, onde os rapazes iam jogar bilhar, mas talvez passasse, de vez em quando, com as colegas ou então acompanhada pela mãe, no moderníssimo café Arcada, inaugurado em 1942, que dispunha de um «balcão de pastelaria e doçaria regional» (Carvalho, 2021, p. 33); neste café, frequentado pela classe média eborense, imperavam os situacionistas, mas nele reuniam-se também alguns opositores ao regime, o que levava a que «andassem por ali, vendo e ouvindo, alguns informadores da PIDE» (Carvalho, 2021, p. 33).

Nascida e criada numa das mais antigas cidades do país, carregada de memória e património, certamente curiosa desde tenra idade, não é de estranhar que, ao terminar os estudos liceais e, mais uma vez numa situação de exceção face ao que era a condição feminina da época – ainda para mais oriunda de uma cidade de província, o que a obrigava a ir viver para Lisboa, longe da casa de família – tenha optado por seguir o curso de Ciências Histórico-Filosóficas, que frequentou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Não conhecemos o ano de ingresso na Universidade, mas sabemos que em 1964 conclui a licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Permanecem obscuras as razões pelas quais troca a academia de Lisboa pela coimbrã, mas é certo em 1965 ingressa no Curso de Bibliotecário-Arquivista, na altura lecionado apenas em

Coimbra. Provavelmente, a condição de licenciada por esta Universidade facilitaria o acesso na pós-graduação, o que realmente viria a acontecer...

Conhecemos a sua tese de licenciatura, intitulada *A talha dourada na arquitetura religiosa em Évora* (Moura, 1964), um trabalho de História de Arte dedicado ao estilo Barroco naquela cidade. Pela introdução ficamos a saber que a autora teve o privilégio de conhecer, em 1960, o prestigiado historiador de arte norte-americano Robert Smith, cuja especialidade em arte portuguesa e arte colonial brasileira nos deu algumas das mais importantes obras sobre o Barroco nacional e, concretamente, sobre a talha dourada, tema de eleição da tese de Maria José. Com Robert Smith, que se havia deslocado a Lisboa para participar no I Congresso Internacional da História dos Descobrimentos, teve a jovem Maria José uma «demorada conversa» que, não sendo já útil para o trabalho que havia concluído, lhe serviu de encorajamento «estímulo e incentivo»; reconhecida, começa logo, na abertura do estudo, por lhe agradecer e responder à pergunta que o eminente professor lhe havia lançado: «Porque escolheu este tema para a dissertação?» (Moura, 1964).

Com 113 páginas escritas sobre uma matéria nova, cujas manifestações, à época, apenas haviam merecido «a atenção concentrada e cuidadoso estudo de alguns historiadores estrangeiros» (Moura, 1964), este trabalho da jovem Maria José parecia augurar-lhe um promissor futuro na área da História de Arte, o que talvez a condu- zisse à Museologia e à eventual frequência do Curso de Conservador de Museu, uma opção natural para quem cresceu no «ambiente desafiante e propício» (Moura, 2017) de uma cidade patrimonial como era Évora. Fosse porque o mesmo não tivesse aberto ou por outra qual- quer razão, o certo é que ela direciona o seu olhar para um

campo diferente, o da Biblioteconomia e da Arquivística, possivelmente, nessa fase inicial, ainda pensando na vertente patrimonial de ambas.

A mesma introdução, curta de três páginas, em que também agradece aos professores Mário Tavares Chicó e Luís Reis Santos, reflete o profundo amor a Évora que a acompanhará durante toda a vida. Sobre a Cidade-Museu, que desejaria mais conhecida e estudada, refere «o misterioso encanto, que atrai qualquer alma sensível à beleza», «a secreta sugestão das sombras do passado, no silêncio dos monumentos, no mistério dos seus pátios, no sortilégio do ar». E termina citando Florbela Espanca:

Évora! Ruas ermas sob o céu  
Cor de violetas roxas...<sup>2</sup>

### **Bibliotecária-Arquivista**

Obtendo em 1965 o diploma de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Maria José Moura ingressa no Curso de Bibliotecário-Arquivista, em outubro desse ano, concluindo-o em 1966. Era frequentado por apenas cinco alunos e, trabalhando em Lisboa, deslocava-se, segundo conta, penosamente todas as semanas para as aulas, sem sequer ter autorização da Câmara Municipal da capital, onde trabalhava (Moura, 2017a). O curso constava de três cadeiras – ou «cadeirões», como se dizia na gíria universitária – Aperfeiçoamento de Paleografia, e Arquivologia e Arquivonomia, ambas lecionadas pelo Padre Avelino de Jesus da Costa, e Bibliologia e Biblioteconomia, lecionada pelo seu «grande mestre», Jorge Peixoto, que, como refere, «tudo me ensinou [...]» (Moura,

2017). Dos condiscípulos, sabemos que foi colega de Maria Luísa Graça de Lemos, alguns anos mais velha, que foi bibliotecária na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e de Maria do Carmo Melícias, que chegou ser responsável pela biblioteca do Instituto de Investigação Médica de Angola.

Enquanto estudava, Maria José já trabalhava. Em 1964 encontramos-a na Repartição de Bibliotecas, Museus e Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, onde desempenha as funções de Catalogadora-Tarefa. Aí permanece até julho de 1966 quando, já Bibliotecária-Arquivista, se transfere para a Secretaria Nacional de Emprego do Ministério das Corporações, para exercer as funções de Conselheira Profissional, durante um ano. Reside, à época, no n.º 129, 2.º andar esquerdo, da Avenida de Roma, em Lisboa, onde permanecerá alguns anos, mudando-se mais tarde, algures durante a década de 70, para o apartamento da Rua Carlos Reis, que conservaria o resto da vida e onde recebeu tantos e tantos amigos.

Em julho de 1967 começa a trabalhar na Universidade de Lisboa onde, apesar de, desde logo, assumir a responsabilidade de dirigir a biblioteca da Reitoria, percorre as várias etapas da carreira: começa como 3.ª Bibliotecária da Secretaria-Geral daquele estabelecimento de ensino superior, em 1972 transita para 2.ª Bibliotecária, e em 1975 para 1.ª Bibliotecária. Em maio de 1980, já depois da Revolução dos Cravos, que festejou com alegria, e reorganizadas as carreiras da Função Pública, é nomeada Técnica Superior de 1.ª Classe. Dois meses depois, assume as funções de Assessora da Reitoria da Universidade de Lisboa e, no final de julho, é publicada em *Diário da República* a sua nomeação como Diretora de Serviços de Documentação e Publicações.

Na fotografia «tipo passe» que consta do seu processo pessoal podemos ver uma jovem bonita, de rosto sereno mas determinado, sem maquiagem, com o cabelo curto, com as pontas ligeiramente voltadas para fora, como era moda nos anos 60, e blusa de decote redondo, sem qualquer adorno. Parece ter os olhos postos no além, quiçá já inventando o futuro.

É já inventando o futuro que exerce o seu trabalho na Reitoria da Universidade de Lisboa, onde finalmente começa a ter condições para satisfazer a sua inquietação intelectual, a sua necessidade de aprendizagem e de intervenção no mundo. Aí, em 1972, o então Reitor, Fernando Carvalho Barreira, autoriza-a a colaborar com a Comissão de Reorganização das Bibliotecas Universitárias recentemente criada, não deixando de referir, no ofício de autorização, uma ressalva reveladora da competência profissional que sempre demonstrou:

Trata-se de funcionária singular nesta Reitoria [...] pelo que me permito solicitar o seu regresso logo que a sua colaboração não seja indispensável.

A Comissão, nomeada pelo Ministro Veiga Simão, iria durar vários anos, mas apenas no período inicial os quatro bibliotecários, que correspondiam «às academias então existentes», puderam usufruir da figura do destacamento. No restante todos trabalharam «muito, em horas extraordinárias sem remuneração, cheios de entusiasmo e ilusões» (Moura, 2017a). Para Maria José Moura foram também tempos de felicidade, em que continuava a aprender com o seu Mestre, Jorge Peixoto, e com muitos e destacados colegas de outras paragens, nas viagens profissionais que teve oportunidade de fazer, no âmbito dos trabalhos do grupo – as primeiras de tantas

que a levariam, e com ela o nome de Portugal, aos quatro cantos do mundo.

Entre outros aspetos, a Comissão estudou «o *ratio* professores/alunos», atendeu «às bibliografias para as distintas Faculdades», criou um plano de estudos para modernizar a formação universitária na área de BAD e preparou o curso de Técnico de Auxiliar de Bibliotecas, que foi testado pela Comissão Organizadora da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) ainda em 1972 (Moura, 2017a). Este curso foi também o primeiro lecionado em Moçambique, no início de 1974, sendo docentes do mesmo os membros da Comissão. No regresso, Maria José Moura foi autorizada a deslocar-se a Angola, tendo permanecido cinco dias em Luanda e aproveitado para conhecer bibliotecas e bibliotecários. Sabemos que manteve, ao longo de muitos anos, relações de amizade com vários bibliotecários angolanos, e que promoveu cursos técnicos de BAD em Angola, da mesma forma que criou condições para a vinda de vários colegas a Portugal, para obterem a necessária formação profissional, infelizmente interrompida pela guerra civil, que viria a ceifar a vida de alguns deles.

Antes, em 1973, ainda em representação da Comissão, participou no seu primeiro Congresso da IFLA, em Grenoble, guardando dessa experiência «excelentes relações com inúmeros colegas e grandes amigos de todos os continentes e latitudes» (Moura, 2017a).

O ano de 73 é também o da fundação da BAD, nascida dos trabalhos, encontros e discussões de um grupo de profissionais que, desde a criação da revista *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, dez anos antes, desenvolvia uma campanha pela dignificação da classe, quer reivindicando a revisão da formação, quer o aumento dos salários, os mais baixos dos funcionários



públicos com licenciatura. Desde cedo envolvida na Associação, cuja comissão organizadora integrou, é, logo no segundo mandato (1976-1977), eleita Presidente da Mesa da Assembleia Geral, função que ocupará até à sua primeira eleição como Presidente do Conselho Diretivo Nacional, em 1982. Sob a sua presidência é adquirido o andar na Rua Morais Soares, em Lisboa que, durante tantos anos, foi o centro da vida associativa e um lugar de formação, encontro e debate para os profissionais.

Como profissional e militante associativa, a luta pela dignificação das carreiras e pela formação será, ao longo de toda a vida, um dos seus campos de batalha, com várias vitórias e alguns reveses, como acontece em todos os combates.

A primeira grande vitória deu-se com a publicação do decreto-lei n.º 280/79, de 10 de agosto, em que, pela primeira vez, são reconhecidas as carreiras do pessoal dos serviços de Biblioteca, de Arquivo e de Documentação. Conhecedor da sua experiência, o Ministério do Ensino Superior e das Belas Artes pede-lhe que elabore a proposta para a aplicação da nova legislação: «mais uma batalha a que me senti obrigada mas que, sem falsa modéstia, consegui vencer» (Moura, 2017a). Podemos, de facto, imaginar a alegria de saber que, graças aos seus esforços, muitas colegas de organismos públicos, já perto da reforma, conseguiriam «saltar um degrau e poder assim reformar-se com um pouco mais de conforto [...]» (Moura, 2017b).

Outra vitória, já durante o período em que presidiu à BAD, foi a publicação do decreto n.º 87/82, de 13 de julho, que consagrava a substituição do desatualizado Curso de Bibliotecário-Arquivista, apenas lecionado na Universidade de Coimbra, pelo novel Curso de Especialização em Ciências Documentais, ministrado, a partir de 1983, nas Universidades de Lisboa e de Coimbra e, a partir de 1985, na do Porto.

Para além disso, já desde 1972 que estavam autorizados os cursos de formação de técnicos-adjuntos, tendo a BAD assumido a responsabilidade «de formar mais de três milhares de técnicos profissionais, até que esses cursos deixaram de ser reconhecidos» (Moura, 2017a). Foi assim possível formar toda uma nova geração de profissionais que, nos anos subsequentes, garantiu a qualidade dos serviços de informação no âmbito das grandes mudanças operadas em todos os tipos de bibliotecas, centros de documentação e arquivos.

A par das bibliotecas públicas, a BAD foi a sua outra grande paixão profissional e nunca, mesmo nos anos em que, por força das funções que desempenhava, se manteve menos ativa, deixou de a defender, promover e acompanhar.

Ao serviço da Universidade de Lisboa, Maria José fará ainda várias viagens: em 1983, com uma equiparação a bolseiro, viaja para os Estados Unidos, onde efetua «um programa de visitas de estudo a bibliotecas e serviços de documentação automatizados e a Universidades com escolas de Biblioteconomia e Ciências da Informação» (Moura, 1983). Nos anos seguintes, continua a correr mundo. De acordo com a coleção de postais de Henrique Barreto Nunes, ainda em 1983 visita Munique, onde se encontra com Jean Tabet, o grande bibliotecário francês que marcou a conceção da Rede Nacional de Leitura

Pública (e que esteve em Portugal, nesse mesmo ano, a convite do Instituto Português do Livro, para falar sobre «Animação de Bibliotecas»); em setembro segue para Washington, também com Tabet; um ano depois, em 1984, também em setembro, é a vez de Amesterdão; e, em agosto de 1985, um novo Congresso da IFLA, desta feita em Chicago.

Envolvida na Comissão do Património, é uma das representantes de Portugal – desde há dois anos membro de pleno direito da Comunidade Económica Europeia – no Plano de Ação «Via Europeia para a Sociedade da Informação», o que a leva, a partir de 1985, a visitar Bruxelas pelo menos duas vezes por ano.

Em 1986, uma nova equiparação a bolseira fora do país permite-lhe participar na 52.ª Conferência da IFLA, em Tóquio, entre 24 e 29 de agosto, sob o prospetivo lema *New Horizons of Librarianship Towards the 21st Century*. Saliente-se que, nesse ano, o encontro satélite da divisão de Bibliotecas Públicas da IFLA realizou-se em Bangkok, durante uma semana, o que terá prolongado a sua deslocação e é testemunhado por postais enviados a alguns amigos<sup>3</sup>; em agosto de 1987 segue para a cidade inglesa de Brighton, onde decorre mais uma Conferência da IFLA, esta sob o lema *Libraries and Information Services in a Changing World*.

Por esta altura, a 4 de agosto, Maria José Moura é nomeada Diretora de Serviços de Leitura Pública do IPLL (Instituto Português do Livro e da Leitura) depois de, no ano anterior, ter sido designada para coordenar e redigir o Relatório do Grupo de Trabalho constituído para lançar as bases de programáticas que levariam à criação da Rede Nacional de Leitura Pública, hoje Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, e que marca aquilo que foi uma

«revolução silenciosa e tranquila» (Nunes, 1998) que mudará para sempre a paisagem cultural portuguesa.

### **A Mãe das Bibliotecas Públicas Portuguesas**

Quando, em meados de 1967, começou a trabalhar na Universidade de Lisboa, Maria José Moura tinha 30 anos. Nessa época, as taxas de analfabetismo eram muito elevadas. Sabe-se, por exemplo, que, em 1970, o analfabetismo literal atingia 25,7 da população (31% nas mulheres e 19,7% nos homens)<sup>4</sup>, sendo o analfabetismo funcional certamente bastante mais expressivo. Quanto à frequência escolar, em 1967 apenas 3,1% da população havia concluído o ensino secundário e, destes, um número ainda mais reduzido frequentava o ensino superior<sup>5</sup>.

Oriunda de Évora, uma das regiões onde a pobreza, as desigualdades sociais e o analfabetismo mais se faziam sentir, Maria José trabalha agora no coração da capital, num contexto universitário, em que a discussão e o questionamento da situação política e social, expressos ou velados, aconteciam, e num ambiente aspiracional, inerente aos jovens e à natureza humana. Com esse pano de fundo, a formação adquirida e o cosmopolitismo decorrente dos contactos e das visitas internacionais percecionam e consolidam a centralidade do papel das bibliotecas públicas no combate ao analfabetismo e às diferentes formas de iliteracia, na promoção da cultura e da aprendizagem ao longo da vida, e no acesso à informação para todos, o que a levaria, em 1987, à coordenação do projeto de rede de bibliotecas públicas. Recorde-se que a razão da visita de estudo que a levou aos Estados Unidos, em 1983, foi conhecer «bibliotecas automatizadas».

Durante as duas décadas que medeiam entre 1967 e 1987, Maria José Moura casou-se, viu o marido passar a

salto a fronteira, como tantos jovens resistentes da época, e divorciou-se. Foi convidada para dirigir os Serviços de Documentação da Universidade Nova de Lisboa, criada em 1973, e, mais tarde, a Biblioteca Nacional: a todos estes convites disse não, porque nenhum a seduziu, além de, talvez com excesso de autocrítica, pensar que lhe faltava ainda experiência. Porém, refere:

Já não resisti ao desafio para coordenar e dirigir o promissor Projeto das Bibliotecas Municipais [...] (Moura, 2017a).

O convite foi-lhe endereçado por Teresa Patrício Gouveia, Secretária de Estado da Cultura. Presidia então ao Instituto Português do Livro (IPL) o escritor António Alçada Baptista. No grupo de trabalho interdisciplinar constituído com o objetivo de conceber as bases de uma política de leitura pública em Portugal trabalharam Maria Teresa Calçada, em representação do IPL, o arquiteto Pedro Vieira de Almeida, e o bibliotecário Joaquim Portilheiro, escolhidos por Maria José Moura; a colaboração de outros colegas, concretamente com Henrique Barreto Nunes, aparece expressamente citada no relatório *Leitura Pública. Rede de bibliotecas municipais*. A este último fica a dever-se o capítulo: *Breve resenha histórica sobre as bibliotecas públicas em Portugal*.

Compreende-se como era estimulante o desafio: com a revolução de 25 de Abril de 1974, a situação das bibliotecas pouco mudara. Um inquérito realizado, em 1981, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e pelo Instituto Português do Património Cultural revela uma situação desoladora no panorama das bibliotecas municipais em Portugal, continuando a Fundação Calouste Gulbenkian a ser a

principal prestadora de serviços de leitura pública no país. As bibliotecas existentes ao nível concelhio apresentam-se com severos problemas de espaço, coleções pequenas e desatualizadas, sem pessoal qualificado e servindo uma parte ínfima da população, sobretudo estudantes, que as procuravam em alternativa ou como complemento às também débeis bibliotecas escolares.

Em 1983, o já referido seminário com Jean Tabet, promovido pelo IPL com a colaboração da BAD, resulta no Manifesto *A leitura pública em Portugal*, redigido por Henrique Barreto Nunes, Luís Cabral e Joaquim Portilheiro, e numa ampla campanha de sensibilização pública para o problema. Este será o ponto de partida para uma inflexão na política de leitura até aí seguida pelo IPL, mais centrada no livro do que na leitura, e o primeiro passo para o lançamento do estudo de que haveria de ser incumbida Maria José Moura.

Maria José fora, de 1976 a 1981, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da BAD. Em 1983, vamos encontrá-la a meio do seu primeiro mandato como Presidente da Direção. Nesse ano, a realização do seminário com Jean Tabet é bem ilustrativa do teor das preocupações profissionais da direção da Associação por si liderada com a promoção e a democratização da leitura. Note-se que vem deste mandato, no quadro da direção nacional, a criação de uma Comissão das Bibliotecas que, no mandato seguinte, se desdobrará em dois grupos, um para as Bibliotecas Universitárias e outro para as Públicas, este último coordenado pelo vogal Joaquim Portilheiro.

O relatório *Leitura pública. Rede de bibliotecas municipais* fica concluído em julho de 1986, três meses depois da nomeação do grupo de trabalho, tal como previa o despacho n.º 23/86, de 11 de março, que apontava ainda para a definição das bases de uma «política nacional



participada de leitura pública», a ser concluída no prazo de oito meses.

Na sequência do mesmo e consubstanciando o alargamento do escopo, do livro para a leitura, é extinto o Instituto Português do Livro e em seu lugar surge o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL), presidido por José Afonso Furtado, para cuja Direção de Serviços de Leitura Pública é convidada Maria José Moura, nomeada a 4 de agosto de 1987, aos 50 anos. Sucessivamente reconduzida, independentemente das várias designações que o Instituto que superintendia a Rede Nacional de

Bibliotecas Públicas (RNBP) foi assumindo ao longo dos vinte anos seguintes, Maria José Moura viveu, a partir daí, imersa na condução dos destinos de uma rede que foi um enorme sucesso nacional e um modelo reconhecido internacionalmente, que teve os seus altos e baixos, que correu riscos sérios de extinção, mas que, graças ao seu esforço e persistência, bem como dos colaboradores que escolheu e a acompanharam e dos profissionais no terreno, é hoje uma conquista indelével do Portugal democrático.

De facto, promulgado o programa de apoio às bibliotecas públicas, através do decreto-lei n.º 111/87, de 11 de março, logo 54 municípios se candidataram, tornando ciclópica a tarefa do recém-criado Departamento de Leitura Pública, onde a Maria José Moura, Teresa Calçada e Joaquim Portilheiro, se junta depois Ana Paula Gordo. Constitui-se assim um grupo que calcorreou o país, debateu com autarcas, arquitetos, construtores civis e bibliotecários, assegurando o cumprimento do programa-base e, em poucos anos, conseguiu que o território continental se fosse cobrindo de bibliotecas municipais modernas, abertas, funcionais, dinamizadas por profissionais, técnicos superiores e técnicos adjuntos formados em cursos de qualidade.

Possuidora de grandes qualidades intelectuais e emocionais, imaginação, persistência e de relação com os outros, líder por natureza, Maria José poderia ter chegado mais alto na sua carreira: convidada várias vezes para dirigir o Instituto onde trabalhava, recusou sempre. Para ela, os projetos coletivos eram mais importantes do que as ambições individuais, e a independência de espírito e ação um valor que muito prezava (Moura, 2017). Como repetidas vezes confessou a amigos, sabia que, no momento em que aceitasse um cargo com relevo político,

arriscava a um posterior afastamento da condução dos destinos da RNBP, seu sonho maior, risco que ela, que tanto ousava, não queria correr.

Mas não podia recusar tudo o que lhe era proposto e, tratando-se de tarefas que exigiam competência e conhecimentos técnicos, acabava por se deixar envolver e entusiasmar: em 1990, poucos anos volvidos sobre o lançamento da primeira política coerente de bibliotecas em Portugal, aceita as funções de adjunta da Subsecretária de Estado da Cultura, Natália Correia Guedes, e, em 1991, assume a coordenação do *Inventário do Património Cultural Móvel*, trabalho de grande fôlego que envolve bibliotecas, arquivos e museus de todo o país. Nesse período consegue conjugar duas das suas grandes paixões, as bibliotecas públicas e o património cultural, que tão bem se quedam com Évora, a sua cidade natal.

Ainda nesse ano de 1991, a BAD alcança nova vitória – a que não terá sido alheio o esforço de concertação de Maria José Moura – com a publicação do decreto-lei n.º 247/91, de 10 de julho, que «aprova o estatuto das carreiras de pessoal específicas das áreas funcionais de Biblioteca e Documentação e Arquivo (BAD)» e que vigorou durante 17 anos, até que o decreto-lei n.º 121/2008, de 11 de julho, extinguiu de uma penada e **com um só diploma** mais de 1700 carreiras e categorias, incluindo aquelas por que tanto pugnaram bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

Na década de 90, é tempo de avaliar a Rede Nacional de Leitura Pública e, quando se assinalavam dez anos sobre a sua criação, Maria José empreende um novo relatório, desta feita com a colaboração de Gabriela Lopes da Silva, Fernanda Eunice Figueiredo, Eloy Rodrigues e Rui Casteleiro. O *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal* (Moura, coord., 1996), de que foi depois

publicado, em 1997, um documento complementar, deu origem a uma reformulação do programa inicial, consubstanciada na própria mudança do nome da rede, que substituiu a expressão «leitura pública» pelo conceito mais vasto de «bibliotecas públicas» e integrou uma nova visão das bibliotecas. Estas, inicialmente concebidas a partir de uma visão marcada pelo exemplo francês, integravam agora outros modelos, atendendo sobretudo à perspetiva aplicada nos países nórdicos, que aliava os espaços arquitetónicos abertos a uma forte vertente social. Não se aborda aqui a história de rede de bibliotecas públicas, sobejamente tratada noutras publicações, mas apenas aquilo que a liga à ação, à forma de agir e à personalidade de Maria José Moura.

Inquieta, insatisfeita, sempre em busca de melhor, sempre visando mais além, Maria José viajou, aprendeu, apreendeu e adaptou o que viu à realidade portuguesa que queria moldar com as suas próprias mãos, ainda que sempre de forma partilhada e generosa...

### **Uma bibliotecária do mundo**

Globetrotter, viajante incansável, são expressões que poderiam ser usadas para caracterizar Maria José. Para o demonstrar, recorremos à coleção do seu grande amigo, Henrique Barreto Nunes, a quem, entre 1983 e 2014, enviou 53 postais, que não esgotam todas as terras por onde passou. Em 1983, na companhia de Jean Tabet, um outro grande amigo, visita bibliotecas públicas em Munique e Washington. Em 1984, Amesterdão. Em 1985, Chicago, para participar no Congresso da IFLA. Em 1986, Bangkok, a que se segue Tóquio, também para o Congresso da IFLA. Em 1987, Brighton, para mais um Congresso

da IFLA, e Londres, onde visita a British Library. Em 1988, Malaca. Em 1989, o Brasil, visitando o Rio de Janeiro e a cidade de Mariana. Em 1990, a Suécia, onde conhece as bibliotecas de Estocolmo. Em 1991, Florença, para uma reunião com editores europeus, e Chawton, no Reino Unido, onde visita a casa de Jane Austen. Ainda nesse ano visita Praga, a caminho da conferência da IFLA, em Moscovo, onde assiste ao «Putsch de Agosto», uma fracassada tentativa de golpe de Estado que visava depor o então Presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, e, por último Stavern, na Noruega, onde visita diversas bibliotecas públicas.

Em 1992, visita Roma. Em 1993, Paris, com a sua amiga, grande bibliotecária e socióloga, Martine Poulain, mas também Chambéry e o Mindelo, em Cabo Verde. Ainda nesse ano, depois de umas férias no Algarve, onde gostava sempre de fazer uns dias de praia, visita Barcelona, terra de dois outros amigos prediletos, Jordi Permanyer, que acompanhou o nascimento e desenvolvimento da RNBP, e Assumpta Bailac; e finalmente El Jem, na Tunísia, de onde escreve preocupada com o projeto da Bibliopólis de Braga (futura Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva). Chega 1994 e a Páscoa é passada em Olinda, no Brasil, país onde semeou amizades e onde também gostava de ir de férias, e Havana, para o Congresso da IFLA, de onde comentava: «a utopia passou por aqui, mas a realidade é agora bem dolorosa».

Em 1995, desloca-se a Istambul para novo Congresso da IFLA, e, em dezembro, encontramo-la de férias em Tenerife, de onde, mais uma vez, incansável na sua preocupação com a RNBP, pergunta pela Bibliopólis. No ano seguinte, em novembro, visita a Ilha de São Tomé, e, no mês seguinte, desloca-se a Cartagena. Ainda em 1996, assiste ao Congresso da IFLA, em Pequim, e, de-

pois, em 1997, em Berlim. Em 1998, encontramo-la em Cleveland, onde fica encantada com a biblioteca pública daquela cidade, e volta a deslocar-se a Cartagena para uma reunião. Passa ainda pelo Cairo, no regresso de uma visita à Biblioteca de Alexandria, e visita Buenos Aires, com as suas belas livrarias sempre abertas.

A lista continua até 2014, data do último postal, e inclui destinos como o Laos, Petra, na Jordânia, a Terra do Fogo, Luanda e um sem número de cidades europeias e americanas, sem esquecer as férias no Brasil... Espanta-se com a biblioteca de Vancouver, passa por Helsínquia e Madrid para as conferências da Napple, marca presença, anualmente, na Conferência da IFLA. Depois de reformada, com crescentes problemas de mobilidade, começa a sentir que já não repetirá alguns destinos: de Nova Iorque escreve, em agosto de 2008, que aquela talvez seja a sua «última viagem aos States», e de Lyon, em 2014, diz que «deve ser a minha derradeira IFLA».

Ao serviço da BAD, mostra-se incansável a organizar visitas de estudo para conhecer bibliotecas e arquivos de toda a Europa. Prepara e estabelece contactos com as entidades oficiais, e as bibliotecas, centros de documentação e arquivos a visitar. No país vizinho, em Madrid, Barcelona, Granada, Sevilha, visita as bibliotecas municipais, provinciais e nacionais, as bibliotecas universitárias, as Escolas de Biblioteconomia, o Arquivo das Índias, o da *Deputación Provincial* de Sevilha. Na Dinamarca, Noruega, Holanda, França, conhece os sistemas de bibliotecas, do topo à base, dos órgãos coordenadores às bibliotecas públicas e universitárias, sem esquecer as escolas de formação de bibliotecários. Em Bruxelas e no Luxemburgo, visita os vários serviços de documentação da Comissão Europeia, de modo a preparar as bibliotecas para a nova caminhada europeia depois da adesão de

Portugal à Comunidade Económica Europeia. O que procurava com estas visitas profissionais? Conhecer as realidades dos outros países, o que havia de mais inovador, quer na área da leitura, quer sobre os «sistemas de automatização de bibliotecas» – de acordo com a terminologia da época –, os sistemas de bibliotecas e arquivos, os órgãos coordenadores nos diversos níveis e também a formação dos profissionais.

Diplomata, não de carreira, mas por temperamento, em todas estas viagens Maria José Moura – «Maria», como era conhecida no estrangeiro – teceu amizades e forjou cumplicidades, promoveu o nome de Portugal e colheu benefícios para as bibliotecas e os bibliotecários portugueses, com os quais partilhou o mais que pôde o conhecimento do mundo e a experiência de vida, permitindo alargar horizontes. Acreditava quer na importância da formação, quer na relevância da experiência de vida e do mundo e sabia que essa era uma conjugação essencial para qualificar os bibliotecários e as bibliotecárias que, no terreno, urdiam a Rede.

Com os colegas da vizinha Espanha organizou, desde o final dos anos 80 e ao longo de muitos anos, os famosos Encontros Luso-Espanhóis de Bibliotecas Públicas, que se realizavam alternadamente em cada um dos países. Com os colegas do Sul da Europa (Espanha, Itália e Grécia) e do Norte (Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia), organiza vários Seminários, de que muitos recordarão uma célebre reunião no Convento da Arrábida, que acolheu os dois encontros, um a seguir ao outro, nos quais os participantes conviveram com a filmagem da obra *O Convento*, de Manuel de Oliveira, em que pontificavam Catherine Deneuve, John Malkovich e Luís Miguel Cintra.

Através dos convénios culturais com diversos países europeus, enviou bibliotecários da RNBP a França, a Inglaterra, à Dinamarca, à Suécia, à Noruega, à Finlândia... Em sentido contrário, por vezes através das associações regionais de bibliotecas, cuja criação estimulou – a Bibliomédia, a Norte (recordemos aqui o papel da sua grande amiga, precocemente falecida, Isabel Sousa) e a Liberpólis, na área metropolitana de Lisboa – apadrinhou a receção, em Portugal, de visitas de estudo e encontros com colegas estrangeiros, atraídos pelo modelo da rede, que aplicava exemplarmente os princípios do Manifesto da UNESCO e que, na década de 90 do século passado, se tornou internacionalmente reconhecido.

O modelo português teve impacto internacional. A prová-lo está a realização, em 1992, em Guimarães, do seminário satélite da conferência anual da IFLA para a revisão do *Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*. E, poucos anos depois, a escolha da Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela, em Vila Verde, para integrar o restrito grupo fundador de uma Rede Internacional de Bibliotecas Modelo, promovida pelo Governo Sueco, o qual, para além da Suécia e Portugal, incluía a Estónia e o Zimbábwe.

Entre nós, Maria José percorre incansavelmente o país para acompanhar o nascimento, o crescimento e a consolidação das bibliotecas da Rede. Desdobra-se: está em reuniões com autarcas e técnicos, participa em quase todas as inaugurações, nos aniversários e nos encontros locais e regionais que se iam pontualmente realizando. Conhece quase todos os colegas. Dotada de uma memória prodigiosa e de uma rara capacidade de demonstrar afeto, sabe os nomes de filhos, mulheres e maridos, pergunta pela saúde, abre portas para outras cumplicidades, para lá das profissionais.

Discutia com calor, mas sabia reconhecer quando se enganava. Bom garfo, apreciadora dos prazeres da vida, conhecia bem os produtos regionais, sabia onde ficavam os melhores restaurantes, pastelarias, livrarias e lojas, em Lisboa ou em Copenhaga, em Paris ou no Rio de Janeiro.

Nos últimos anos deixava os amigos com o coração nas mãos quando decidia ir a conduzir sozinha rumo a alguma terra longínqua, visitar amigos ou alguma biblioteca nova. Para Maria José Moura, a vida era para ser consumida até à última gota.

### **Outras funções, prémios e honrarias E ainda a BAD na glória dos últimos anos...**

No eixo da história da vida de Maria José, não se elencaram todas as funções e cargos que desempenhou. Já referimos que foi adjunta da Subsecretária de Estado da Cultura, Natália Correia Guedes, entre julho de 1990 e outubro de 1991, mas também foi Vice-Presidente do Conselho Superior de Bibliotecas – nomeada pelo titular da pasta da Cultura, por dois anos renováveis – pelo menos desde 1995 e até à sua extinção. Presidiu, também por nomeação, em 1997, do Ministro da Cultura, ao grupo de trabalho responsável pela revisão da legislação relativa ao depósito legal. Foi Delegada Nacional do PGI/UNESCO, responsável pelo *National Focal Point – Tele-matic for Libraries Program* e membro do *Information Society Forum* (Bruxelas). Lecionou em diversos cursos de formação e, na Faculdades de Letras das Universidade de Lisboa e Coimbra, foi docente, em parceria com Henrique Barreto Nunes, da disciplina de Leitura Pública, nos Cursos de Especialização em Ciências Documentais.



Em 1994 foi agraciada, pelo Presidente da República, Mário Soares, com a Ordem do Mérito e, em 1998, por proposta da IFLA, recebeu o Prémio Internacional do Livro – de que muito se orgulhava, por se tratar de um reconhecimento por escolha dos pares e por o partilhar com figuras que admirava, como Václav Havel ou Leopold Senghor.

Já depois de reformada, voltou a acompanhar a BAD mais de perto, num momento particularmente difícil da vida da Associação. Empenhou-se aí em encontrar um grupo forte e coeso para a dirigir, assumindo mesmo a Vice-Presidência durante dois mandatos, entre 2011 e 2017. Foram, novamente, anos de grande mudança para a BAD, em que conviveu e trabalhou de perto com colegas

mais novos, com alguns dos quais criou laços de amizade. Com o seu fulgor habitual, que a idade nunca diminuiu, moveu rios e montanhas, telefonou, contactou e seduziu todos aqueles que acreditava pudessem contribuir para dar nova vida à Associação.

Nos últimos anos antes de nos deixar, viveu momentos particularmente felizes: em 2013, quando comemorou o 40.º aniversário da fundação da BAD, em Coimbra; em 2015, quando se realizou o Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em Évora, sua cidade natal; em 2016, quando se celebraram os 30 anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, primeiro em Lisboa e depois no Porto; em 2017, primeiro na inauguração da remodelada biblioteca do Palácio das

Galveias, em Lisboa, onde foi descerrada uma placa e batizado um jardim com o seu nome; e, meses depois, em Esposende, quando, após muitos anos de interregno, se organizou o 14.º Encontro da RNBP. Aí pôde apreciar uma nova geração de bibliotecários a apresentar projetos e ideias inovadoras e compreendeu que o seu sonho continuava vivo e a ser partilhado. De Esposende, para aflição dos amigos, em especial do José Correia, seu braço direito na Associação, partiu sozinha de carro para Caminha, pois fazia questão de conhecer a nova biblioteca, e nada, enquanto o corpo deixasse, podia limitar o seu desejo de autonomia.

Maria José Moura morreu no dia 2 de novembro de 2018.

Viveu num século conturbado: cresceu durante a Segunda Guerra Mundial, sofreu o peso da ditadura e da guerra colonial, e comungou do sonho da Revolução dos Cravos. Nasceu num tempo em que as mulheres se viam privadas de direitos básicos, mas viu a igualdade de género consagrada na Constituição. Estudou e começou a trabalhar num país com poucas e estioladas bibliotecas, e, graças ao seu esforço, conjugado com o de outros, semeou-o de novas e modernas bibliotecas, hoje equipamentos indiscutíveis em qualquer município. Deixou o país melhor, obra feita, amigos em toda a parte e um exemplo de vida marcado pela solidariedade e pela crença na democracia. Antes daquela que foi a sua última viagem, é assim que a vemos, rebelde, imparável, sempre curiosa, menina que guardava Évora no coração, mulher que não hesitou em partir para o mundo, em busca de um pouco mais de sol, em busca de «um pouco mais de azul»...

<sup>1</sup> Este texto constitui uma aproximação ao percurso de vida de Maria José Moura e destina-se ao livro e ao colóquio em sua homenagem, iniciativas promovidas pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais de Informação. Estamos conscientes do carácter parcelar do mesmo, das lacunas e até de algum menor rigor na interrogação das fontes. Sem tempo útil para uma averiguação exaustiva entendemos nem expender no corpo do texto as nossas dúvidas e perplexidades, nem enxameá-lo de notas que as mostrassem. Seria desejável que no futuro alguém pudesse fazer um trabalho aprofundado e construir uma verdadeira biografia de Maria José Moura. A profissão deve saber criar memória intergeracional e não apenas intrageracional, de modo a construir a sua memória coletiva.

<sup>2</sup> Versos do poema «Évora».

<sup>3</sup> Ver Postais enviados por Maria José Moura a Henrique Barreto Nunes. Arquivo Pessoal Henrique Barreto Nunes.

<sup>4</sup> Ver «Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo». Pordata. <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>

<sup>5</sup> Taxa real de escolarização». Pordata. <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+real+de+escolariza%3a7%3a3o-987-7864> e INE (1968). Estatísticas da Educação. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOES-pub\\_boui=259242542&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOES-pub_boui=259242542&PUBLICACOESmodo=2)

## Fontes e bibliografia

Arquivo da BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação.

Arquivo da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.

Arquivo da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Arquivo da Universidade de Coimbra.

Carvalho, A. G. (2021). Évora, anos 30 e 40. Lisboa: Âncora.

Coleção de postais. Arquivo Pessoal de Henrique Barreto Nunes.

Moura, M. J. (2017a). Alguns apontamentos sobre 50 anos de profissão. *Notícia BAD*. <https://noticia.bad.pt/2017/01/20/alguns-apontamentos-sobre-50-anos-de-profissao/>

Moura, M. J. (2017b). Apontamentos finais sobre 50 anos de profissão. *Notícia BAD*. <https://noticia.bad.pt/2017/01/27/apontamentos-finais-sobre-50-anos-de-profissao/>

Moura, M. J., coord. (1996). *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/424>.

Moura, M. J. (1964). *A talha dourada na arquitectura de Évora*. Tese da Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Nunes, H. B. (1998). A oferta pública de leitura. *OBS.Publicação Periódica do Observatório das Atividades Culturais* (3), pp. 13-15. <https://docplayer.com.br/50596583-A-oferta-publica-de-leitura-1.html>

**HOMENAGEM A  
MARIA JOSÉ MOURA**

**COMUNICAÇÕES  
DO COLÓQUIO DE  
HOMENAGEM:  
INOVAR COM  
DETERMINAÇÃO**

# As premissas e promessas das bibliotecas: comunidade, inclusão e adaptabilidade

Maria Manuel Borges

Universidade de Coimbra, CEIS20  
mmb@fl.uc.pt

Sempre que somos convidados a olhar para o futuro tendemos a visitar o passado e aí frequentemente encontramos inspiração para o construir. Os futuros para que olhamos com maior frequência referem-se a um mundo, real ou imaginado, onde é possível obter toda a informação disponível. São disso exemplo a Biblioteca de Alexandria ou o *Mundaneum*, de Paul Otlet, ou ainda sistemas inteligentes que permitem a sua navegação como o *Memex*, de Vannevar Bush, e o *Procognitivo*, de J.

C. R. Licklider, ambos, de alguma maneira, a antecipar a *World Wide Web* de Tim Berners-Lee.

A tónica destas propostas é a do acesso à informação. Apesar de central, a questão da acessibilidade ao conhecimento, condição básica para o pleno exercício da cidadania, não esgota aquilo que constitui uma biblioteca. A biblioteca não é apenas o conjunto de recursos que oferece, ela propõe-se, antes de mais, como um espaço, um espaço gerador do sentido de comunidade e de inclusão, de dissolução de assimetrias, de vozes e geografias múltiplas, de pluralidade de interesses e de diversidade. É esta heterogeneidade humana, que resulta do duplo exercício de inclusão e de construção de comunidade, a verdadeira face de cada biblioteca, independentemente da sua vocação. Num processo de reinvenção contínua que lhes é pedido ao longo da nossa história humana, as bibliotecas acompanham e antecipam os ritmos que lhes permitem traçar, manter e cultivar a infraestrutura social, pela diversificação de serviços e experiências no interior das paredes do edifício.

A natureza, complexidade e dimensão das múltiplas ameaças que enfrentamos hoje, como as alterações climáticas ou as situações pandémicas, colocando em risco a espécie humana e o próprio planeta, exigem um olhar distinto, plural e prospetivo, ancorado em valores como os de cidadania, equidade, sustentabilidade, participação e colaboração para desenhar o futuro. Neste horizonte de problemas complexos e interdependentes, de amplo espetro e intensidade, torna-se mais densa a teia de relações, das múltiplas relações, que interligam as bibliotecas, os recursos, os espaços e as pessoas e é nela que se joga também a dimensão humana na sua plenitude. Isto significa o ampliar de competências, de encontros necessários com

ritmos de aceleração ou o seu contrário, que refletem as mundividências de cada interlocutor.

A tecnologia digital tem contribuído para estimular uma grande diversidade de práticas e para desafiar os princípios de comunidade e de inclusão. Procura-se ampliar as comunidades, mesmo que geograficamente distribuídas, como resposta à necessidade de inclusão, tanto em múltiplos ritmos, modalidades, formatos e mobilidades, como nos modos e nos temas, todos a contribuem para a questão da acessibilidade e mais ainda para uma experiência rica, frutífera, criativa e crescentemente colaborativa. Para usufruir de todas as possibilidades oferecidas é fundamental ter em conta as assimetrias no acesso à tecnologia, incluindo a de redes, mas também a literacia digital, por ser a primeira chave de abertura ao contexto contemporâneo. A multiplicidade de canais de comunicação, a diversidade linguística e cultural e a pluralidade de recursos semióticos, verbais e não verbais, implicam ‘multiliteracias’, ou múltiplas literacias necessárias para as múltiplas negociações de compreensão e sentido, exigidas por este novo enquadramento. As questões da literacia, nas suas variadas dimensões, incluindo o ambiente académico, serão, assim, centrais no futuro.

Há, pois, uma miríade de aspetos a considerar quando refletimos sobre o futuro da profissão. Em primeiro lugar, os contextos onde as bibliotecas se situam, contextos geográficos, políticos, económicos e culturais que marcam a função social, e fortemente simbólica, que as bibliotecas assumem. Ligadas a espaços concretos simbolizam conhecimento e poder, agregam comunidades – plurais, dinâmicas e multifacetadas – exigindo uma reinvenção contínua dos seus papéis, logo das suas competências e funções.

A torrente de informação em que quotidianamente somos banhados pode conduzir a uma opacidade progressiva, quer de núcleos humanos fundamentais, da família à comunidade, quer de áreas de investigação situadas fora do canal principal da ciência. Em simultâneo, não deixa de se afirmar a emergência de novas comunidades e novos espaços virtuais, também através das redes sociais, como sinal de dinâmicas de socialização. Estas devem ter idêntica expressão em espaços físicos, onde os projetos colaborativos podem ganhar forma, força e expressão, fomentando o conhecimento e a criatividade e promovendo uma maior coesão social. Podemos, assim, esperar a reconfiguração do espaço físico para albergar um leque de atividades amplo, muito além do livro e da leitura.

Com a migração para o universo digital, a biblioteca expande-se, também como ponte, para recursos nado-digitais ou digitalizados, fazendo valer a sua capacidade de infraestrutura e de oferta de serviços, enquanto a sua presença se pode desvanecer nesta penumbra que a tecnologia proporciona. Para se manter visível, deve conseguir vincar a sua presença também no espaço digital, quer por portas que se prolongam a partir do espaço físico, quer pela partilha de espaços e projetos comuns no universo digital. Para a ‘Google generation’ ou para a Geração Z, que têm no Google, no TikTok e no YouTube as suas ferramentas de pesquisa, a mediação oferecida pelas bibliotecas desempenha um papel praticamente irrelevante como ponto de entrada para o acesso à informação. Por isso mesmo, devem as bibliotecas reclamar novos papéis que respondem a novos reptos da comunidade em que se inserem. Tudo isto requer uma enorme adaptabilidade por parte dos profissionais da área à categoria de biblioteca onde exercem a sua função, que tem como tónica

comum esta parceria gerada com cada utilizador e levanta questões sobre o essencial da sua formação.

Não sendo possível antecipar em todos os níveis de formação o que será necessário no futuro, podemos, ainda assim, reconhecer competências nucleares, fundamentais para o exercício da profissão, e outras que podem ser adquiridas ou aprofundadas na necessária aprendizagem ao longo da vida, requeridas pelo contexto operacional concreto. Das primeiras devem fazer parte as dimensões do saber específicas da área de Ciência da Informação, acompanhadas de uma literacia digital robusta, necessárias a um ambiente de crescente integração em equipas interdisciplinares e participação em projetos de natureza complexa, como sejam os de Humanidades Digitais ou de captação de financiamento competitivo, entre muitos outros. Quanto aos saberes e competências não nucleares, serão sobretudo dependentes do tipo e do contexto das bibliotecas, tanto por parte dos profissionais como dos seus públicos. A desejável formação avançada dos profissionais desta área, sobretudo ao nível do doutoramento, será essencial tanto para a afirmação da profissão, como para a importância dos locais onde ela é exercida, pela capacidade de criar projetos apelativos, inovadores e inclusivos.

Em 1965, escrevendo sobre a biblioteca do futuro, Licklider dizia que «o que pensamos e o que planeamos não precisam de ser, e, na verdade, não devem ser, limitados pela interpretação da tecnologia existente». As bibliotecas e os seus profissionais devem no futuro, como hoje, manter este exercício de readaptação contínua, de parceria, de inclusão, de sentido de comunidade, de promoção e desenvolvimento de uma consciência de cidadania, também digital, um espaço de diversidade, criatividade e sustentabilidade baseada na cooperação,

partilha e na exploração e geração de conhecimento para os distintos públicos aos quais se dirigem.

# Bibliotecas

## inquietaas

Zélia Parreira

Biblioteca Nacional de Portugal,  
Biblioteca Pública de Évora, CIDEHUS  
zelia.parreira@gmail.com

Cá dentro inquietação, inquietação  
É só inquietação, inquietação  
Porquê, não sei  
Porquê, não sei  
Porquê, não sei ainda  
Há sempre qualquer coisa que está pra acontecer  
Qualquer coisa que eu devia perceber  
Porquê, não sei  
Porquê, não sei  
Porquê, não sei ainda  
Ensinas-me fazer tantas perguntas  
Na volta das respostas que eu trazia  
Quantas promessas eu faria  
Se as cumprisse todas juntas  
Não largues esta mão no torvelinho  
Pois falta sempre pouco pra chegar  
Eu não meti o barco ao mar  
Pra ficar pelo caminho

*Inquietação*, José Mário Branco

O meu primeiro contacto com a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura foi em 1994, quando li pela primeira vez o documento *Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais: Relatório (1986)*, cuja autoria e trabalho de levantamento e diagnóstico se deve a um grupo de trabalho por ela coordenado. Só uns meses depois desta primeira impressão tive oportunidade de a conhecer pessoalmente, quando entrou numa sala de aula da Faculdade de Letras de Lisboa, onde eu e mais 19 candidatos a bibliotecários recebíamos a formação do Curso de Especialização em Ciências Documentais.

Nessas primeiras impressões marcou-me a inquietação que a conduzia a uma permanente análise crítica da situação no setor, a coragem de identificar os problemas, e a preocupação de delinear caminhos e estratégias, não apenas para os resolver, mas para construir um corpo sólido de bibliotecas, capaz de enfrentar os desafios de uma sociedade, já então, em mudança.

Penso muitas vezes nestas características e procuro fazer regularmente este exercício, aliado a um processo quase cartesiano de questionar tudo, na certeza de que só o conhecimento da realidade crua – e tantas vezes cruel – nos conduz à construção de projetos de crescimento, solidamente alicerçados e capazes de contribuir para a mudança que todos queremos no mundo, através das bibliotecas.

É com base nesta permanente inquietação que me atrevo a formular algumas hipóteses de trabalho para inovar com determinação, numa época em que as bibliotecas parecem ter chegado de novo a uma encruzilhada. A realidade, a sociedade e as comunidades que servimos sofreram alterações inimagináveis há 30 anos. As biblio-

tecas têm tentado, de forma muito desigual e pouco harmoniosa, acompanhar estas mudanças. Porém, fazemo-lo em modo reativo e isso tem-nos custado uma perda de visibilidade e relevância que pode ser irreversível.

Que podemos, então, fazer?

### 1. Planeamento estratégico

Há muitos anos, numa reunião de bibliotecários no Baixo Alentejo, todos seguíamos a Biblioteca de Beja, verdadeiro farol que nos iluminava o caminho. Todos queríamos ter, à nossa escala, os serviços que Beja prestava à sua comunidade e discutíamos formas de convencer os nossos executivos a investir nas nossas bibliotecas para que isso fosse possível. Fomos interrompidos pelo colega Figueira Mestre, que nos disse algo como «Vocês estão a perder tempo a inventar o que já foi inventado. Isto já está feito. Querem fazer nas vossas bibliotecas? Comecem a fazer. Mas não podemos perder mais tempo a pensar nisto. O que deveríamos estar aqui a discutir é **para onde é que vamos agora?**».

Esta é uma das perguntas que se mantém e que deveríamos fazer todos os dias. É tão básica a noção de que precisamos de saber para onde vamos para organizar eficazmente o que estamos a fazer hoje, que até se torna cliché. Mas, pergunto: sabemos?

#### A. A Biblioteca híbrida e sem paredes

Eu, que detesto a grafia adotada pelo AO90, desisti do combate quando percebi que todas as crianças, na escola, estão a aprender de acordo com a nova grafia. É um processo irreversível e consolidado. O mesmo se passa com a relação das novas (e menos novas) gerações de cidadãos face ao ambiente digital. A transição segue o seu curso, mesmo que alguns resistentes continuem a

escrever em papel, a guardar papéis em arquivos pessoais, a imprimir fotografias ou a contactar presencialmente serviços públicos cada vez mais desmaterializados.

De todos os processos associados ao universo impresso, só a leitura subsiste como preferência face ao digital. Os livros continuam a ser objetos apaixonantes, o que os torna necessários e, por isso, comercializáveis. Mas não duvidemos, a transição está em marcha e embora acredite que o livro físico nunca desaparecerá, também sei que perderá, inevitavelmente, a importância que hoje tem e, consequentemente, a fatia de mercado.

Com esta primeira evidência, torna-se óbvio que as bibliotecas, que, não sendo só livros, mantêm o *core business* focado no livro e na leitura (já analisaremos esta questão), estão muitíssimo atrasadas no processo, já irremediavelmente reativo, de disponibilizar leitura às suas comunidades.

A primeira linha de ação deste planeamento estratégico deveria ser, por isso, a transição para uma biblioteca híbrida, que disponibilize leituras em vários formatos e em qualquer lugar, que não despreze as gerações mais confortáveis em ambiente digital e não deixe para trás as comunidades que escolhem, ou ainda necessitam, do universo físico e impresso.

A pandemia de Covid-19 e os confinamentos a que fomos obrigados demonstraram a capacidade de resposta pronta de muitas bibliotecas, que recusaram ficar paradas, à espera de melhores dias. É natural que, num curto espaço de tempo, completamente desprevenidas, sem acesso aos meios e recursos necessários, muitas bibliotecas tenham optado por transferir para ambiente digital as atividades correntes: requisição e empréstimo de livros, hora do conto, clubes de leitura. Não houve, realmente,

criação de novos serviços. Assistimos, de forma forçada e abrupta, ao abrir de uma janela de oportunidade para a transformação dos serviços, mas verificamos que ela não foi explorada e rentabilizada. A inquietação gerada pela alteração drástica das circunstâncias deu lugar ao sentimento reconfortante de “regresso à normalidade”.

Urge retomar esse caminho com entusiasmo, de forma estruturada, criando efetivamente serviços, facilmente acessíveis, em ambiente remoto, enquanto se mantém, de forma sustentada, um serviço presencial eficaz.

### **B. As funções da Biblioteca**

Retomemos a questão da leitura enquanto função primordial da Biblioteca. Confirmo: não o é. A função primordial da Biblioteca é o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura, para todos, em igualdade de circunstâncias.

Durante décadas esta função cumpria-se quase exclusivamente através da leitura. Era nos livros e jornais que se encontrava o conhecimento. Hoje, correndo o risco de me repetir, a realidade alterou-se.

As bibliotecas devem, por isso, alargar o seu âmbito de ação para cumprir a sua função. Sendo as comunidades profundamente heterogêneas, é necessário implementar medidas que vão desde o apoio no desempenho de tarefas que carecem de competências básicas de literacia até à produção de guias para o combate à desinformação, passando pela consciencialização dos públicos para temas como o desenvolvimento sustentável, o *cyberbullying*, as diferentes formas de violência (desde todas as formas de racismo ou exclusão social à violência doméstica) ou a saúde pública. A nossa capacidade de intervenção na formação de cidadãos informados, conscientes e dotados

de espírito crítico é cada vez mais relevante e essencial no combate a todas as formas de populismo.

No que diz respeito à leitura, cuja promoção será sempre indissociável das Bibliotecas, impõe-se uma estratégia que nos divorcie do universo escolar. Quer a Rede de Bibliotecas Escolares, quer o Plano Nacional de Leitura têm desenvolvido um trabalho de grande qualidade nesta área, mas que resultou no que podemos designar como escolarização da leitura. Muitos jovens encaram a leitura como um trabalho associado à escola e abandonam-na com a mesma rapidez com que celebram o fim dos TPC, mal acaba a obrigação da frequência escolar. O facto de as bibliotecas públicas prepararem atividades exclusivamente para grupos escolares integra-as neste processo e não permite uma autonomização, no imaginário dos leitores que pretendemos formar, dos diferentes papéis que as diferentes tipologias de bibliotecas desempenham.

Assim, é necessário planificar uma estratégia de promoção da leitura dissociada do público escolar e destinada a todos os membros da comunidade, sem exceção.

A insistência na palavra comunidade não é inocente. As bibliotecas precisam de se focar cada vez menos nos “seus leitores” para se focarem na sua comunidade. O «terceiro lugar» que queremos ser implica ser a “porta aberta” de que nos fala o Manifesto da IFLA/UNESCO, mas requer uma participação proativa. Exige atenção e capacidade de escuta face às necessidades da comunidade, para que a Biblioteca possa ser sempre um espaço de resposta às perguntas e demandas dos cidadãos, quer sejam intrincadas pesquisas de informação, quer seja o espaço onde há sempre cultura a acontecer, nas suas mais variadas manifestações, quer seja o local onde alguém nos ajuda a preencher um formulário, ou apenas um local acolhedor, de reencontro consigo e com os outros.

## **2. Regulamentação e funcionamento orgânico**

### **A. Lei de bibliotecas**

Além de Portugal, no conjunto dos países que constituem a União Europeia, apenas a Áustria e o Chipre não dispõem de lei de bibliotecas. Alguns fatores contribuem para esta situação:

A formulação de leis de bibliotecas tem, historicamente, evoluído nos seus propósitos. Numa primeira fase importava determinar a ocupação dos territórios, dotá-los de uma infraestrutura homogênea que constituísse simultaneamente uma manifestação física e presente da existência do Estado e um serviço que proporcionasse a todos os cidadãos a possibilidade de acesso à informação, ao conhecimento e à cultura. Ora, Portugal conseguiu implementar um serviço de bibliotecas que abrange todo o território, sem que a lei tenha sido necessária.

Numa segunda fase, as leis de bibliotecas procuravam, em consonância com o manifesto da UNESCO de 1949, que estas instituições contribuíssem para uma maior coesão social. Em Portugal, a coesão social foi objeto de outras áreas de investimento, alimentadas pelos fundos sociais europeus.

Numa terceira fase, que corresponde à atualidade, as leis procuram assegurar a capacidade de resposta das bibliotecas públicas aos novos desafios de uma sociedade em rápida evolução. A Biblioteca assume-se como uma instituição ativa, produtora de conteúdos dinâmicos e mediadora de conhecimento, onde quer que ele se encontre.

É nesta terceira fase que nos encontramos e é nesta circunstância que a formulação de um texto legislativo se apresenta como uma necessidade, sobretudo pelo caminho que nos levará até lá e que permitirá um conhe-

cimento pleno da situação atual e um debate construtivo, resultantes de um processo de análise, discussão técnica e profissional que envolva todos os intervenientes, o que implica um levantamento e diagnóstico apurado da situação atual das bibliotecas e dos serviços por elas prestados. Ao identificar problemas, desafios, oportunidades e constrangimentos existentes nas bibliotecas públicas, estaremos aptos a fazer a necessária reflexão sobre o papel que elas desempenham na sociedade.

Por outro lado, a elaboração e promulgação de uma lei de bibliotecas, é também um sinal de reconhecimento do significado político e social destas instituições e pode constituir a evidência da relevância que as autoridades nacionais atribuem às bibliotecas públicas.

### **B. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**

Presente nas nossas vidas, a RNBP não existe enquanto organismo oficial. Este deverá ser o primeiro passo de um plano estratégico para o desenvolvimento e afirmação das bibliotecas públicas portuguesas. A oficialização da RNBP enquanto estrutura e a correspondente dotação de meios para a realização do seu trabalho é essencial. A coordenação de uma estrutura que cobre todo o país não pode continuar indefinidamente num limbo não oficial. A dependência orgânica das Bibliotecas de organismos com estruturas de administração autónomas, como são os municípios, não deve ser incompatível com uma estrutura nacional, com o cumprimento de serviços mínimos e orientações técnicas determinadas por um gabinete que pense estrategicamente o setor e acompanhe e apoie o seu desenvolvimento.

A oficialização desta estrutura permitiria também à administração central a criação ou implementação, com maior facilidade, de serviços de proximidade compatíveis

com as Bibliotecas. A título de exemplo, refira-se a possibilidade que as bibliotecas representaram na época dos confinamentos devido à Covid-19 e que foi totalmente desaproveitada. Sendo serviços que gozam, felizmente, de uma elevada credibilidade junto das populações, geograficamente próximos, dotados de meios e, sobretudo, de recursos humanos disponíveis para apoiar as populações, as bibliotecas públicas e a sua rede constituem veículos privilegiados de disponibilização de informação verificada, de orientação em momentos de crise, de centralização de procedimentos. Ao fazer parte de uma estrutura eficiente, a “sala de estar” das comunidades pode e consegue ser e fazer muito mais.

### 3. Formação

Depois de um crescimento explosivo, a formação de profissionais de bibliotecas caiu num panorama desolador. A nível operacional desapareceu completamente a formação de técnicos profissionais (correspondentes à categoria de assistente técnico). Urge repor esta formação, qualificando-a como formação de nível 4 e garantindo a substituição, em tempo útil, dos profissionais que se encontram nas bibliotecas em fim de carreira.

No caso dos técnicos superiores tem-se verificado um progressivo afastamento da prática, quer retirando efetivamente horas de formação em contexto de trabalho, quer diversificando os currículos – talvez para atender às demandas neolinguísticas dos processos de financiamento – de uma forma que já quase não se identificam com o trabalho efetivo numa biblioteca. Repensar os currículos é uma necessidade, tendo como bússola a aproximação à competência técnica, capacidade crítica e de resolução de problemas, participação na vida das comunidades e, sim, vocação.

Só profissionais qualificados e motivados podem prestar um serviço de qualidade, em qualquer área de atividade. Mais um *cliché* que não perde a atualidade.

### 4. Bibliotecas com coleções patrimoniais

Permitam-me este desvio para uma tipologia de bibliotecas habitualmente ignorada quando pensamos e debatemos bibliotecas. Existe em Portugal um conjunto considerável de bibliotecas com fundos patrimoniais de grande interesse e relevância. Cada uma delas está entregue à instituição da qual depende e o trabalho que nelas é desenvolvido tem grande heterogeneidade e amplitude. No imaginário público são descritas como depósitos, cujo único propósito é a salvaguarda. Pensamos nelas como salas escuras, guardadas por bibliotecários zelosos e antipáticos, que têm como único propósito dificultar o acesso dos investigadores aos tesouros que ocultam.

Ora, na realidade, muitas destas bibliotecas têm feito um considerável esforço para passar da salvaguarda para a etapa seguinte: a divulgação. Na verdade, a identificação dos documentos e sua publicação é a forma mais eficaz de salvaguarda. Não só contribui para a diminuição do número de vezes que são manuseados, como desincentiva o perigo sempre presente da alienação de património, uma vez que as obras estão publicamente identificadas com a pertença a uma Biblioteca.

Atrevo-me mesmo a dizer que as bibliotecas patrimoniais são as que estão a conseguir retirar, de forma mais eficaz, o maior proveito das novas tecnologias, com os processos de virtualização das suas coleções já em curso e que prometem acelerar graças aos investimentos que o Plano de Recuperação e Resiliência lhes pode consagrar.

Para o futuro, de preferência a curto prazo, fica o repto para o estabelecimento de formas de cooperação institu-

cional que permitam rentabilizar recursos e potenciar a divulgação das coleções patrimoniais existentes. Já existem exemplos de acordos de cooperação, habitualmente associados a projetos concretos. A criação de uma rede de bibliotecas patrimoniais permitiria que as bibliotecas pudessem assumir um papel proativo e não reativo no que a estes projetos diz respeito. A colaboração com centros de investigação em particular e com a Academia em geral, que já provou ser benéfica para ambos os intervenientes, ganharia uma outra dimensão. Por fim, mas não menos importante, alguma homogeneidade de procedimentos e modos de atuação facilitaria a vida aos investigadores que as procuram, proporcionando-lhes um grau razoável de expectativas quanto ao serviço que lhes pode vir a ser prestado.

Foco, estratégia e trabalho em rede. Não há nada de novo debaixo do sol, com exceção de tudo o que mudou nos últimos anos. Há muito para fazer. Vamos?

# Quatro pilares para uma estratégia de afirmação das bibliotecas:

Eloy Rodrigues

Universidade do Minho  
eloy.rodrigues@usdb.uminho.pt

Para responder à solicitação de refletir sobre a “Visão estratégica para a afirmação das Bibliotecas”, nesta iniciativa de homenagem a Maria José Moura, li alguns documentos recentes (como, o IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022), mas revisei também alguns textos mais antigos, incluindo alguns dos que escrevi há mais de vinte anos (por exemplo, Rodrigues, 1997), bem como o último texto da Maria José Moura que conheço (Moura, 2016).

Este exercício deixou-me perplexo e preocupado pois o que posso dizer hoje sobre a visão estratégica para a afirmação das bibliotecas não é muito diferente do que

encontrei, ou eu próprio afirmei, nesses textos “antigos”. Ora, perfilhando da visão camonianiana de que “todo o mundo é composto de mudança”, não posso deixar de desconfiar da minha leitura da realidade. Será que o mundo está a mudar menos do que “soía”, ou que os meus olhos não conseguem ver as novidades e as novas qualidades que ele continua a tomar?

Em qualquer caso, aqui fica uma síntese da minha reflexão atual que, por conveniência da exposição, organizo em quatro pilares distintos ainda que, na realidade, eles estejam naturalmente interligados.

O primeiro pilar é o do património e dos valores das bibliotecas. Qualquer estratégia tem de se apoiar nesses alicerces, e utilizá-los como alavanca para enfrentar o futuro com sucesso. Ao longo da sua história, mas sobretudo nos dois últimos séculos, as bibliotecas e os seus profissionais acumularam um património de práticas e serviços, conquistaram um amplo reconhecimento e reputação, e cristalizaram um conjunto de valores, que podem e devem ser capitalizados para a sua afirmação no presente.

De entre vários aspetos relevantes, destacarei dois que me parecem particularmente importantes. O primeiro é relativo à qualidade e confiança. As bibliotecas e os seus profissionais desenvolveram um conjunto de práticas, procedimentos e ferramentas biblioteconómicas, relacionadas com a seleção, descrição e acessibilidade de bibliografia e diversos outros recursos informativos, para garantir a qualidade da informação que disponibilizam. Considero que algumas dessas práticas (como a catalogação ou a geração manual de metadados) estão condenadas a perder importância, e provavelmente irão tornar-se residuais a médio prazo. Mas julgo que esse património

continua a ser importante no presente e para o futuro. As competências de análise, descrição e organização de informação, e a ética profissional de qualidade da informação, continuam a ser relevantes mesmo nas novas condições que exigem novas aptidões e novas ferramentas.

As competências e a ética profissional devem contribuir para a afirmação das bibliotecas como espaços e serviços de confiança, num mundo onde prolifera a informação de baixa qualidade ou mesmo falsa. E essa é a segunda dimensão com grande importância estratégica: a sua reputação de confiabilidade e segurança é um capital que necessita ser reforçado, expandido (para os grupos e setores que ainda não reconheçam essas qualidades nas bibliotecas) e utilizado para a afirmação das bibliotecas junto das suas comunidades.

O segundo aspeto do património das bibliotecas que quero destacar é o relacionado com os valores da abertura, acessibilidade, inclusão e diversidade. Num mundo em que o acesso à informação, e em geral o acesso a bens culturais, está cada vez mais monetarizado e mercantilizado (seja pelo pagamento dos bens e serviços, seja pela disponibilização dos dados pessoais e exposição a publicidade) as bibliotecas são oásis de abertura e acesso sem barreiras económicas ou sociais, e sem constrangimentos ou pressões comerciais.

Numa sociedade cada vez mais polarizada, na qual os cidadãos, nas redes sociais e no mundo real, são estimulados e “dirigidos” a viver em “bolhas” de iguais (os do mesmo clube, opinião, religião, interesses e *hobbies*, etc.) as bibliotecas podem servir como fórum das comunidades, onde se encontram e acolhem todo o tipo de pessoas e de recursos de informação, que exprimem a diversidade da experiência humana. As bibliotecas são espaços de acesso livre e igual para todos, de diversidade, de tolerância e de

inclusão, e estas características fazem delas não apenas um símbolo, mas um componente vital de sociedades democráticas saudáveis. Como referiu Maria José Moura, é preciso que as bibliotecas “[...] continuem efetivamente a ser a verdadeira praça da comunidade” (Moura, 2016).

O património de experiência e de valores das bibliotecas, em particular o relacionado com a qualidade e confiabilidade, acessibilidade, abertura e diversidade, que deve ser valorizado na definição das estratégias, está também fortemente relacionado com o segundo pilar da visão que aqui apresento.

Esse segundo pilar é o da dimensão social das bibliotecas. As bibliotecas não podem ser pensadas exclusivamente a partir das suas tradicionais funções culturais, de promoção do livro e da leitura (no caso das bibliotecas públicas), ou de suporte académico (no caso das bibliotecas escolares ou do ensino superior). Essas funções continuarão a ser relevantes, mas a dimensão social e comunitária deve ganhar cada vez maior centralidade estratégica em todos os tipos de bibliotecas, e em particular nas bibliotecas públicas.

A este propósito posso recordar o que escrevi em 1997 sobre o papel das bibliotecas públicas como estruturas de promoção da coesão social: “[...] numa sociedade em que o conhecimento é o factor competitivo crucial, o papel “democratizador” da biblioteca pública – não apenas ao nível cultural, mas também social e económico – longe de ser diminuído, será ainda mais importante e essencial. A informação de cidadania, informação e serviços de carácter económico, empresarial e de apoio ao emprego, [...] são áreas onde as bibliotecas podem desempenhar um importante papel” (Rodrigues, 1997).

As bibliotecas públicas não devem posicionar-se apenas como “instituições culturais”, ligadas ao livro e à

leitura, e devem constituir-se como “instituições sociais”, que respondem a diferentes necessidades de informação, acesso a bens culturais e às ferramentas tecnológicas (que não se limitam às digitais...) de todos os cidadãos. E devem procurar ter um papel de apoio, integração social e capacitação de cidadãos e grupos excluídos ou em risco de exclusão.

No caso das bibliotecas académicas a dimensão social e comunitária apresenta-se de forma diferente, mas é igualmente relevante. Desde logo nos seus espaços, que devem não apenas facilitar e promover o estudo e trabalho individual ou em grupo, como também a interação social e o convívio, e a fruição de atividades culturais ou lúdicas. Mas igualmente nos serviços e atividades que oferecem. Para além de atividades de formação e promoção da literacia da informação e da fluência digital, que podem ter também uma componente de apoio e integração social, as bibliotecas devem apostar cada vez mais na oferta de serviços e atividades culturais e científicas, que atraiam e reúnam os diferentes corpos das instituições (estudantes, professores, investigadores e o restante pessoal de suporte) e, sempre que possível, envolvam também as comunidades e instituições envolventes.

As bibliotecas que assumam a dimensão social como prioridade estratégica, que sejam capazes de apoiar, fortalecer e criar comunidades (lembrando a já muito repetida frase de R. David Lankes: “Bad libraries build collections, good libraries build services, great libraries build communities”), diversificando funções, serviços e atividades, terão de incorporar também o terceiro pilar estratégico que sugiro.

Trata-se de pensar as bibliotecas como espaços/serviços de criação e não apenas (ou sobretudo) de acesso/consumo. Essa transformação foi conceptualizada há

mais de uma década, por exemplo por Lorcan Dempsey com a sua proposta de “inside out library”, e tem vindo a ocorrer com crescente intensidade, a nível internacional, quer no contexto das bibliotecas académicas, quer em bibliotecas públicas.

Tradicionalmente, as bibliotecas eram serviços que intermediavam e facilitavam a utilização de coleções bibliográficas, adquiridas externamente, e postas à disposição das suas comunidades. Essa intermediação de “fora” (livros e outros recursos produzidos externamente) para “dentro” (a comunidade de utilizadores) tem vindo a perder importância (veja-se o decréscimo do número de empréstimos que acontece em todos os tipos de bibliotecas, e por todo o mundo), e a utilização das bibliotecas apenas para leitura ou estudo também diminuiu significativamente. Mas, simultaneamente, emergiram outras necessidades sociais e possibilidades tecnológicas, que significam novas oportunidades para as bibliotecas.

O posicionamento estratégico das bibliotecas para a criação, ou de “dentro para fora”, envolve quer os espaços, equipamentos e serviços, quer as coleções ou conteúdos. Quanto ao primeiro aspeto as palavras-chave são a flexibilidade e diversidade dos espaços, que não devem ser organizados em torno das coleções (como acontecia), mas acomodar a constante evolução e a multiplicidade de hábitos e necessidades dos seus utilizadores, bem como a variedade e atualização dos equipamentos e ferramentas (quer digitais, quer analógicas, incluindo equipamentos e ferramentas tradicionais ou mesmo artesanais, que podem aliás ser de grande importância em contextos locais).

Para comprovar que nada disto é particularmente inovador, socorro-me de novo do texto de Maria José Moura: “Sobretudo no que se refere às bibliotecas públicas, uma grande flexibilidade dos espaços nas

novas instalações a construir ou reformular tornou-se fundamental para possibilitar o desenvolvimento de múltiplas e cada vez mais diversificadas atividades, caracterizadas por uma constante inovação (...). Levam-nos assim a ultrapassar a sua anterior qualidade de meros consumidores, ao oferecer-lhes um ambiente propício e fértil para nelas conceberem a sua produção individual e de grupo e o constante desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, enriquecimento pessoal e coletivo, de entretenimento e lazer” (Moura, 2016).

Quanto às coleções e conteúdos, a transformação passa por dar prioridade, incluindo na alocação de recursos (em particular do tempo dos recursos humanos), aos conteúdos de produção local ou institucional. Trata-se de valorizar mais aquilo que é raro, ou mesmo único, do que o que existe em milhares de exemplares e centenas de bibliotecas ou outras instituições<sup>1</sup>.

No caso das bibliotecas públicas isso significa investir no designado fundo local, composto frequentemente por obras que tiveram edição e circulação limitada, e, portanto, não estão também hoje facilmente acessíveis, pela imprensa local e regional, mas também por imagens, entrevistas ou depoimentos em áudio ou vídeo, que são testemunhos essenciais da identidade e da história local. A preservação e divulgação dessa memória é uma missão que as bibliotecas públicas não podem deixar de assumir, e uma oportunidade que não podem perder.

No caso das bibliotecas académicas trata-se de assumir como prioridade a preservação, disseminação e valorização do conhecimento gerado pelas comunidades académicas. Para isso, as bibliotecas de ensino superior têm vindo a criar, gerir e disponibilizar repositórios de publicações e de dados, plataformas de publicação de

livros e revistas, serviços editoriais, e outros serviços de apoio à investigação.

A consolidação da agenda da ciência aberta é uma oportunidade para as bibliotecas académicas reforçarem o seu papel neste domínio. Mas nos últimos anos, em Portugal e em outros países europeus, tem também surgido uma tendência, sobretudo em instituições com maiores recursos, para o desinvestimento em infraestruturas e serviços institucionais, e a aposta no licenciamento e utilização de serviços e plataformas comerciais. Se não for contrariada com sucesso, essa tendência, para além de várias outras consequências negativas, redundará numa limitação e menorização do papel das bibliotecas académicas.

Finalmente, o quarto pilar estratégico que quero referir é o da colaboração e trabalho em rede. A colaboração e a partilha fazem parte dos valores tradicionais dos profissionais das bibliotecas, e as redes colaborativas entre bibliotecas, ou com outras instituições são realidades já com longa história em múltiplos países de diversas geografias.

No entanto, esse não é o caso de Portugal, onde a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas foi criada apenas em meados dos anos de 1980<sup>2</sup>, a Rede de Bibliotecas Escolares dez anos depois, e ainda não se conseguiu estabelecer uma rede de bibliotecas do ensino superior!

Apesar de se ter registado um progresso significativo neste domínio nas duas últimas décadas, com o estabelecimento de redes e colaborações concelhias de bibliotecas públicas e escolares, e das redes intermunicipais de bibliotecas públicas, ainda há muito que pode e deve ser feito, porque o nível de colaboração e partilha de recursos e serviços parece ser ainda relativamente limitado em

Portugal quando comparado com outros países com redes e práticas de colaboração mais antigas.

A partilha de recursos e serviços pode assumir muitas formas e dimensões: coleções partilhadas, catálogos coletivos, depósitos partilhados/coletivos, serviços especializados de uma biblioteca disponíveis para várias outras – digitalização de documentos, recolha ou transcrição de testemunhos orais, serviços/equipamentos de impressão 3D, etc. – programação ou iniciativas conjuntas de animação cultural.

Julgo que em Portugal nenhuma biblioteca, individualmente, conseguirá reunir todos os recursos e equipamentos para prestar o conjunto dos serviços para dar resposta às necessidades da sua comunidade de utilizadores. Será um erro que cada biblioteca tente fazer tudo, pois certamente não conseguirá fazer tudo bem, e poderá perder a oportunidade de ser excelente nos domínios em que poderia e deveria focar-se. Mas, como as suas comunidades de utilizadores necessitarão de recursos e serviços para além daqueles em que cada biblioteca se pode “especializar”, a colaboração e a partilha com outras bibliotecas é uma estratégia inteligente e necessária.

A procura ativa de colaboração e o estabelecimento de redes não se deve limitar nem às outras bibliotecas, nem à dimensão local ou regional. As bibliotecas devem procurar relacionar-se e estabelecer parcerias com outras instituições culturais, associações ou outras organizações da sociedade civil que atuem nas suas comunidades e territórios. E devem procurar ativamente participar em eventos, iniciativas e organizações nacionais e internacionais, desde logo nos eventos e organizações internacionais de bibliotecas. A este respeito, penso que ainda é muito limitada a participação de bibliotecas e bibliotecários portugueses em fóruns internacionais (onde não apenas

se partilham boas práticas, mas sobretudo se estabelecem contactos), bem como em projetos internacionais financiados pela Comissão Europeia ou financiadores privados (que podem ser decisivos para a obtenção dos recursos necessários ao desenvolvimento de novos serviços).

Para além destes quatro pilares estratégicos, há uma outra prioridade que deve nortear as bibliotecas portuguesas no século XXI, e que era uma das qualidades de Maria José Moura: uma grande atenção às novas tendências, não apenas nas bibliotecas, mas à escala global, e uma grande abertura para acolher a inovação (que implica a disponibilidade para arriscar, acertando algumas vezes, e errando outras).

Julgo que o que ela escreveu sobre as bibliotecas públicas se pode aplicar a todo o tipo de bibliotecas, e é uma boa forma de terminar este texto.

“Sempre acreditei que as bibliotecas públicas deverão ser ‘um espelho da sociedade’, pelo que têm que acompanhar, ou se possível antecipar, toda a evolução que nesta se regista nos seus diferenciados e múltiplos aspetos. Só assim justificarão a sua própria existência (...)” (Moura, 2016).

---

<sup>1</sup> Obviamente não sugiro que as bibliotecas deixem de incorporar nas suas coleções e referenciar nos seus catálogos os *best-sellers* (isso estaria em contradição com os dois primeiros pilares referidos). O que advogo é que se minimize, no limite do possível, o investimento nessas tarefas (e continuam a desperdiçar-se centenas de horas de trabalho diário nas bibliotecas repetindo/duplicando desnecessariamente a catalogação de obras) e que se use esse tempo para tratar dos recursos locais.

<sup>2</sup> Mas as bibliotecas então estabelecidas continuaram a funcionar em regime de autarcia, como se assinalou no Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal, coordenado por Maria José Moura, cujo grupo de trabalho teve o privilégio de integrar (Moura et al., 1996)

### **Referências bibliográficas**

Moura, M. J. (2016). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: uma revolução silenciosa. In Cortês, J. M. & Oleiro, M. *Bibliotecas em Portugal: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas* (pp. 10-19). Caleidoscópio

Moura, M. J., Silva, G. L., Figueiredo, F. E., Rodrigues, E., & Casteleiro, R. (1996). *Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal*.

Rodrigues, E. (1997). Bibliotecas: Os átomos e os bits. Colóquio 'As Bibliotecas em Transformação', integrado no Ciclo «Cultura em Diálogo», Lisboa. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3477>

# **Isto (não) é uma biblioteca pública: uma biblioteca que só existe na nossa cabeça**

Bruno Duarte Eiras

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e  
das Bibliotecas (DGLAB)  
bruno.eiras@gmail.com

Em Maio de 2017, a Comissão Europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriela, lançou um desafio a uma plateia de bibliotecários de toda a Europa: “Que problema podem as vossas bibliotecas ajudar a resolver nas comunidades locais em cada um dos vossos países? De que forma podem as bibliotecas públicas ajudar a resolver os problemas dos europeus?”

Este repto pode parecer à primeira vista algo demasiado estranho se aplicado ao conceito mais tradicional de biblioteca, especialmente se pensarmos naquele que a televisão, o cinema ou a literatura continuam a propagar sobre o que é uma biblioteca. Mas serão apenas aqueles os culpados por uma ideia desatualizada sobre o que é uma biblioteca pública? Estarão também as práticas e a comunicação das bibliotecas a propagar uma ideia desatualizada do que são, hoje, as bibliotecas públicas? Será que muitas vezes não temos uma biblioteca na cabeça e outra à nossa frente? Uns podem até dizer que o desafio da Comissão Europeia não é função da biblioteca pública. Outros dirão que isso é querer reescrever a história e recriar o conceito de biblioteca pública.

A verdade é que o conceito e a atuação da biblioteca pública mudaram muito ao longo das últimas décadas. O Manifesto das Bibliotecas Públicas tem procurado, desde 1949, acompanhar essa evolução e tem vindo a atualizá-lo à medida que o papel das bibliotecas evolui na sociedade. Ao longo dos últimos 70 anos, este documento tem servido como guia da IFLA na defesa das bibliotecas públicas e tem também sido utilizado como instrumento de orientação e *advocacy* junto das bibliotecas e dos decisores políticos.

O Manifesto das Bibliotecas Públicas da IFLA-UNESCO proclama a crença nas bibliotecas públicas como uma força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, a promoção da paz e do bem-estar espiritual de todas as pessoas. No entanto, considerando as mudanças tecnológicas e sociais, cada vez mais rápidas e profundas, desde 2020 que a IFLA e o Programa de Informação para Todos da UNESCO têm colaborado no sentido de atualizar o Manifesto para que este reflita as

realidades e a atual missão das bibliotecas, face às necessidades e desafios da sociedade atual e dos cidadãos.

A nova versão, de 2022, que contou com contributos de bibliotecários de todo o mundo, considera como prioritários os eixos de intervenção do IFAP (literacia da informação, acesso à informação, preservação da informação, ética da informação e informação para o desenvolvimento e multilinguismo) e defende as bibliotecas públicas como agentes do desenvolvimento sustentável através da disponibilização de espaços acessíveis ao público para o acesso e partilha de informação, a partilha de informação e bens culturais e a promoção da participação cívica. Destaca a sua missão de inclusão, acesso e participação cultural de grupos marginalizados, povos indígenas e pessoas com necessidades especiais e reflete o papel da biblioteca pública como facilitadora do acesso, produção, criação e partilha de conhecimento, incluindo do acesso remoto e digital a informações e materiais, bem como o desenvolvimento de competências e à conectividade para combater a exclusão digital. Sim, não podemos continuar a ignorar o suporte digital, a informação que apenas circula nestes canais e as necessárias novas competências essenciais para uma correta utilização destas fontes.

Na versão atual do Manifesto, é bastante evidenciado o desenvolvimento e promoção da literacia digital, dos media e da informação como forma de capacitar os cidadãos com vista à manutenção de sociedades democráticas informadas, ao mesmo tempo que reafirma as bibliotecas como sustentação de sociedades do conhecimento saudáveis ao disponibilizarem acesso e permitindo a criação e partilha de conhecimento de todos os tipos, incluindo o conhecimento científico e local, sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais. Assim, defende que, na era digital, a legislação de direitos de autor e de propriedade

intelectual deve garantir às bibliotecas públicas a mesma capacidade de adquirir e dar acesso a conteúdos digitais em termos razoáveis como acontece com os recursos físicos.

As bibliotecas são geradoras de comunidades, procurando proactivamente novos públicos e estando atentas para apoiar o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

Ainda que esta versão do Manifesto tenha poucos meses, podemos concordar que as alterações no acesso e utilização dos espaços e serviços das bibliotecas públicas portuguesas mudou desde há vários anos, acentuando-se uma tendência de desadequação entre oferta e procura, públicos e atividades, coleções, espaços e serviços. Mas então o que se pode fazer para contrariar esta tendência? Será que ainda é possível recuperar utilizadores? E se for, como fazê-lo?

É verdade que não temos dados concretos e científicos sobre a utilização de bibliotecas públicas em Portugal, mas é igualmente verdade que estudos paralelos, e próximos à realidade das bibliotecas públicas, indicam-nos tendências e fornecem indicadores que nos podem ajudar a compreender as práticas culturais dos portugueses ou a utilização que os estudantes fazem das bibliotecas e a partir daí retirar alguns dados relevantes.

Com vista a perspetivar um futuro mais promissor para as bibliotecas públicas, não podemos continuar a ignorar o peso excessivo que as escolas têm no contexto das bibliotecas públicas e nos seus serviços e atividades e o enfoque quase exclusivo na promoção da leitura. Com isto não quero dizer que se deva interromper esta parceria de décadas ou simplesmente terminar com todas as estratégias de promoção da leitura. Necessitamos

sim, de equilibrar o trabalho desenvolvido e os públicos privilegiados. É prioritário refletir sobre o que estão as bibliotecas públicas a fazer, para quem e com que resultados. Quando o Manifesto da IFLA-UNESCO não refere uma única vez a palavra livro e a leitura surge relacionada com a competência que permite adquirir informação com vista ao exercício da cidadania ativa, de onde virá esta crença absoluta na leitura (de ficção)?

Ainda que o incentivo à leitura seja por tradição e orientação dos organismos internacionais uma das missões das bibliotecas, é comumente aceite que o alocar quase exclusivo dos poucos recursos disponíveis nas bibliotecas públicas a atividades de promoção da leitura foi uma má opção a longo prazo e transformou muitas das bibliotecas públicas em extensões das bibliotecas escolares e que, em alguns casos, contribuiu para a imagem tradicional, conservadora e difundida pelos media do que (não) é uma biblioteca pública.

Em Portugal, a larga maioria das bibliotecas públicas, caracteriza-se entre dois extremos que ao longo das últimas décadas têm limitado o seu campo de intervenção e projetado uma ideia míope do seu trabalho e da sua missão: a biblioteca pública escolar e a biblioteca pública centro cultural.

Se é verdade que no início da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, as bibliotecas públicas foram os maiores e mais bem apetrechados equipamentos municipais, facto é que desde 1987 foram sendo construídos outros equipamentos culturais, como museus, galerias, cineteatros e outros espaços, bem como se desenvolveu a Rede de Bibliotecas Escolares, que se fortaleceu e expandiu sendo um caso de sucesso internacional.

Acresce que se considerarmos que nas últimas três décadas, este enfoque na promoção da leitura e no público

infantil não gerou significativamente mais leitores nem contribuiu para criar mais utilizadores das bibliotecas públicas, podemos concluir que – apesar do êxito da *Revolução Silenciosa* - algo falhou.

Paremos para pensar. Mais de 30 anos de bibliotecas públicas modernas, muitas criadas através do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, mais de 20 anos da Rede de Bibliotecas Escolares e não temos conseguido inverter os números de utilização, formar novos leitores ou aumentar os hábitos de leitura em Portugal? O que estamos a fazer mal?

Podemos não conseguir identificar qual a fórmula de sucesso, mas torna-se fácil e evidente sinalizar o que não é possível continuar a fazer, caso se pretenda inverter a tendência atual das bibliotecas públicas portuguesas: o mesmo e da mesma forma!

Na tarefa de mudança de paradigma sobre o que (não) é uma biblioteca pública, importa operar mudanças profundas também na forma como os decisores olham para as bibliotecas públicas, mas também na forma como os profissionais consideram que é a função atual destes equipamentos. Se há 30 anos os decisores políticos que inauguraram as primeiras bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas padeciam, apesar da decisão e da vontade política, de uma visão conservadora de biblioteca, as mudanças nas últimas décadas na sociedade e na forma de acesso à informação, criou uma nova geração de decisores que simplesmente não têm qualquer ideia sobre as bibliotecas públicas, simplesmente porque nunca utilizaram estes equipamentos.

Do mesmo modo, muitos profissionais refugiaram-se nos públicos garantidos, após décadas de utilização parcial das valências de uma biblioteca pública, de anos de abandono institucional, e em muitos casos, sem quais-

quer meios para inovar e dar resposta às necessidades da população, criando um fosso maior com a restante comunidade.

Em 2018, no 13º Congresso da BAD foi apresentado o painel “Uma biblioteca na comunidade: em busca de um modelo de biblioteca pública” que pretendia refletir sobre a visão que a sociedade tem da biblioteca pública e a perceção sobre o serviço que ela presta, com o objetivo de auxiliar a definição de um modelo flexível de biblioteca pública.

Para atingir o resultado pretendido, os autores implementaram 3 questionários a aplicar a profissionais de biblioteca, utilizadores e não-utilizadores de bibliotecas públicas em Portugal. A análise e interpretação dos resultados obtidos constituíram o ponto de partida para a construção de perspetivas sectoriais de desenvolvimento futuro, apresentadas pelos autores (de acordo com a experiência profissional e área de intervenção de cada membro do painel), e submetidas à discussão do público-alvo.

Da análise dos dados destes questionários ressaltaram duas ideias centrais: a primeira é da existência de um enorme distanciamento entre a visão dos profissionais e dos utilizadores e a praticamente indiferença ou desconhecimento dos não utilizadores no que respeita às bibliotecas públicas. A segunda ideia é a de que continuamos a verbalizar um conjunto de epítetos sobre as bibliotecas públicas que têm pouca expressão real no quotidiano das bibliotecas e nos seus serviços e que nos enredam no eterno ciclo do potencial das instituições, sendo que o que importa neste caso, não é o que a biblioteca pública faz, mas o que ela poderia fazer, um dia, quem sabe.

Ainda na vertigem deste eterno potencial, as evoluções tecnológicas das últimas décadas retiraram às bibliotecas o exclusivo do acesso à informação impressa e colocaram,

só aparentemente, as bibliotecas para um quase papel decorativo, de repositório, de armazém de livros, em que apenas as crianças e os estudantes podem retirar alguma utilidade. Nada de mais falso, manipulador e enorme desperdício.

Continuamos a não conseguir explorar as capacidades e utilidades das bibliotecas públicas junto das comunidades. Ainda que com umas pequenas bolsas de inovação, mantemos uma visão tradicional e conservadora sobre um dos mais democráticos e relevantes equipamentos públicos. Que outro serviço público, em todo o mundo, tem a capacidade e função de construir comunidades? Que outro equipamento aberto a todos os públicos pode contribuir para o desenvolvimento de competências na população? Que outro espaço na sociedade pode dar resposta às dúvidas e questões dos cidadãos e suprir as suas necessidades de informação?

Como diz, Eric Klinenberg, se não forem as bibliotecas públicas, que outro equipamento e serviço público podem fortalecer as estruturas sociais, ajudar a combater a falta de equidade, polarização, desinformação e ainda procurar salvar os princípios da vida em sociedade. Só a biblioteca pública! Enquanto um dos últimos serviços públicos totalmente gratuitos, aberto a todos e de utilização livre, é urgente rentabilizar os investimentos já realizados nos últimos anos e tirar amplo partido do equipamento que se fosse inventado hoje, seria certamente proibido.

Urge repensar o papel das bibliotecas públicas nas diferentes possibilidades que podem ser apresentadas aos cidadãos e perspetivar o impacto que estes equipamentos podem ter no desenvolvimento social, económico e cultural da sociedade.

Quando se fala em compreender qual o novo conceito de biblioteca pública, e quais os serviços e espaços que podem contribuir para esta ideia, existem em várias bibliotecas em todo o mundo equipamentos com o objetivo de atrair novos públicos e ir ao encontro das necessidades das pessoas. Pretende-se uma biblioteca pública, que responda aos novos desafios da atualidade articulando-os com a vertente educativa, cultural, social, informativa e política que esta desempenha. Recuperando ainda o desafio de Mariya Gabriel, que problema podem as bibliotecas ajudar a resolver nas comunidades?

Alguns dos maiores teóricos das bibliotecas públicas da atualidade, como David Lankes, Gonzalo Oyarzún, Eric Klinenberg, fornecem indicações muito claras e com exemplos reais aplicados em bibliotecas públicas de diferentes latitudes sobre como fazer que as bibliotecas públicas tenham um papel relevante nas comunidades, a saber: bibliotecas centradas nas pessoas e nas comunidades e não nas coleções; bibliotecas que transformem as comunidades e ajudem a solucionar problemas; bibliotecas que fomentem a participação de toda a comunidade permitindo a construção de sociedades mais justas, informadas e democráticas.

Neste texto fizemos muito perguntas e certamente outras tantas poderiam ser ainda elencadas.

Conhecemos o percurso que fizemos nos últimos 30 anos, mas importa agora tomar decisões hoje que permitam perspetivar um melhor futuro para as bibliotecas públicas.

Das coleções às atividades, dos edifícios aos recursos tecnológicos, das equipas técnicas aos serviços, muitos são as estratégias disponíveis para fazer bibliotecas de sucesso. Contudo, as bibliotecas públicas de sucesso são aquelas que definiram como principal estratégia a sua comuni-

dade, as suas necessidades e que conseguiram identificar formas de fazer da biblioteca o centro da comunidade.

Sabemos que as bibliotecas públicas devem servir toda a comunidade. Para além de dar cumprimento aos princípios expressos no Manifesto da IFLA-UNESCO, importa dar resposta aos diversos segmentos da população que constituem a comunidade. Na maioria das bibliotecas públicas para além das crianças, das famílias e, às vezes o público sénior, onde está a restante população? Onde estão, nas bibliotecas públicas, e apenas a título de exemplo, os emigrantes, a grande maioria da população sénior portuguesa, a população que não está inserida no sistema de ensino, os desempregados, as pessoas em situações de exclusão, os estrangeiros, a comunidade LGBTQI+, apenas para referir alguns exemplos.

Se a biblioteca pública deve ser “a sala de estar da comunidade” então importa ouvir essa mesma comunidade e perceber o que pretendem, necessitam e querem que a sua biblioteca ofereça. As bibliotecas públicas podem ser todas diferentes desde que tenham em atenção as características e necessidades da sua população.

Os edifícios, as coleções, os recursos humanos, os serviços e os recursos tecnológicos são muito importantes numa biblioteca. Porém, se a biblioteca não tiver pessoas, não servir a comunidade e não for relevante para população, então a biblioteca é apenas um nome, sem utilidade.

Afinal quando temos a porta aberta a todos, podemos simplesmente não estar a servir ninguém. E em caso de impossibilidade de servir a todos, escolhas devem ser feitas, e nesse caso que se opte por aqueles que mais necessitam e onde a biblioteca pode ter um maior impacto.

Depois de sabermos o que (não) é uma biblioteca pública, fica mais fácil pensar em bibliotecas dentro da nossa cabeça.

<sup>1</sup> **Information for All Programme** (IFAP). Disponível em: <https://en.unesco.org/programme/ifap> (Acedido a 29.07.2022)

<sup>2</sup> IFLA-UNESCO (2022) **Public Library Manifesto**. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf> (Acedido a 29.07.2022)

<sup>3</sup> PAIS, José Machado (Coord.) - **Práticas Culturais dos Portugueses: inquérito 2020**. Lisboa: ICS, 2022.

<sup>4</sup> Mata, João Trocado da, José Soares Neves (coords.), Miguel Ângelo Lopes e Patrícia Ávila - **Práticas de Leitura dos Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário**. Apresentação realizada a 30 de setembro. Lisboa: ISCTE, 2020. Disponível em: <https://blogue.rbe.mec.pt/praticas-de-leitura-dos-estudantes-dos-2366353> (Acedido a 20.06.2022)

<sup>5</sup> DGLAB (2020) – **Relatório Estatístico da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**. Disponível em: <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Estatistica/Paginas/default.aspx> (Acedido a 20.06.2022).

<sup>6</sup> PARREIRA, Zélia *et al.* - **Uma biblioteca na comunidade: em busca de um modelo de biblioteca pública** (painel). Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 13, Fundação, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1833>

<sup>7</sup> KLINENBERG, Eric – **Palaces for the people**. New York : Crown, 2018.

<sup>8</sup> FERREIRA, Ana Cabete, *et al.* – **O Ágora das Bibliotecas Públicas ou a Biblioteca Ágora**. Coimbra: Fundação CEFA, 2012. Disponível em <http://eprints.rclis.org/20485/1/Biblioteca-agora.pdf> (Acedido a 20.06.2022)

<sup>9</sup> OYARZÚN, Gonzalo – **La biblioteca imaginada: jardín para sembrar comunidades**. Lima: BNP, 2021.



# **HOMENAGEM A MARIA JOSÉ MOURA**

**TESTEMUNHOS E  
ENTREVISTAS SOBRE A  
VIDA E OBRA DE  
MARIA JOSÉ MOURA**

## Luis Paulino

### A tia Zé

A tia Zé, como era chamada carinhosamente, amava o livro assim mesmo e posso dizer que o livro foi o seu farol, que nunca perdeu de vista, que sempre orientou a sua vida.

O livro foi sempre a sua paixão, porém, e aqui está a sua generosidade, não quis guardá-la só apenas para si, quis partilhar esse encantamento e fascínio. Tentou durante todo o seu percurso contagiar todos, quer na esfera privada, com os familiares, quer na esfera pública, através da sua atividade profissional, que abraçou com competência, determinação, foco, paixão, o que se pode comprovar ao olharmos todo o seu percurso profissional.

Recordo, com alguma saudade, a primeira vez que fui a Paris com a minha irmã, teria 17 anos de idade, fomos levados pela minha tia, que nos levava prioritariamente a visitar bibliotecas. A esta distância temporal, recordo a modernidade destes espaços, muito diferentes das nossas bibliotecas em Portugal naquela época, com um funcionamento e procedimentos mais modernos e mais próximos dos atuais, ou seja, muito mais apelativo e acessível ao público.

Em criança, não compreendemos algumas coisas, que consideramos aborrecidas, só mais tarde percebemos a dimensão dos ganhos e então ficamos agradecidos e constatamos que a semente ficou lá...

A tia Zé não precisou de ninguém para a “libertar” das “teias de amanhã” de um Portugal cinzento e machista, ela tomou as rédeas do seu destino e enfrentou sempre

os desafios da vida com determinação e espírito independente.

Relato um episódio engraçado e que caracterizava este espírito indomável e de trato por vezes difícil:

Tínhamos as nossas “desavenças” de quando em quando. Com algum carinho, recordo uma delas, reveladora de uma mulher sempre muito habituada a fazer o que decidia e quando o decidia e a não ser contrariada, e muito típico de uma personalidade forte como a dela. Foi numa ida da minha tia ao Algarve. Decidiu que iria passar uns dias a casa de uma amiga, para descansar e por leituras em dia. A viagem seria longa e a minha tia já apresentava alguma dificuldade em se movimentar, pelo peso que tinha, no entanto, mesmo consciente desta sua dificuldade, insistiu em ir na mesma e a ser ela própria a conduzir. Naquela altura, sugeri ser eu a conduzir o seu carro e depois iria buscá-la. Não aceitou a ajuda, pois isso implicaria ficar aqueles dias todos no Algarve sem carro e, portanto, dependente. A independência era algo muito importante para ela e de que não estava disposta a abdicar. A solução possível e encontrada na altura foi ir atrás do seu carro, mas com a exigência de ir pelas estradas nacionais, pois a auto estrada dava-lhe imensa sonolência.

A minha tia tentou sempre cultivar em nós esse gosto pela nossa própria independência e a importância de escolhermos o nosso caminho e de o reorientarmos sempre que necessário.

Tinha como preocupação conseguir transmitir a importância das nossas escolhas no impacto das nossas vidas, o sabermos escolher, o descobrir o que gostaríamos de fazer e estudar. Referia com frequência que era importante essa procura e depois seguir com foco esse caminho.

A tia Zé era uma mulher divertida, com aquele humor muito particular das mulheres inteligentes.

Era uma mulher sempre de convivência e trato fácil? Claro que não! Mas as pessoas inteligentes, determinadas, com personalidade, que querem descobrir caminhos, talvez nunca o sejam!

Mas são essas pessoas que fazem a diferença e ela acreditava que, através da sua ação, poderia mudar o mundo: mudou o meu e estou convicto que mudou o de muita gente, com o seu trabalho.

“Viveu”, porque viveu como quis, com quem quis e da forma que gostava, por isso teve uma vida.

Onde quer que esteja, sei que está a ler um livro, está a organizar uma Biblioteca e a deixar uma equipa de cabelos em pé.

## Ana Alves Pereira

“Conheci” a Maria José Moura no início dos anos 1990, através dos seus textos sobre as bibliotecas públicas, quando ainda era estudante de Ciências Documentais. A sua visão sobre as bibliotecas públicas e a novidade que representavam na época fez com que elegeisse esse tipo de bibliotecas como aquelas onde gostaria de trabalhar.

Não sei precisar quando conheci pessoalmente a Maria José Moura, mas penso que desde “sempre”. Porque foi sempre uma pessoa muito aberta e disponível para todos os colegas, mesmo os mais novos que mal conhecia, em qualquer circunstância em que os encontrasse.

Quis o destino que nunca trabalhasse em bibliotecas públicas, mas sim em bibliotecas do ensino superior,

onde procurei aplicar a dinâmica e o espírito das bibliotecas públicas.

E foi nesse contexto que tivemos mais contacto. Recordo o seu telefonema a dizer que me queria fazer um convite. Antes de saber o que era disse-lhe logo que aceitava. Seria impossível não aceitar qualquer convite que me fizesse. E foi a partir daí que, com grande entusiasmo, integrei o reavivado Grupo de Trabalho das Bibliotecas do Ensino Superior (GT-BES) da BAD, no qual a Maria José Moura tinha imenso orgulho, manifestando frequentemente a sua admiração pelo trabalho desenvolvido por todos. Recordo como, com determinação, fazia questão de participar nas reuniões presenciais do GT-BES, mesmo realizando-se a horas tardias.

Retenho as suas palavras de incentivo ao reforçar a importância da BAD. De como a BAD é cada um dos profissionais que a integram, e que só associados seremos mais fortes. De como é importante que os bibliotecários sejam um grupo profissional ativo e envolvido.

Recordo, com carinho, os seus telefonemas, que começavam sempre a dizer que ia ser breve e que nunca ficavam em menos de meia hora.

Recordo o gosto que tinha em se arranjar bem e o gosto por petiscos e como, nos últimos tempos, se lamentava de ter que fazer dieta e de como a dieta quase a tinha levado à depressão. “E eu que nem sou nada dessas coisas”, rematava.

Guardo a alegria de, sem ela saber, lhe ter proporcionado um encontro feliz, não foi Eloy?

Recordo-a como uma pessoa frontal, de convicções fortes, mas afável. O famoso mau feitio nunca o vi.

Sinto que viveu a vida que quis viver.

Obrigada por tudo e até sempre Maria José Moura!

## A. E. Maia do Amaral

### *A bibliotecária e a sua circunstância*

Não me lembro bem, mas devo ter visto pela primeira vez a Maria José Moura numa aula, que ela todos os anos vinha dar a Coimbra, alternando com o Henrique Barreto Nunes, no velhinho Curso de Bibliotecário-Arquivista. Naquele dia, falava-se de Leitura Pública, algo que não conhecíamos, mas que nos parecia entusiasmante, e uma aula que cheirava a perfume francês, em vez do bolor e bafo habituais.

Não sei como é que a Maria José Moura deu comigo depois, mas, já bibliotecário municipal em Seia, fiquei surpreendido (e honrado) por me ter desafiado a ir para Lisboa, trabalhar com ela no arranque do Programa de Leitura Pública.

Exigiu-me logo uma comunicação para o *1º Seminário Luso-Espanhol sobre a Biblioteca Pública*, que ainda hoje não sei como consegui: fi-la na madrugada da partida, quase em modo de escrita automática. A principal recordação que tenho desse ano em que trabalhei com a Maria José Moura é a de estar exausto. Fiz todas as bibliotecas do Norte nesse ano, o meu saudoso amigo Joaquim Portilheiro fez as do Sul. Trabalhávamos ao ritmo implacável da “chefe”, como lhe chamávamos. Ela era demasiado acelerada e eu demasiado lento (para o seu gosto), talvez demasiado perfeccionista. Lembro-me de uma grelha de avaliação que fiz com uns 20 ou 30 campos, de que só chegaram a usar-se – pragmaticamente – uns 4 ou 5. Nem pude escapar a lecionar Catalogação no curso profissional para os primeiros Técnicos da Rede.

Aconteceu muita coisa nesse ano, mas fiquei feliz por poder regressar à pacatez da Serra da Estrela, e para mais, equipado para poder lançar aí o projeto da nova Biblioteca. E para assessorar o da BM3 de Guimarães.

Aprendi sempre qualquer coisa com todas as pessoas com quem trabalhei e já foram muitas. Ensinei umas quantas coisas, também. Com a Maria José Moura aprendi, sobretudo, com o seu pragmatismo.

Parafraseando um título de Maria Teresa Pinto Mendes, a boa amiga que todos os anos a levava a Coimbra, ela estava no sítio certo, no tempo certo. Cultivara boas relações nos círculos políticos de Lisboa e, como bibliotecária, sabia bem quão desastrosa era, então, a situação da Leitura Pública no país. Por isso, não desperdiçou a “circunstância” de uma bibliotecária (Teresa Patrício Gouveia) ser a Secretária de Estado da Cultura.

Se calhar, em 1986, haveria em Portugal outras pessoas que tinham pensado mais a Leitura Pública, que tinham talvez ideia melhor para uma Rede de bibliotecas, mas nem estavam em Lisboa, nem nas circunstâncias em que ela estava e não teriam metade do seu pragmatismo: fazendo caminho ao caminhar, escrevendo *guidelines*, avaliando e adaptando o Programa, negociando o acessório, para não ter de transigir no essencial, com autarcas que não faziam ideia nenhuma daquilo em que se estavam a meter.

O modelo encontrado pelo grupo de trabalho pode não ter sido o ideal, não acautelou, por exemplo, a saída abrupta da Fundação Gulbenkian do sistema das bibliotecas, nem providenciou uma solução para as grandes áreas metropolitanas, mas permitiu ir construindo Rede. Pelo menos, vista do lado do poder central, porque vista de cada biblioteca, ainda hoje a Rede não se percebe,

não se partilham recursos, não se criaram protocolos, nem sistemas comuns e, isolados em cada município, os bibliotecários não se sentem parte do grande desígnio nacional que vão cumprindo, apesar de tudo. Foi o preço da municipalização da solução, baseada em contratos-programa, talvez demasiado limitados na duração e no alcance. Mas foi, com o pragmatismo da Maria José Moura, a solução possível e a solução que persiste, até para a podermos agora criticar.

## Ana Paula Gordo

Recuemos a meados dos anos 80. Encontrava-me, na altura, a frequentar o 2º ano do Curso de Especialização em Ciências Documentais, ramo Biblioteca e, nesse 2º semestre, tínhamos uma cadeira de opção, única pelo que obrigatória, chamada Leitura Pública. Para a maioria de nós, a trabalhar em bibliotecas especializadas, aquele título nada dizia e, ainda por cima, a cadeira seria dada em inglês, por um norueguês, em regime intensivo, o que obrigava a que tirássemos dias de férias nos empregos. Revolta na turma, já cansada de 3 semestres violentos, feitos em regime pós-laboral, e com algumas cadeiras bem desinteressantes. Nada a fazer, tínhamos de avançar com vontade ou sem ela.

No primeiro dia, apareceu não o dito norueguês, mas sim a Diretora da Biblioteca da Reitoria, pessoa que já tinha visto nas inúmeras vezes que por lá passara para requisitar livros e revistas. Que fazia ali aquela senhora? Era a responsável por aquela opção que ninguém entendia... Depois de introduzir a matéria, eis que surge o professor

que de imediato conquista a turma. Discurso simples, fluido, como se nos estivesse a ler um conto de fadas. Verdadeira Hora do Conto para adultos. A um canto, sempre a olhar para nós, a tal senhora, de sorriso franco e olhar curioso.

Um dia, quase no final da cadeira fomos ao bar e, soube depois que não por acaso, fui convidada para me sentar junto da Diretora da Biblioteca, enquanto ela bebia um sumo estupidamente gelado e comia um bolo. Perguntou o que achava das aulas, ao que respondi que eram muito interessantes, mas estavam longe de nós anos luz. “E se não estiverem?” - perguntou de supetão. Ri-me e disse que gostava de ver. Para minha surpresa, diz: “Então venha trabalhar comigo. Vamos começar a trabalhar nesse sentido.”

Assim conheci Maria José Moura e, sem pensar muito, de uma forma muito intuitiva, aceitei deixar o meu Centro de Documentação na área da investigação veterinária e entrar nesse mundo novo, com a certeza de que, se corresse bem, iríamos fazer a diferença em Portugal.

Para a maioria das pessoas, é esta a faceta que marca a vida profissional da Maria José e a sua intervenção como cidadã. Indo contra a corrente, confesso que não acho correto referi-la como “a mãe da Leitura Pública”. Um conjunto de gente teria de ser referida aqui. Refiro José Afonso Furtado, Villaverde Cabral e Vasco Graça Moura e, numa segunda fase, Joaquim Portilheiro, Teresa Calçada e Pedro Vieira de Almeida, bem como um vasto grupo que com eles colaborou, como Henrique Barreto Nunes ou Luís Cabral.

Por este motivo, refiro duas facetas que, para mim, são as mais relevantes e pelas quais lhe teremos de ser reconhecidos enquanto profissionais: reportemo-nos a 40 anos atrás, quando os bibliotecários e os arquivistas

eram considerados uns “ratos de biblioteca”, cuja função era limpar o pó dos livros e dos papéis, e estavam sempre a ler. Foi a Maria José que iniciou a luta e a venceu, dignificando a profissão e “obrigando” a administração pública a reconhecê-la na lista das profissões especiais. Fê-lo com a sua persistência, criando lobby, “massacrando”, sem tréguas. Apesar de ter havido um retrocesso, a ela se deve a luta pela formação moderna e obrigatória para quem trabalha nestas instituições.

Devemos-lhe ainda (notem que falamos de há 40 anos atrás...) a possibilidade de hoje termos redes internacionais. Talvez por ser alentejana e sempre se ter sentido sufocada numa sociedade, à época, tão fechada, combateu violentamente a velha forma de estarmos de costas para a Europa, olhando orgulhosamente o mar. Primeiro, apresentou ao mundo a nossa Associação, estabelecendo pontes com as associações francesas, espanholas e inglesas, alargando, pouco a pouco, a outros mundos. Por isso, todos reconhecem Maria José Moura como: A bibliotecária portuguesa. Na IFLA, na EBLIDA, em tudo o que o seu instinto indicava que seria útil.

Trouxe até nós os maiores especialistas em biblioteca e arquivo, quer para conferências, quer para ensinarem nos cursos superiores e nos intermédios. Na área da formação, a nossa dívida é imensa. Foi duro, muito duro, o reconhecimento da necessidade de formar técnicos intermédios e de criar um curso de pós-graduação. Em ambos os casos saiu vencedora, uma vez mais sem estar confinada à Leitura Pública. Foi para além dela, de uma forma abrangente.

Por estes motivos, penso que a profissão lhe deve muito, apesar das dificuldades de relacionamento que por vezes existiam, muito motivadas pela sua excessiva teimosia e obstinação. Mas, sem estas características, será

que conseguia o que conseguiu? Penso que não. Por isso, esqueçamos o que por vezes nos separou e brindemos com um panaché estupidamente gelado e uma garfada de bolo de chocolate.

Até sempre Maria José.

## Ana Runkel

### *Não se esqueça... uma andorinha não faz a Primavera.*

Esta foi a frase que a Maria José me disse num momento de mudança estrutural da minha vida profissional. Nunca a esqueci e usei-a, qual mantra, em várias ocasiões.

Partilhar esta memória é uma forma de honrar a natureza da nossa amiga que partiu. Representa a visão que ela sempre tentou atingir, de criar esperança e ventos de mudança, num movimento que envolvia as pessoas, as instituições e se materializava em vontades e passagens para mundos inalcançáveis.

Pessoa de uma teimosia desesperante, a Maria José tinha a capacidade de, pela sua persistência (outra forma de caracterizar obstinação), mover montanhas e conseguir, por vezes pelo desespero do alvo, resultados que, para o comum mortal, seriam totalmente impossíveis.

A coragem de continuar, contra ventos e marés, a navegar por caminhos tortuosos, levou-a a construir uma armada de navegantes que ela, de forma entusiasmada, desinquieta, mas sempre amiga, comandava de forma inteligente.

Nem sempre concordámos, nem sempre percorremos a mesma rota, mas sempre partilhámos a vontade de fazer melhor pelo acesso à informação, pelo direito universal de aprender livremente, de escolher, de desenvolver capacidades, de adquirir competências e crescer com o conhecimento.

Teve também o dom de entender que somos mais do que este “jardim à beira mar plantado”. Nas suas navegações, rumou para países conhecidos pela excelência do seu trabalho e mostrou-nos – e mostrou-lhes – que a vontade faz acontecer. Mostrou que nós éramos capazes de realizar “uma revolução silenciosa”, e alcançar, pelo nosso arrojo, níveis de qualidade que a todos surpreendeu. A sua ação pelas bibliotecas de leitura pública foi reconhecida a nível mundial e em qualquer fórum internacional. Ao nos identificarmos como vindos de Portugal, todos falavam da “Marrria” com respeito e admiração.

Tive a sorte de receber a sua amizade e orientação até ao final. As nossas vidas sempre se cruzaram de forma misteriosa, e são inúmeros os momentos cruciais que partilhámos. Vou sentir falta dos telefonemas que duravam horas, em que, na maioria das vezes, poucas eram as palavras que eu dizia e muitas eram as que ouvia. Vou sentir falta de sorrir condescendente com as suas ideias, que pareciam mirabolantes, mas que no final ela conseguia concretizar e fazer resultar.

É verdade, Maria José, uma andorinha não faz a Primavera e foi por isso que, em toda(o)s nós colocou um pouco de si e continuamos a voar por rotas inimagináveis.

Até sempre e um abraço do tamanho da sua alegria.

## **António Pina Falcão**

O último quartel do século XX ficará, para a história das bibliotecas portuguesas, como uma época dourada. A Liberdade e a Democracia conquistadas em Abril de 1974, as profundas alterações curriculares introduzidas no programa da especialização académica, no domínio da Informação e Documentação, e a ação da BAD, Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas no sentido de a estes proporcionar múltiplas oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal e de intervir vigorosamente junto do poder político, reclamando estratégias de valorização do património documental e de defesa do direito de acesso aos bens culturais e à informação, tornaram possível a criação de um corpo profissional com forte consciência de si próprio e com mais justo reconhecimento social, em que a riqueza da experiência de uma geração mais madura se cruzou com a emergência de uma geração mais jovem de profissionais entusiastas, uns e outros lutadores, tecnicamente preparados e socialmente e envolvidos.

De entre os profissionais que vieram a desempenhar um papel singular nesse período, encontra-se Maria José Moura. Quando Maria José Moura, ainda na primeira fase da sua carreira, se cruzou com “o dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo”, tinha já um percurso feito de especialização académica no domínio da Biblioteconomia, de participação nas reuniões científicas de profissionais e de envolvimento no movimento que conduziu à criação da BAD, de que foi uma das fundadoras. E tinha já, como resultado disso, uma aguda percepção do estado de extrema carência do país em matéria de

bibliotecas e uma forte consciência da necessidade de disponibilizar, a toda a população, instituições ao serviço da cultura, da informação, da educação ao longo da vida e do entretenimento, em linha com a Declaração da Unesco sobre Bibliotecas Públicas.

De espírito lutador, sendo-lhe reconhecidas a capacidade de trabalho, a persistência e a obstinação para defender as causas em que acreditava, vencer obstáculos, atingir objetivos e mobilizar vontades, Maria José Moura não desperdiçou as oportunidades de participação cívica e de intervenção pessoal e profissional que a Liberdade e o regime democrático proporcionaram, desde logo dando o seu contributo, incluindo como presidente em dois mandatos, para a construção de uma associação profissional, indiscutivelmente representativa dos profissionais da Informação e Documentação e claramente posicionada como interlocutora pró-ativa do poder político, através da formulação de propostas e da exigência da tomada de medidas governamentais. Não parece errado dizer que foi desse passo primordial, dado por Maria José Moura, que resultou o seu envolvimento de primeiro plano noutras iniciativas de particular significado para os profissionais e para o país, de que se destacam a dignificação das carreiras, consagrada em diploma legal de 1979, o estabelecimento de novos programas curriculares, através da criação do Curso de Especialização em Ciências Documentais, lecionado em três universidades públicas, a criação dos cursos de formação de técnicos intermédios e a consagração legal da obrigatoriedade da sua posse para ingresso na respetiva carreira, o Projeto do Inventário do Património Móvel, de que foi coordenadora e, por fim, aquela que veio a ser a obra nacional a que o seu nome fica indelével e justamente ligado, o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, de que foi o verdadeiro

motor e ao qual consagrou todo o seu saber, energia e entusiasmo e que lhe valeu reconhecimento nacional e internacional.

Maria José Moura soube interpretar as necessidades do país e dispôs-se a fazer o caminho longo e árduo, que era necessário cumprir, para o retirar da situação de opróbrio em que se encontrava a 24 de Abril de 1974, no que dizia respeito a instituições de cultura e de memória de primeiro plano, as bibliotecas, e aos respetivos profissionais. Ao fazê-lo, ganhou o direito a figurar em lugar de destaque no escol de bibliotecários e arquivistas que estiveram à altura de um momento único da História de Portugal, contribuindo para a criação e consolidação de uma forte rede de instituições públicas no país, tendo como desígnio maior o desenvolvimento cultural e social da comunidade nacional.

## **Assumpta Bailac**

### ***Maria José Moura, en nuestra memoria***

Maria José era una amiga, una buena amiga.

Antes de conocerla, era ya una persona conocida para mí. Había oído hablar de ella y de sus, vuestros, proyectos de planificación del cambio de la biblioteca pública en Portugal. Para nosotros, en Catalunya, también eran momentos de renovación. Queríamos definir un nuevo modelo de biblioteca pública y planificar las necesidades de servicio en el país. Vivimos procesos paralelos.

Los años 90 fueron años de mucha actividad en el ámbito bibliotecario europeo. Recuerdo con especial cariño los encuentros del proyecto “Bibliotecas Norte-Sur”, una iniciativa promovida por responsables europeos de bibliotecas, y en la que el Ministerio de Cultura del Gobierno de España fue un impulsor activo. Tuve la oportunidad de participar en diferentes encuentros, como representante de la Diputación de Barcelona. María José estaba allí y con ella compartimos buenos y divertidos momentos, y también el conocimiento de iniciativas novedosas que se estaban aplicando en los países europeos más avanzados en el ámbito bibliotecario en aquel momento. De aquellos viajes, establecimos una buena red de bibliotecarios con los que aún mantenemos contacto.

María José era una gran conversadora. Cuando coincidíamos, hablábamos de política, de temas familiares, de amigos comunes... y siempre de bibliotecas. Con cuanta pasión y entusiasmo compartía los avances de las bibliotecas en Portugal y también algunos malos momentos.

El día 13 de marzo me acordaba, me acordaré, de su aniversario. Coincidió con el de mi hija y siempre broméabamos con ello.

En Setiembre del año pasado la esperábamos en Barcelona. Teníamos ya reservado el día. Hacía muchos meses que nos lo había anticipado. Sus idas a Barcelona incorporaban siempre visitas a las últimas bibliotecas inauguradas y también una buena cena, con una exigencia: que fuera un menú sin nada “verde”. Ya no pudo ser.

María José estará siempre muy presente, no solo en los que la conocimos más “personalmente”, creo que puedo asegurar que también en la comunidad bibliotecaria de nuestro país.

Echaré en falta su cariñoso “Asuntiña”, cuando “hablábamos” para comentar que “otra vez” había perdido mi correo electrónico o que no tenía mi último número de móvil.

Siempre presente, amiga María José.

## **Barbara Lison**

### *In memoriam María José Moura*

This is an appraisal for one of the most distinguished European advocates for libraries I have ever met. Maria José Moura was an impressive lady who dedicated her life to the sake and development of libraries and librarians as well as to the sake of the library patrons.

I met Maria José almost 20 years ago in connection with my involvement into some European projects and with EBLIDA. She immediately attracted my attention through her vivid appearance and striking devotion for the issue of libraries. And it was ‘libraries’ in general, not Portuguese or Brazilian libraries, particularly. Maria José was burning for the sake of libraries on a much broader scale. She was a world-class librarian.

And her devotion and supporting activities for the Portuguese Library Association brought this organisation into the middle of the European libraries and their associations. She perfectly understood that political success on the EU level needed networking, collaborating and pursuing common goals by all European libraries.

For quite a long time she was THE Face not only for the Portuguese libraries but for the European libraries as well. No EU related meeting where she was not present and acted to the benefit of the libraries. And she understood as well that development is generated by studying best practice and implementing this for the own purposes.

Her personality was unparalleled: She radiated energy, power and decisiveness. Where Maria José was met, she was the centre of the company, always in an atmosphere of futurist thinking and good humour. She was enthusiastic with her mission and convinced that her goals were contributing to the public good of society. She always seemed to be so positive!

In contrast to her physically related slowness her mind and thinking had the speed of a race driver. And this is the keyword for my last remark about Maria José: she was a very daring, some people might also say risk-and-break, driver. She was such a kind person and always tried to be helpful, also when it came to transport issues. So I several times experienced the pleasure, or rather the adventure, to get a lift to the airport by her. Well, this was a speedy and sometimes quite unconventional ride! And she enjoyed it!

I will always keep this grand Lady of Portuguese and European Libraries in honourable memory.

## **Bendik Rugaas**

### ***Maria Jose Moura – The Lady of Libraries***

As a poetry lover, my first window to Portugal was opened by writings of Camões and Pessoa. Later were many more windows opened, but the lady who opened the door wide open, when inviting me to teach in Lisboa, in 1985 and 1987, was Maria José. One thing was meeting all the wonderful students, most of them women, married and in a professional career, with husbands at home who did not necessarily applaud their motivation for further education. I do hope that the students got as much out of my lectures, as I got from them. In learning a lasting love for the land and its people, its culture, and the concept of “Saudade”. When meeting at international library conferences, when driving from North to South in Portugal to visit libraries, Maria José was always the enthusiastic fighter for Portuguese libraries, and her fighting spirit often brought results. I do believe that the Portuguese public library system of today owes a lot to the efforts and long range strategies of this remarkable lady.

One of our more memorial conferences together were IFLA in Moscow 1991. At the opening of the conference, we learned that President Gorbatsjov was in house arrest in Crimea, and there were tanks, soldiers, and barricades in the streets of Moscow. Some countries called their delegates home, but on Wednesday in the conference week, President Gorbatsjov was back in Moscow, an IFLA had a most spectacular conference party in the Kremlin. Not all conferences were like this. Some were perhaps less memorial but more fun. And having fun with Maria José was real fun. She did not save her smiles but shared them

joyfully. Below you will find some of my observations from library conferences, and if you listen between the lines I am sure you'll hear a laughter that some of you will recognise.

#### Observation I

Gradually a number of good thoughts on book production and its relation to libraries are fading away into the blurring sounds of indistinguishable phonetics. Peace.

#### Observation II

Words in Russian, Polish, English, and German are desperately trying to penetrate a wall that has mysteriously been built up during the night.

#### Observation III

Thursday for a conference Yesternight still for me.

Some of my conference observations. There are also the serious ones that actually brought progress and development, and gave us the wonderful feeling of have accomplished something that might be the start for needed changes and new ways of making libraries a better place for people. A short definition of management is: Keeping people and still get things done. I think of Maria José when I write this. And if there is a Heavenly Library somewhere, I am sure she is already on the reorganising committee.

## Bruno Duarte Eiras

“Posso dizer uma coisa? Eu gostava de perguntar uma coisa?”

Ouvi estas palavras pela primeira vez em 2002 no Auditório do Arquivo Nacional Torre do Tombo, durante um encontro organizado pela BAD. Ainda as palmas não tinham terminado, após uma apresentação, já uma voz na primeira fila se fazia ouvir com o braço no ar.

Para um jovem bibliotecário, que tinha terminado no ano anterior a Pós-Graduação em Ciências Documentais, de quem seria aquela voz que quase sempre após cada apresentação queria colocar uma pergunta ou fazer um comentário?

No decorrer desse encontro, consegui perceber que a senhora muito ativa e atenta, sentada na primeira fila, a quem todos falavam e que cumprimentava toda a gente, era a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura.

Afinal, ela existia, e não era apenas um nome referido nas aulas da Pós-Graduação ou no Relatório sobre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. A “Mãe das Bibliotecas Públicas Portuguesas”, de que toda a gente falava nas aulas de Ciências Documentais, era real, estava ali mesmo e eu tinha-a visto.

Recordo-me de no dia seguinte, ter comentado com colegas que tinha visto a “Mãe das Bibliotecas Portuguesas”. Para um grupo de colegas da Pós-Graduação em Ciências Documentais, existiam 2 casos de humor profissional durante o curso: a omnipresença da Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura em vários assuntos de cariz profissional e o “casal” Barreto Nunes que escrevia sobre bibliotecas. (Só

uns tempos mais tarde ficámos a saber que afinal eram 2 irmãos).

Durante vários anos habituei-me a ver a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura em diversos eventos profissionais, mas nunca falei com ela. Apesar da simpatia latente, o sorriso fácil, o facto de estar sempre rodeada de pessoas e o apelo regular para que os jovens profissionais se apresentassem e fossem falar com ela, este encontro nunca aconteceu.

Passados muitos anos, o meu telemóvel toca. É de um número que não conheço. Naquele momento não posso atender e deixo o telemóvel de lado. Volto a ver o telemóvel um par de horas mais tarde e tenho 12 chamadas não atendidas e algumas tentativas de mensagens de voz.

Fosse quem fosse queria mesmo muito falar comigo. Quem seria? Estive atento ao telefone e na próxima tentativa de contacto teria mesmo de atender.

“Estou, boa tarde. Estou a falar com o Dr. Bruno Eiras. Fala Maria José Moura. O seu número foi-me dado pela Dr.<sup>a</sup> Ana Runkel e precisava muito de falar consigo sobre um convite que lhe queria fazer. Quando tem disponibilidade para nos encontrarmos? Poderia vir a Lisboa ou eu também posso ir a Oeiras, mas era melhor se pudesse vir a Lisboa. Queria falar-lhe sobre um assunto, mas não queria alongar-me por telefone. Precisava de lhe fazer um convite, peço desculpa por ser em cima da hora, mas é mesmo urgente. Lamento que não seja para algo que provavelmente teria mais interesse, mas gostava que aceitasse o convite para ser Tesoureiro na próxima lista candidata às eleições da BAD. Mas depois falamos melhor. Pode ser? Diga-me quando nos podemos encontrar e depois ligue-me. Tem aí o meu número. Está bem? Obrigado. Adeus, adeus, adeus.”

Foi desta forma, numa conversa rápida, onde pouco ou nada consegui dizer, que iniciei o meu contacto mais regular com a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura.

Estávamos em 2011 e, no 17º mandato do Conselho Diretivo Nacional da BAD, iniciei funções como Tesoureiro. Foi o início de um percurso de mais de uma década, dedicado ao associativismo profissional e onde aprendi tanto que na altura tinha receio de não conseguir absorver tudo. Para além da equipa de trabalho extraordinária, toda reunida pela mão da Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura, foram anos de muito trabalho, grande esforço e dedicação, mas acima de tudo de enorme partilha, aprendizagem, humildade e motivação.

Durante estes anos, aprendi, como outros antes, o que era trabalhar com a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura. A intensidade, velocidade e dedicação às causas, a capacidade de raciocínio e de articulação de ideias e a exigência. Trabalhar com a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura significava ter uma disponibilidade mental muito grande e uma enorme vontade de concretizar projetos e ambições. Com ela aprendi muito, tanto que ainda hoje dou por mim a recordar-me de conversas que só agora me fazem sentido.

Com a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura, aprendi a importância de nunca desistir daquilo em que se acredita, a necessidade da luta constante em torno de algo que é maior do que nós e a importância de insistir em projetos e ideais que nunca podem parar ou morrer.

Foi a com a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura que descobri a importância dos contactos internacionais e da relevância de ver como outros fazem, aprender com quem faz melhor e há mais tempo. E graças aos seus conselhos, dou como uma das minhas melhores decisões todo o investimento pessoal para participar em todos os eventos e projetos internacionais da IFLA, ALA, EBLIDA, NAPLE. Por

toda a Europa, e até no mundo, o nome da Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura era uma referência reconhecida na área das bibliotecas públicas. Era quase impossível estar num evento internacional sobre bibliotecas e sabendo que eu era de Portugal, alguém não vir perguntar se conhecia a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura.

Apesar da velocidade e pressão de trabalhar com ela, dos telefonemas constantes e dos emails enviados de forma seguida sobre assuntos misturados, agradeço todos os dias os anos de partilha e aprendizagem que pude partilhar com ela. Estou grato pelos ensinamentos, conselhos e orientações, mesmo quando não os segui ou considerei que era melhor fazer de outra forma.

Como sempre sucede quando 2 pessoas apaixonadas pelo seu trabalho se cruzam, ambas com feitios especiais e especialmente teimosas (Como se sabe, ninguém teima sozinho!), a nossa relação não era totalmente pacífica. Foi numa dessas conversas mais aguerridas que perdi a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura. Depois de uma destas conversas mais acaloradas, a nossa relação não ficou a mesma, mas ficou mais próxima, ganhei a amiga Maria José. Não posso afirmar que não tenha ficado algo por dizer, mas ficámos com mais abertura para dizer o que queríamos e ser mais sinceros um com o outro. Claro que entre 2 teimosos tudo isto é relativo, mas foi assim que aconteceu!

Como tive ainda oportunidade de lhe dizer, agradeço-lhe profundamente as conversas generosas e dedicadas de verão, na gelataria *Pindó* e os lanches de final de tarde, no café *Das oito às oito*. Estou grato, mesmo que por vezes fosse esgotante, as longas horas ao telefone ou por email de conselhos, indicações e histórias de uma vida e todos os momentos e ocasiões em que a Maria José tentou que eu pudesse ser sempre um melhor profissional.

Recordo com carinho a última vez em que vi a Maria José no seu ambiente natural: viagens e bibliotecas. Em 2017, fomos juntos a Aarhus, na Dinamarca, para participar na Conferência Anual da EBLIDA e visitar a nova biblioteca pública. Nesta altura, a viagem já foi uma aventura, como habitualmente, entre compras, lembranças de última hora e os já grandes problemas de locomoção, numa viagem que implicava avião, comboio e autocarro. Nada que a Maria José não conseguisse ultrapassar! Afinal parecia que não existiam obstáculos para a Maria José. Nesta longa viagem, a Maria José queria também aprender a fazer compras online. Toda a carruagem ficou a saber que estava uma aula a decorrer a bordo. Discussão sobre tamanhos, depois sobre a cor, depois porque o desenho não devia ser assim, número de cartão aqui, morada ali, código ainda ali, etc. Mais umas quantas dúvidas sobre se tudo ia mesmo chegar ou se aquilo não era um embuste da Internet. Durante mais de 3 horas, entre Copenhaga e Aarhus, conseguiu comprar um vestido, com desenho de um pavão, uma carteira verde e um par de sapatos azuis. Tudo com sucesso e com entrega em casa até 10 dias úteis! A Maria José estava contente por mais esta conquista. Ficou ainda mais contente quanto recebeu tudo em casa tal e qual a encomenda feita durante uma viagem de comboio. Ficou combinada mais uma aula sobre comprar livros online.

Aquele último ano já foi muito difícil e infelizmente, nunca chegou a conseguir usar o vestido do pavão!

Obrigado por tudo, Maria José!

## Carlos Lopes

### à Maria José Moura

Ao longo de 35 anos, tive o prazer de conhecer, trabalhar, partilhar e, acima de tudo, aprender com Maria José Moura, no âmbito das bibliotecas de ensino superior. Deste percurso, uma palavra foi construída – amizade. Recentemente realizei uma entrevista ao vice-presidente da IFLA. Ainda não tinham passado dois minutos e o nome de Maria José Moura foi calorosamente mencionado, como uma profissional que dedicou toda a sua vida às bibliotecas públicas, à constituição da sua rede, aos grupos de trabalho da BAD, ao livro, à informação e ao conhecimento. A sua abertura, caracterizada pela sua resiliência, frontalidade e espírito aberto ao mundo, foram dimensões psicológicas que sempre nos contagiaram quando nos convidava ou desafiava para projetos e iniciativas.

Mas outra faceta imediatamente se manifestou, ao longo dos anos: a sua disposição quase carismática na defesa das bibliotecas, dos arquivos e dos seus profissionais. Toda a dedicação à causa pública, todo o seu amor à BAD e ao movimento associativo nacional e internacional, aliado ao seu insuperável espírito de cidadania, constituirão para todos e para sempre um inspirador exemplo.

Por tudo isto, foi para mim um orgulho ter tido a oportunidade de trabalhar com a Maria José Moura, personalidade ímpar e cuja visão a tornou um caso raro na defesa das bibliotecas, na proteção e reconhecimento dos seus profissionais, na pluralidade, no associativismo cívico e no valor da solidariedade.

A amiga, de quem guardo centenas de memórias inesquecíveis para sempre no meu coração.

Até sempre, AMIGA Maria José Moura.

## Conceição Serôdio

A primeira palavra que me ocorre para caracterizar Maria José Moura: *confiável*.

O que para mim é virtude maior, pois conquista-me de imediato a alma.

Sei, sem medo, que posso avançar com companhia sábia, para concretizar um propósito maturado e decidido.

Assim aconteceu, com a ideia do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus, em 2012.

O incentivo chegou sempre!

Mas também os alertas, quando o perigo podia comprometer as decisões do futuro.

Quando o caminho teve pedras, Maria José Moura estava presente, na solidez do compromisso tomado.

Nas alegrias e conquistas do grupo, fazia parte dos momentos e tomava-os como seus.

Toda esta grandeza de ajuda associativa não esgota a minha memória.

O seu sorriso continua inscrito na minha lembrança.

A sua inteligência a tocar longe, muito para além da multidão.

A facilidade em compreender os tempos de amanhã.

A amizade aos variados construtores, de valor, no progresso para todos.

A ousadia da responsabilidade, quando o país precisou dos seus préstimos.

Eu sinto falta da sua presença nos lugares, que, na ausência física, continuam habitados por Maria José Moura.

Anseio as suas palavras mágicas de energia.

Lembro o meu olhar enternecido por esta senhora, quando os tempos nesta vida teimavam em levá-la de nós.

As pessoas fazem sempre falta, a quem beijaram com a sua bondade, sempre!

## **Dulce Correia**

Foi no final de 2010 que recebi um telefonema inesperado de Maria José Moura. Apesar de já nos termos cruzado no mundo das Bibliotecas Públicas, durante o tempo que trabalhei na área, foi com muita surpresa que recebi este contacto, ao fim de um longo período a desempenhar funções em Bibliotecas de Ensino Superior. Como sempre, direta e segura de si, já nos seus 70 e muitos anos, explicou-me que as razões do telefonema se prendiam com a sobrevivência da BAD, à data a associação mais representativa dos profissionais de Informação e Documentação portugueses, hoje a única. Após uma longa e persuasiva conversa, arte que dominava como poucos, aceitei fazer parte do Conselho Diretivo Nacional e, em vez de colaborar apenas 3 anos, como combinado, fiquei 6, que se estenderam por mais 3, noutra órgão da Associação. Concordámos várias vezes, discordámos acaloradamente outras tantas. Maria José Moura, com

um percurso profissional impressionante para qualquer profissional de Informação e Documentação português e estrangeiro, era uma mulher combativa, apaixonada na discussão, tão dura nas palavras quanto sensível no coração, que poderia ter optado por preencher a vida, após a reforma, apenas com as viagens pelo mundo fora de que tanto gostava. Mas a luta pela continuidade da Associação que ajudou a criar e a dignificação da área profissional, pela qual lutou incansavelmente, impediram-na de fazer essa opção. Maria José Moura era assim, uma escola viva de vida coletiva, de identidade profissional, de cooperação, de solidariedade e de cidadania. Pessoas destas são raras e não se cruzam muitas vezes na nossa vida. Na linha do pensamento de Saint-Exupéry, quando pessoas como Maria José Moura se cruzam na nossa vida, levam um pouco de nós, mas deixam muitíssimo mais de si, de uma forma excepcional e marcante.

## **Eduardo Marçal Grilo**

Recordo Maria José Moura como uma das personalidades mais importantes para a promoção em Portugal do livro e da leitura.

Serena, afável, determinada e muito competente foi a grande responsável pela criação e expansão de inúmeras bibliotecas públicas, projeto ao qual dedicou grande parte da sua vida.

Tive o privilégio de, em representação da Fundação Gulbenkian, colaborar em muitas das suas iniciativas o

que foi por ela correspondido com igual participação em muitos dos projetos lançados pela Fundação.

Sentimos a sua falta e sobretudo vai-nos faltar o seu entusiasmo, a sua vontade, o seu empenhamento e o sorriso que tanto nos cativava.

## Eloy Rodrigues

Sobre a importância da Maria José Moura na história das bibliotecas portuguesas – sobretudo no que diz respeito às bibliotecas públicas – e na afirmação dos bibliotecários e outros profissionais de informação – em particular na criação e consolidação da sua associação profissional, a BAD – pouco mais poderei dizer, para além do que já é (ou deveria ser) sobejamente (re)conhecido. Ela foi seguramente uma das mais importantes (se não a mais importante das) bibliotecárias portuguesas dos últimos cinquenta anos, pelo impacto transformativo da sua intensa atividade profissional e associativa, de que ainda hoje beneficiamos em diversos aspetos.

Outros poderão detalhar, bastante melhor que eu, os muitos contributos da Maria José Moura para a transformação do panorama das bibliotecas portuguesas no último quartel do século XX e nas duas últimas décadas. Neste texto, irei restringir-me à minha vivência pessoal e profissional com a Maria José, destacando alguns dos traços da sua personalidade que mais me impressionaram.

Cruzei-me pela primeira vez com a Maria José Moura em maio de 1987 quando, ainda a ponderar abraçar uma profissão na área e a tornar-me estudante de Ciências

Documentais, fui participar no 2º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas em Coimbra. Mas só depois, tendo-me tornado estudante do Curso de Especialização em Ciências Documentais em Lisboa, associado ativo da BAD e profissional de informação, comecei a manter contacto regular e a conhecê-la verdadeiramente. Esse contacto teve períodos de maior e menor intensidade e frequência, mas nunca se quebrou, até porque o relacionamento, que começou por ser exclusivamente profissional, se transformou em verdadeira amizade.

Da minha relação com a Maria José Moura, ao longo de mais de vinte e cinco anos, vou destacar aqui apenas dois momentos, que foram particularmente significativos para mim, e que estão relacionados com as que julgo terem sido as suas duas principais “causas” nas últimas décadas: a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e a BAD.

Em primeiro lugar, recordo a minha participação no Grupo de Trabalho sobre as Bibliotecas Públicas Portuguesas, nomeado pelo Ministro da Cultura em dezembro de 1995, que a Maria José Moura coordenou. Tendo-me identificado como um profissional interessado nas questões relacionadas com as tecnologias da informação (em particular com a Internet e a Web) nas bibliotecas, a Maria José Moura convidou-me para integrar esse Grupo de Trabalho. Em janeiro de 1996 realizamos, de carro, uma espécie de “Volta a Portugal” de Bibliotecas Públicas, com visitas às bibliotecas de Aveiro (onde começamos), Oliveira de Frades, Gouveia, Abrantes, Almeirim e Seixal, em 2 dias muito intensos e atribulados (pois as visitas a Abrantes e Almeirim coincidiram com grandes cheias no Tejo, com estradas cortadas que obrigaram a alterar o percurso). O relatório apresentado em março de 1996 (que

apontava já algumas das debilidades e limitações da Rede de Leitura Pública que vinha sendo criada, e apresentava várias recomendações para a sua consolidação e desenvolvimento) não teve, infelizmente, impacto significativo nas políticas seguidas nos anos seguintes...

O segundo momento que quero recordar foi o convite/desafio da Maria José Moura para que eu integrasse a lista para os corpos sociais da BAD, nas eleições que se realizaram em janeiro de 2011. Pela conjugação de diversas circunstâncias, a BAD vivia, em finais de 2010 um dos momentos mais difíceis da sua história, podendo estar em causa a própria sobrevivência da associação, existindo o risco de não se apresentar qualquer lista ao ato eleitoral seguinte. Nesse momento, e encontrando-se já aposentada, a Maria José Moura desenvolveu uma incansável série de contactos e endereçou persistentes convites, que permitiram a constituição de uma lista, a qual aceitei integrar como candidato a Presidente da Mesa da Assembleia Geral. A tenacidade da Maria José e o seu amor e grande dedicação à associação foram fundamentais não apenas para a constituição dessa lista, como também para o exercício dos mandatos de 2011-2013 e 2014-2016 (nos quais exerceu as funções de Vice-Presidente do Conselho Diretivo Nacional) que, apesar de inúmeras dificuldades e vicissitudes, permitiram recuperar e fortalecer a Associação.

Nos dois momentos que aqui referi, a Maria José demonstrou dois atributos que todos lhe reconheciam: por um lado, uma imensa energia, que parecia inesgotável, e que manteve até ficar doente. E, por outro lado, uma grande perseverança e persistência, que por vezes se aproximava da obstinação e teimosia. Esta combinação de energia e persistência fizeram da Maria José uma lutadora incansável, que raramente se dava por vencida.

Outra das qualidades que sempre me impressionaram na Maria José foi a sua capacidade para se manter atualizada, atenta às novas tendências, serviços e tecnologias e o seu “radar” para detetar jovens profissionais “emergentes”. Tive a sorte e o privilégio de ter sido (há quase 30 anos...) um dos jovens profissionais que a Maria José Moura procurou chamar para colaborar nas suas causas, estimulou, apoiou e promoveu. Ao longo da sua carreira, vários colegas beneficiaram dessa espécie de apadrinhamento profissional, feito de apoios e oportunidades, mas também de desafios e “provocações”.

Com esses “eleitos”, e vários outros profissionais e amigos, a Maria José revelava outra das suas características: uma enorme generosidade e uma ilimitada e incondicional amizade, de que também beneficiei e que pude testemunhar relativamente a muitas outras pessoas em diversas circunstâncias.

Finalmente, para além da energia, tenacidade, abertura de espírito e atenção à mudança, o que mais recordo da Maria José Moura é também a sua habitual boa-disposição e o seu genuíno gosto pela vida, e pelas coisas boas da vida. Como a boa comida pois, como a própria reconhecía, um dos seus pecados era o da gula.

Por isso, uma das últimas e melhores imagens que guardo do meu convívio com a Maria José é a de ambos sentados no murete da Urca, no Rio de Janeiro, a conversar e petiscar, numa bela tarde de novembro.

## Emília Araújo

Podemos lembrar a Maria José de diversas formas. Eu vou deixar para outros, que mais de perto com ela contactaram na sua vertente profissional, o merecido elogio que certamente farão. A minha recordação será sempre a da mulher e das suas qualidades enquanto tal. Conheçemo-nos quando estudantes no Liceu Nacional de Évora mas, curiosamente, não nas salas de aula, já que ela era mais nova, mas sim a pisar o palco numa das récitas que era uso levar a cabo por altura das comemorações do 1º de Dezembro. Não me recordo qual a peça que representámos, mas recordo, isso sim, a sua facilidade de integração num grupo que já vinha formado de anos anteriores. Essa qualidade, creio, viria a ser uma constante toda a sua vida, o que justificou manter-se igual a si própria em qualquer contexto em que fosse chamada a intervir.

Por muitos anos, não voltamos a encontrar-nos mas um dia li, num jornal local [Moçambique- antiga Lourenço Marques], uma notícia que referia a sua presença em Moçambique, numa das suas acções de promoção relacionadas com a formação dos profissionais das bibliotecas. Eu ignorava então que seria esse o ponto de encontro que nos viria a juntar mais tarde, mas quando isso veio a acontecer, o contacto mais próximo apenas reforçou em mim a ideia que formara da mulher e da profissional que se tornaria um exemplo.

Assim, quando me é pedido que refira as três características que melhor a definiam eu escolheria **flexibilidade** na adopção de novas ideias, **combatividade** na defesa dessas mesmas ideias e a **entrega** a um objectivo de vida que nunca abandonou.

Homenageá-la, para além de acções que, por muito verdadeiras que sejam no seu objectivo, inevitavelmente se perderão no tempo, será saber incutir, nos jovens que optem por esta profissão, os valores que nortearam toda a sua vida

## Etelvina Araújo

Surpreendi-me várias vezes ao ser convidada para escrever algo sobre a Maria José Moura, ou seja, uma bibliotecária mediana escrever sobre uma BIBLIOTECÁRIA.

A surpresa e a honra fizeram-me aceitar imediatamente quando, estou certa, deveria ter mais prudência e sensatez face à sua dimensão e aos vultos que sobre ela falaram.

Passado o desvario dessa aceitação, falarei com o coração. Sim, porque falar da Maria José tem de ser com o coração.

A afinidade do amor pelas bibliotecas, do fervor do lançamento da Rede Nacional de Leitura Pública, da materialização do sonho, não determinou, propriamente, que houvesse intimidade entre nós, mas antes um grande companheirismo e, da minha parte, como os demais companheiros, muitos deles já ausentes, mas calado bem fundo, no nosso coração, um grande respeito e consideração por aquela que foi, indubitavelmente, a nossa mestre.

Corria o ano de 1986, quando se realizou a primeira reunião com os municípios, para apresentação do projeto. Recordo, ainda menina e moça, hesitante sobre a opção da minha carreira de bibliotecária, descida à cidade quase desconhecida, intimidada pelos presentes,

a paixão colocada pela Maria José Moura na apresentação do projeto que induziu, em alguns, uma expressão de profundo ceticismo e noutros, como eu, a perplexidade do vislumbre de um novo mundo.

Subi ao norte, arrebatada, com a convicção de que queria participar nessa revolução da leitura que, ainda hoje, passados que estão 33 anos, prossigo.

José Saramago ensinou-me, na celebração do seu 80º aniversário, na nossa biblioteca, que “... Ao invés do que se imagina, a felicidade não é uma coisa só. A felicidade é uma saca de linhagem que contém coisas pequenas e grandes...”. Na minha, fui colocando pequenas coisas: o livro *Un espace pour le livre*, da Jacqueline Gascuel; o olhar de escândalo da Maria José quando o Neiva disse que ia pôr uma catraia no centro da biblioteca de Esposende; o seu olhar reprovador quando chegávamos atrasados a encontros laboriosamente preparados por ela; o seu dedo indicador a bater sobre o tampo da mesa porque estávamos a fazer barulho; o seu sorriso solto; o meu nome dito por ela... “Etelvininha” e tantas, tantas coisas mais.

Graças a ela e como escreveu o Francisco Providência, “À porta da biblioteca, mora um gigante de olhos virados para o mar. Para que serve? Para nada... vive ali, abençoando quem passa, para lhes lembrar que, no conhecimento, é o coração quem mais manda”.

Obrigada Maria José.

## **Fernanda Campos**

### ***“Anda cá minha linda...” ou a Maria José Moura que eu conheci***

Conheci a Maria José no glorioso ano do lançamento da BAD. Eu estava a tirar o curso e ela era um furacão que galvanizava os “pintainhos”, lutando pelo que acreditava e levando a sua avante. Ela era a BAD, disso ninguém tinha dúvida. Mantivemo-nos sempre fiéis uma à outra: ela a procurar-me e a “empurrar-me” para as realizações em que achava que eu podia ter algum mérito e eu... a dizer que sim, claro! Outras vezes, era eu que pedia conselho e, fosse o que fosse, podia contar com ela. No turbilhão em que vivia, e mesmo quando não partilhávamos as mesmas ideias, havia amizade e cumplicidade. Fui sempre a Fernandinha ou a “piquinina” até ao fim. Enquanto profissional, a herança da Maria José é incomensurável. Não houve ninguém com tanta obra feita. Desde a criação da Associação à defesa das carreiras, da construção de parcerias profissionais que trouxeram a Portugal tantos colegas estrangeiros, ao seu empenhamento na melhoria da preparação dos profissionais, BAD, da sua ativa participação nas instituições e projetos europeus, ao papel que desempenhou na IFLA... Em todo o lado, semeava amizades, construía pontes, fazia dos sonhos realidades, como a Rede de Leitura Pública, sempre incansável e atenta às oportunidades e novidades. Ia dizendo que não percebia nada de “coisas técnicas”, mas chamava quem a podia ajudar (era a mão a acenar “anda cá minha linda” e eu a saber que já estava “arregimentada”), retribuindo sempre com uma generosidade invulgar. Da minha experiência pessoal, lembro os convites para lecionar na

BAD, no Curso de Ciências Documentais, em Lisboa, de que foi fundadora, tal como do Mestrado em Ciências da Informação e Bibliotecas Digitais, no ISCTE. Num registo mais íntimo (e entre os muitos que aqui não cabem) escolhi um testemunho mais recente. Foi há 3 anos, quando lancei um livro. Convidei-a, claro, mas sabia dos problemas de saúde que não lhe facilitariam a deslocação. Telefonou-me logo a dizer que tinha uma consulta, mas que não faltaria, de maneira nenhuma. E assim foi, chegou quase em braços, mas lá esteve. Sensibilizou-me muito e, ainda mais, as palavras que, no final, me disse, emocionada e com um brilhinho de amizade e de orgulho nos olhos. Foi bom voltar a ser a “piquinina” e é bom poder partilhar a minha gratidão e amizade à Maria José que conheci, agora que ela já não está connosco.

## Giuseppe Vitiello

O Presidente da República Portuguesa lamenta a morte de Maria José Moura. Não acontece com frequência que uma autoridade estatal tão alta se expresse sobre a morte de um bibliotecário, mas no caso de Maria José Moura, as condolências expressas pelo mais alto cargo nacional são perfeitamente compreensíveis.

O Portugal que saía da Revolução dos Cravos era confiante e aberto à democracia, mas também cheio de problemas, com taxas de analfabetismo acima da média europeia. Em 1989, quando comecei a trabalhar para a Comissão Europeia no Luxemburgo, lembro-me muito bem do fôlego de frescura e euforia que a adesão formal

de Portugal e Espanha tinha trazido aos corredores do edifício Jean Monnet. O entusiasmo com que os jovens funcionários se juntaram à equipa europeia também se deveu ao ímpeto e à natureza dos problemas europeus então enfrentados.

Portugal despertava a admiração da Europa pela rapidez com que os fundos europeus PEDIP foram usados em obras públicas. No campo das bibliotecas, todos os organismos europeus ficaram impressionados com a velocidade com que o Ministério da Cultura implementou o plano para construir uma infraestrutura de bibliotecas. O progresso foi tangível e cresceu de forma deslumbrante: dez, vinte bibliotecas, até 100 no final da década de 1990-2000. Por trás desse avanço, que se desenrolou no mesmo ritmo das vitórias de Napoleão, havia um punhado de bibliotecários, inclusive Maria José Moura.

Maria José Moura será lembrada para sempre no seu país, e além-fronteiras, como uma das arquitetas da luta contra o analfabetismo, da inclusão das bibliotecas numa lógica e numa dinâmica que têm poucos rivais na Europa, tendo em vista a afirmação das bibliotecas portuguesas a nível europeu.

O trabalho frutífero, iniciado em 1990, continuou nas décadas seguintes. Mas é sobre a personalidade desta protagonista da cena das bibliotecas portuguesas que eu gostaria de falar. Lembro-me muito bem da maneira direta, entusiástica e fulminante com a qual ele entrava em contato com as pessoas. Uma breve troca de pontos de vista era seguida por um acordo sobre as atividades a realizar, uma mobilização imediata das forças das bibliotecas portuguesas e pela certeza de que os objetivos eram atingidos. Na altura, eu era um funcionário europeu, cuja missão era facilitar a adesão das bibliotecas portuguesas aos planos europeus. Posso dizer, com segurança,

que não poderia ter encontrado um interlocutor mais fácil de abordar e mais confiável. Também me lembro dos momentos de tensão, que sempre foram dissipados pela Maria José com uma risada alta, que imediatamente apaziguava as mentes e trazia os problemas de volta à sua própria dimensão.

Maria José alcançou estes resultados com uma grande capacidade de mobilização, mas acima de tudo com humanidade e paixão. Mesmo encontrando-a esporadicamente, ficava claro que não estava envolvida num projeto ou numa ação comuns, mas numa realidade mais elevada, numa visão que envolvia, ao mesmo tempo, pessoas, coisas e sentimentos. Eu havia proposto a um grande jornal europeu que a designasse como uma das pessoas que estavam a mudar a Europa; o projeto não passou, mas ainda estou convencido disso hoje.

Isso é o que resta dela em mim: uma forte paixão pela humanidade, um grande ideal para perseguir e a risada mais decisiva, que resolve todos os problemas.

## **Glòria Pérez-Salmerón**

### ***Maria José Moura en su Red de Redes.***

Aún me emociona pensar en Maria José y en su propuesta de red de bibliotecas.

La primera vez que conversé con Maria José fue en la Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela en Vila Verde, cerca de Braga. Había oído hablar muy bien de ella entre los compañeros de la *Xarxa de Biblioteques de la*

*Diputació de Barcelona*, pero no fue hasta el primer Encuentro de la UNET, UNESCO MODEL LIBRARY, que se celebró en Portugal en 1997, cuando coincidí con ella.

Por aquel entonces, Maria José era miembro del Comité Permanente de Bibliotecas Públicas de la IFLA y, junto con otras colegas del comité, tuvieron la idea de unir sus experiencias para organizar una red de Bibliotecas Modelo de la UNESCO. Una red mundial para expresar la condición de bibliotecas inspiradas en la misión que recomienda el Manifiesto de la IFLA/UNESCO sobre la Biblioteca Pública de 1994 y la evaluación de los servicios que ofrecían para cumplir fielmente las funciones que el Manifiesto recoge como propias, y a la vez básicas, que toda biblioteca debe ofrecer a su comunidad.

En el fondo era pura reivindicación. El descontento entre los miembros del Comité Permanente de Bibliotecas Públicas de la IFLA por la decisión de la UNESCO de promover y apoyar la construcción de la nueva Biblioteca Alejandrina, en lugar de promover la construcción de bibliotecas piloto, tal como lo hizo con el anterior Manifiesto de 1949, en ciudades de varios continentes en vías de desarrollo durante los años 50' – New Delhi (India), Medellín (Colombia), y Enugu (Nigeria) -, fue el causante de que parte del Comité Permanente se organizara para reivindicar el valor de la biblioteca pública de proximidad.

A la cabeza de esta iniciativa de la nueva Red estaban las autoridades responsables de las bibliotecas públicas de Suecia y Portugal, invitando a participar inmediatamente a España, Estonia y Zimbabue. Chile y Canadá se incorporaron después, y todas buscaron entre sus bibliotecas públicas la que pudiera representar mejor a sus países, como la biblioteca modelo (piloto), para impulsar el

espíritu de servicio público inspirador que el Manifiesto expresa.

La Red de Bibliotecas Modelo de la UNESCO (*UNET, UNESCO Model Library Network*, por sus siglas en inglés), era el principio de la red de redes de bibliotecas que se convertirían en bibliotecas piloto para desarrollar los principios que toda biblioteca pública ha de mantener y de los servicios que ha de cubrir.

La UNET quiso proclamar bien alto y claro que su voluntad era posicionar los valores del Manifiesto más allá de las buenas razones del documento internacionalmente reconocido. Su objetivo principal buscaba predicar con el ejemplo que los miles de bibliotecas ya existentes, abiertas al público con servicios orientados a seguir las pautas del Manifiesto de la UNESCO de la Biblioteca Pública, podían conseguir forjar una red mundial, como un entramado organizado, con ofertas de servicios públicos que brindaban oportunidades a millones de personas en todo el mundo, para mejorar sus vidas.

Tuve la suerte que la Diputación de Barcelona se fijara en la Biblioteca Can Casacuberta - Central Urbana de Badalona - para erigirla como la Biblioteca Modelo de la UNESCO a nivel nacional. Su elección no fue por casualidad, lo hizo porque en aquel momento en Badalona ya trabajábamos muchos de los aspectos que perseguía el modelo de la UNESCO. La Biblioteca tenía un amplio horario al público y una oferta rica de actividades culturales; servicio de préstamo en la biblioteca y a domicilio, biblioteca en el hospital, una red de voluntarios sociales que leían a los enfermos terminales, clubes de lectura para mujeres, hora del cuento para niños, formación de usuarios en las nuevas tecnologías, y prolongación de un

horario para apoyar a los jóvenes principalmente en la época de exámenes.

Empezábamos a ser modelo en muchos aspectos, pero nos faltaba contextualización, nos faltaba el relato, la narrativa para explicar nuestra oferta de servicios de manera coherente y poder abogar ante nuestros gobernantes por la mejora de nuestros presupuestos.

En este sentido, tengo mucho que agradecer a María José Moura. Mis conversaciones con ella siempre fueron muy instructivas, le podía preguntar abiertamente sobre cualquier aspecto de la UNET o la IFLA en castellano y ella, como solía decir, me respondía en *portugués*. Nos entendíamos, hablábamos la misma lengua porque veíamos y entendíamos el servicio público de la misma manera.

María José me animó a que me postulara como candidata al Comité Permanente de Bibliotecas Públicas de la IFLA y a trabajar para mejorar el panorama mundial de bibliotecas. Lo consiguió. Consiguió convencerme de que para cambiar las cosas hay que hacerlo desde dentro de las organizaciones. Hay que adquirir compromisos. Hay que luchar por lo que una misma cree que es justo.

Así empezó mi trayectoria de trabajo activo en la IFLA, hace ya más de 15 años. Del Comité Permanente de Bibliotecas Públicas pasé a la Junta de Gobierno y de esta, a la Presidencia.

Ella, mientras tanto, desde el Ministerio de Cultura de Portugal, iba fortaleciendo la Red Nacional de Bibliotecas Públicas, que había iniciado bajo la inspiración del Manifiesto con muchos aciertos y algún que otro quebradero de cabeza.

Un indicador del legado del Manifiesto de la UNESCO en la red de bibliotecas que María José inició, lo hallamos en la Wikipedia, bajo la entrada MANIFIESTO

DE LA UNESCO DE LA BIBLIOTECA PÚBLICA  
donde leemos:

#### Integración

Propone que los gobiernos y la sociedad fortalecen las redes de integración para apoyar a las bibliotecas, como en Portugal por la Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, y Brasil este cuerpo es el Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Con este ejemplo, vemos que su inspiración no se quedó solo en Portugal sino que llegó allende los mares y ha contribuido a consolidar también el modelo de red en Brasil.

Inspiradora en el sector bibliotecario y militante en la BAD, *Associação portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas* durante décadas. Aún bajo su cargo honorífico en la BAD, me escribió en 2017 en la búsqueda de oradores para una conferencia que se estaba planeando celebrar en septiembre de 2018 y por supuesto, para contar con mi presencia como presidenta de la IFLA.

La Red de Redes de Maria José queda como la obra más latente de su compromiso con el sector bibliotecario y con la sociedad.

Glòria Pérez-Salmerón  
IFLA President  
[2017-2019]

## Henrique Barreto Nunes

### “*Eu tenho um sonho*”

Se a Crise Académica de Coimbra (1969) foi decisiva para a minha afirmação como cidadão, o seminário “Animação de Bibliotecas” (1983) permitiu que descobrisse a Leitura Pública.

Fui convidado para nele participar pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura - então já um nome de referência - com quem já tinha tido alguns contactos sobretudo nos Encontros da BAD, mas que depois me disse ter ficado “de olho em mim”, por causa de um pequeno artigo que publiquei no “Noticias”, em 1982, sobre a Biblioteca Pública de Braga.

Aquele seminário foi para mim um deslumbramento e permitiu que me apercebesse de qual podia ser o verdadeiro e importante papel das bibliotecas públicas na sociedade.

E tal tornou-se possível pela troca de ideias, pelo debate gerado e pelos horizontes que, de repente, ali se abriram, sobretudo graças ao dinamismo e entusiasmo de Maria José Moura, que no final me convocou para o pequeno grupo encarregado de redigir um documento com o que poderiam ser as conclusões daquele encontro.

Assim surgiu o manifesto “Leitura pública em Portugal”, que teve ampla divulgação e abriu caminho para a definição de uma política nacional de leitura pública.

Não vou naturalmente aqui contar tudo o que se passou até à apresentação, em 1986, do relatório “Leitura pública em Portugal: rede de bibliotecas municipais”, redigido por um grupo de trabalho coordenado por MJM, que esteve na origem de uma revolução silenciosa

e tranquila que abalou o nosso país a partir dessa data e cujos resultados são palpáveis, embora hoje seja necessária uma reflexão profunda para redefinir o papel das bibliotecas públicas num tempo de acelerada e imprevisível transformação.

De Maria José recorde, antes desse momento inicial, o papel que na BAD desempenhou para a dignificação e valorização profissional, para a resolução do problema das carreiras e formação, para a criação de um Sistema Nacional de Informação. E também, ao longo da vida, na aposta nos Encontros e Congressos, presidindo à associação ou integrando grupos de trabalho empenhados em combater o nosso crónico desenvolvimento nessa área, empenhando-se na mudança, na divulgação do “Manifesto da Unesco”, na imperiosa urgência das TCI, na integração europeia, no multiculturalismo, sempre com os olhos postos no futuro. Foram alguns dos muitos combates de uma vida.

Nunca poderei esquecer a confiança que em mim depositou, dando-me o privilégio de poder colaborar no lançamento da Rede de Bibliotecas Públicas no norte do país, o que me obrigou a consultar muita bibliografia e que me proporcionou uma experiência inolvidável e um conhecimento dos problemas reais que existiam, sempre em estreita relação com a equipa do IPLL/IPLB.

Sob a sua inspiração, na sua companhia e constante incentivo, com ela partilhei muitos projetos, desafios, sonhos.

Visitei inúmeras bibliotecas na Europa, participei em reuniões e encontros internacionais, onde pude sempre aperceber-me do reconhecimento, do respeito e apreço que por ela tinham alguns dos mais reputados bibliotecários, dos países latinos à Escandinávia, passando por Inglaterra ou Dinamarca.

Também fomos cúmplices, com o mesmo entusiasmo, na introdução, nos Cursos de Especialização em Ciências Documentais de Lisboa e Coimbra, de uma disciplina então intitulada de “Animação de bibliotecas”, que mais não era do que uma introdução à Leitura Pública, como corolário de experiências ensaiadas em seminários por nós orientados, realizados em diversos pontos do país, cursos aqueles (depois também no Porto) que foram a base da formação dos excelentes profissionais que estiveram no arranque das BP/M em todo o país.

Igualmente fui seu colaborador, num registo diferente, no Inventário do Património Cultural Móvel, de cujo programa MJM foi coordenadora.

E ainda estivemos juntos, nos últimos anos, no Conselho Diretivo Nacional da BAD, para o qual me arrastou e permitiu, entre muitas outras iniciativas, a revitalização dos “Cadernos” e a comemoração dos quarenta anos da nossa associação. Por fim, ainda me apercebi e acompanhei o seu entusiasmo na celebração do trigésimo aniversário da criação Rede de Bibliotecas Públicas.

Naquela cerimónia, pôde prestar uma comovida homenagem à fantástica equipa que a acompanhou no Instituto Português do Livro e da Leitura e seus sucedâneos, bem como recordar, com carinho e gratidão, os nomes das bibliotecárias e dos bibliotecários que militaram nas “suas”, nas nossas bibliotecas.

Porém, o que mais retenho, entre as névoas de uma memória que se vai esmaecendo, é a sua amizade, uma verdadeira e sólida amizade que mantivemos até ao seu injusto final de vida e em que pude beneficiar da sua generosidade, do seu constante incentivo, do apoio e solidariedade em horas difíceis, quer a nível profissional, quer pessoal. Foi uma “Amiga maior que o pensamento”, sendo sempre uma mulher de causas.

Querida Maria José, há quanto tempo não recebo um postal teu!

Onde estás não há bibliotecas?

## **Isabel Alçada**

### ***Homenagem a Maria José Moura***

O nosso país tem uma dívida de gratidão para com esta admirável mulher, Maria José Moura, que desempenhou um papel absolutamente determinante no lançamento e no desenvolvimento da Rede de Leitura Pública.

Conheci-a em 1996, por intermédio da Teresa Calçada, quando fui desafiada para coordenar a equipa que preparou o programa que veio a estar na base do lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares. Já então a Maria José Moura era uma referência na área, pois dez anos antes tinha ela própria coordenado a equipa que definira a política nacional de leitura pública, que esteve na génese da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e desde então assumira o cargo de Diretora do Serviço de Bibliotecas, do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

A Maria José Moura sempre defendeu a ideia de que a leitura é um bem inestimável e que portanto tem de estar ao alcance de todos. Defendeu que, nas políticas do livro e da leitura, seria indispensável seguir em Portugal as orientações resultantes dos conceitos contemporâneos de biblioteconomia, baseados nas ciências da informação, ou seja fundamentar a decisão e a ação no conhecimento científico. Apoiando-se nestes princípios foi capaz

de lançar pistas, formar equipas e coordenar projetos luminosos, que vieram a implantar a leitura pública na sociedade portuguesa.

No mesmo ano em que se lançou a Rede de Bibliotecas Escolares, 1996, a Maria José foi chamada a coordenar também o programa que veio a reformular as linhas estratégicas para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas Municipais. Este novo programa suscitou naturalmente um trabalho conjunto com a equipa que se dedicara ao programa Rede de Bibliotecas Escolares. Desde logo ficou assente, como objetivo estratégico, criar uma Rede Nacional de Leitura, em que Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Municipais se articulassem devidamente, beneficiando também as escolas e os docentes da especialização adquirida pelos Bibliotecários Municipais.

O êxito alcançado por cada um dos programas não tardou a ser reconhecido, continuando o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas a ser dirigido, até 2006, pela competentíssima Maria José Moura, e sendo o Programa Rede de Bibliotecas Escolares dirigido pela Teresa Calçada, que sempre esteve à altura da missão que aceitou desempenhar.

Graças às questões da promoção da leitura, encontrei com frequência a Maria José Moura em múltiplas iniciativas ligadas ao livro, às bibliotecas, à informação. E foi com um enorme gosto que, em 2006, quando lançámos o Plano Nacional de Leitura, a pude convidar para a Comissão de Honra, para a qual sempre contribuiu com a sua longa experiência e a sua profunda sabedoria.

Sempre atenta, sempre interessada, sempre expressiva, encontrá-la, nas mais variadas circunstâncias, tornava-se não só agradável, como estimulante, pois a Maria José vivia as questões da leitura com grande empenhamento, nunca se coibindo de elogiar, quando concordava, ou de

apontar críticas, quando discordava. No entanto, e graças à sua personalidade aberta e calorosa, conseguia transformar qualquer comentário negativo em incentivo para que se fizesse mais e melhor, pois o seu objetivo central sempre foi unir esforços e criar convergências, de modo a que Portugal se pudesse transformar num país de leitores.

## **Isabel Andrade**

### ***Maria José Moura, o legado de uma amiga***

Crescemos e envelhecemos em contexto: nas nossas casas, no nosso espaço social, com as nossas famílias, com os nossos vizinhos, com os nossos sonhos.

Maria José Moura, aliando as memórias do seu imaginário alentejano ao seu extraordinário saber pragmático, cresceu e envelheceu com um sonho que tornou realidade: o das bibliotecas públicas “de todos e para todos” e, por isso, conheci-a muito antes de a encontrar.

Mas não é nesta dimensão de grande e ilustre colega que irei deter-me. Entre a partilha e a memória, falar sobre o papel incomparável e imprescindível que desempenhou - num percurso que tomou forma em nomes, situações, proximidades, divergências e lições individuais e associativas, excedendo as palavras que aqui podia deixar - fica para quem decerto o fará muito melhor do que eu.

Através da evocação da sua memória e da recuperação da sua mensagem de modernidade, este é, em primeiro lugar, um agradecimento pessoal por todos os ensinamentos que me transmitiu.

Maria José Moura foi edificando um universo de inspiração à volta de todos quantos com ela conviviam e, com mestria singular e com a satisfação íntima de ser um espírito livre, que a ninguém se submetia, fez-me aceitar desafios, chegar a lugares e alcançar objetivos que, sem a sua intervenção, nunca teria sequer ambicionado.

Na BAD, foi um privilégio colaborar com alguém que, mesmo depois de passada a fase da sua vida profissional ativa, não deixou esmorecer o seu entusiasmo, encorajando metas, partilhando saberes, criando equipas e trabalhando sempre para a causa pública e associativa.

O seu exemplo de dedicação e empenho, o seu espírito de missão e a sua capacidade inovadora são, para mim, prova de que o que se deixa de mais importante aos outros é o conhecimento e a lição de vida.

Evocar a sua memória e a visão progressista que tinha sobre o mundo enriquece-nos a todos. A mim, para além da saudade, enche-me de orgulho saber que fui a sua “Isabelita”.

## **Isabel Martins**

Conheci a Maria José Moura em 1985, era então uma jovem finalista do curso de História na Faculdade de Letras de Lisboa. Ela exercia as funções de bibliotecária, na Biblioteca da Reitoria da Universidade, e eu das bibliotecas conhecia apenas as longas horas de estudo e investigação a que a licenciatura me obrigara. Tinha ouvido falar, vagamente, nos corredores da Faculdade, de

uma nova pós-graduação em Ciências Documentais, mas os meus interesses não passavam, nessa altura, por aí.

Quis o acaso que me coubesse assegurar o trabalho de secretariado do curso de especialização. Foi aí que contactei, pela primeira vez, com a Maria José. Percebi, de imediato, que aquela mulher determinada e sempre presente, não sendo docente, era a alma e o motor da pós-graduação. O entusiasmo que mostrava relativamente à profissão era contagiante. Quando, em 1987, foram lançadas as bases da Rede de Bibliotecas Públicas e abriu o primeiro curso dedicado às bibliotecas municipais, resolvi embarcar e candidatei-me ao curso que me permitiria o acesso e a participação activa no mundo das bibliotecas.

Os anos que se seguiram foram de enormes euforia e crescimento. O projeto da Rede de Bibliotecas Municipais, encabeçado por Maria José Moura, constituía uma verdadeira revolução no panorama da leitura pública em Portugal. Tudo era novo. Livre acesso, espaços diferenciados, fundos e suportes diversificados, serviços que nem imaginávamos existirem. Mas, sobretudo, associadas a estes serviços inovadores, as ideias de liberdade, igualdade, democracia.

Um pouco por todo o país, começam a surgir os edifícios que iriam receber as novas bibliotecas públicas municipais. Porém, o mais importante para a geração de profissionais, que então nasceu, ligada a estas bibliotecas, foi a ideia clara de que poderíamos ser os responsáveis e os agentes de uma importante mudança, na qualidade de vida das pessoas.

Mais uma vez, a Maria José estava sempre presente, mesmo quando não estava. Afetiva, mesmo protectora, era ao mesmo tempo de uma grande exigência e sentido prático, quando se tratava de trabalho e de levar a

bom porto a missão na qual nos incluía. Porque as bibliotecas são aquilo que fazemos delas, e eram precisos bibliotecários motivados e empenhados na construção dos novos serviços. Era vê-la, nessa época, percorrendo o país de uma ponta à outra, envolvendo os executivos camarários, negociando e justificando a necessidade de se criarem quadros de pessoal com formação específica, de se dotarem as bibliotecas de recursos financeiros que garantissem as actualizações de fundos. Apoiando-nos, sempre.

Seguiram-se os Encontros Nacionais de Bibliotecários da Rede de Bibliotecas Públicas, que foram 14, até 2017. Foram (e serão) locais importantíssimos de debate, partilha e crescimento conjunto. Em outubro, quando nos reunimos em Leiria, a Maria José já lá estava para nos espicaçar e disciplinar, entre sonoras gargalhadas. Cabe-nos continuar a desenvolver as nossas bibliotecas, a superar os desafios que se nos vão colocando, a procurar fazer a diferença no terreno. E passar o testemunho.

## **João Luís Lisboa**

### ***Maria José Moura, a profissional e a pessoa extraordinária que conheci***

Trabalhei com a Maria José Moura durante pouco mais de ano e meio (2001-2002), no Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. Tempos de muito entusiasmo, apesar de se perceber que o seu grande projecto de criação

e expansão da rede de leitura pública passava por alguma desaceleração, depois de mais de uma década excepcional. É certo que uma vida não se resume a um grande projecto, ainda que este tanto lhe deva. Quando entrei no IPLB, o programa das bibliotecas públicas era ainda central, na sua importância política, no seu peso orçamental, na relação com as autarquias e as populações. Atingira uma velocidade de cruzeiro, apoiado em algumas experiências muito bem conseguidas, abrindo-se novos concursos, dando-se um apoio constante aos programas que arrancavam e definindo-se novos objectivos para as bibliotecas que tinham começado mais cedo, objectivos de que o programa de digitalização integrada foi, tanto quanto me lembro, dos que passou por maiores dificuldades. Em todas essas frentes, o dinamismo da Maria José Moura era notável e o sucesso do programa não a tornara uma simples gestora. Atirava-se à resolução dos problemas com uma energia invejável, mesmo para além do seu campo estrito de responsabilidade, pois, no IPLB, o serviço das bibliotecas fazia parte de uma política integrada. Os espaços das bibliotecas eram centrais na promoção da leitura e dos autores e, ao mesmo tempo, a composição dos seus fundos estava associada aos programas de apoio à edição. A Maria José, presente em todas as fases da concepção e materialização desse projecto, desde 1986, continuava a vivê-lo com uma grande disponibilidade. Sabia que geria um programa cujas dimensões políticas e técnicas eram indissociáveis e foi uma das duas ou três pessoas que tornaram a minha passagem pelo Instituto uma experiência gratificante. Eu tinha a consciência de me confrontar com uma grande protagonista de um processo com impacto histórico (meço as palavras). Alguém com quem se aprende e, também, alguém com quem temos necessariamente confrontos. Foi certamente

a pessoa com quem mais discuti, algumas vezes de forma muito acesa, discussões que nunca prejudicaram a confiança mútua, o gosto de trabalhar em conjunto, nem a vontade de rir em cada momento, sentir o prazer da vida, dos sabores, dos lugares (não apenas do seu sul), as longas deslocações pelo país em que havia tempo para conversar. Este prazer nunca foi afectado pelas diferenças de formação, de sensibilidade e de empenhamento político. Pelo contrário, senti sempre uma cumplicidade que é difícil de esperar nas circunstâncias que vivíamos. Devo dizer que, no IPLB que eu conheci, havia mais gente excepcional, profissionais com quem foi um prazer trabalhar e em quem tinha toda a confiança. Não encontrei, como se percebe, apenas sorrisos e abraços e certamente não me dei bem com toda a gente. Mas as maiores dificuldades nunca foram internas e o ambiente dos serviços nunca reflectiu a pressão da tutela, das autarquias e dos agentes da edição. E nunca tive a sensação de estar numa repartição cinzenta. Longe do estereótipo cansado dos funcionários públicos, os trabalhadores do IPLB eram agentes em campanha. O sucesso dos programas eram os seus sucessos, como profissionais e como cidadãos. E a Maria José Moura foi certamente, para mim, o melhor exemplo dessa equipa.

## João Ruas

As pessoas que fazem o que gostam e que gostam do que fazem transformam qualquer tarefa numa fonte de vida e prazer, graças ao seu empenho e dedicação aos outros e a causas que para isso concorram.

Assim o fez sempre a nossa amiga Maria José Moura e por isso aqui estamos todos irmanados nela, como irmã mais velha que só queria ajudar e cuidar de nós.

Tudo isso se pode observar e verificar na sua acção, quer na campanha da Leitura Pública, quer na força e criatividade que sempre pôs ao serviço da nossa associação profissional.

Cada um de nós, que resolveu colaborar nesta tão justa recordação, terá as suas histórias para contar e assim dar testemunho da vivência que teve com esta grande senhora e amiga.

Em 1986, revolvi decidir que era chegado o momento de me retirar e manter-me num só projecto e por isso continuei a pertencer a esse primeiro inventário do Livro Antigo, aqui na zona Sul, pois já ia no segundo ano. Era coordenado em Lisboa com a Celina do Patrocínio e depois com a Maria José Moura e a Teresa Calçada. Aí nos encontrávamos, vindos de todo o país, para prestar contas do trabalho realizado.

Três anos depois... era uma vez um dia claro e sossegado, em pleno Alentejo, quando eis senão quando, vejo, na estrada de terra a subir direito ao monte, um carro saltitante mas seguro até à nossa porta. Reconheço um homem do burgo mais perto e também quem vinha ao volante. Interroguei-me incrédulo? Era mesmo a Maria José!!!

Por entre risos e abraços, apresentações e convites para entrar, tomar algo, pudemos depois conversar sobre tão invulgar e inédita visita intempestiva.

Tinha de ser, porque era preciso e tínhamos era de ver as condições e para tal estava na hora de marcar uma reunião em Lisboa, na Rua Ivens, como as do trabalho a que já fiz menção.

Coragem e decisão foram sempre o seu apanágio e assim conseguiu a minha anuência e a presença na tal reunião e depois... e depois, fui direito até ao fim do tempo de serviço, que agora também já terminou, embora com algumas intermitências de idas a Lisboa ou de aulas sem horário.

Maria José, sei lá onde nos ouça ou possa ler, quero que saiba que a sua presença na minha vida profissional estará sempre ligada a grandes momentos e mudanças importantes como esta pequena história tão bem ilustra.

Uma vez mais, muito obrigado

## **Joaquina Barrulas**

Escrever sobre Maria José Moura é reviver uma grande parte da minha vida profissional, é lembrar com muita saudade alguém que teve influência decisiva na minha vida como na vida de muitas pessoas da minha geração e mais novas.

Conheci a Maria José quando frequentei, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, o primeiro Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD). Com ela aprendi a conhecer a biblioteca para além daquilo que, até então, era para mim apenas um espaço que frequentava como utilizadora. A sua grande paixão pelas Bibliotecas, pela importância que sabia que deviam/iriam ter no processo de desenvolvimento do país, que se queria moderno, mais educado e mais culto, impulsionou a luta pela causa que abraçou até ao fim,

com dois objectivos principais: promover a Biblioteca, enquanto instituição indispensável na educação e formação e acesso à cultura do cidadão; evidenciar o papel do bibliotecário, protagonista indispensável deste processo, promovendo a sua formação especializada.

Podemos dizer, sem hesitação, que ambos os objectivos foram conseguidos. A importância da Biblioteca, na escola, na universidade e na comunidade é visível e notória no Portugal de hoje e é, em muitos casos, o cartão de visita de instituições e municípios. A Rede de Bibliotecas Públicas (RBP) é certamente o projecto que melhor ilustra a tenacidade, a capacidade organizativa e de *lobbying* de Maria José Moura. Quando, em 1986, liderou o Grupo de Trabalho criado na Secretaria de Estado da Cultura que iria preparar o caminho para a criação da RBP, talvez poucos acreditassem que o programa viria a ser acolhido por sucessivos governantes e autarcas, tornando-se, talvez, o programa de maior longevidade na nossa democracia e que atingiu um elevado grau de sucesso.

Por seu turno, os/as bibliotecários/as são hoje profissionais de competência reconhecida e certificada, sendo academicamente relevantes na sua área de especialidade. Ao mesmo tempo que a Associação profissional (BAD) – também obra de Maria José Moura – impulsionava a formação de técnicos, era importante que, ao nível académico, disciplinas como a gestão e a ciência da informação fossem reconhecidas no nosso sistema universitário, como já o eram nas universidades estrangeiras, como domínios de estudo e investigação científica de pleno direito. Essa foi a visão da Maria José que, junto de decisores académicos e políticos, trabalhou para que isso fosse conseguido. Graças ao seu esforço e perseverança e, é justo dizê-lo, também de alguns colegas como Luís

Abreu Nunes e Gabriela Lopes da Silva, foi criado o CECD em 1986, iniciando-se assim, de forma regular, a formação pós-graduada em ciência de informação e biblioteconomia no país, ainda a nível de curso de especialização. Desenvolvido com o apoio de docentes do *Department of Information Studies* da Universidade de Sheffield UK, uma das mais conceituadas escolas nesta área, o CECD oferecia uma formação teórica e prática que cobria as temáticas tradicionais da biblioteconomia, bem como abordava já as novas tecnologias de informação, que se antevia que iriam assumir papel determinante na transformação das bibliotecas e da sociedade.

E aqui, terei de referir a minha experiência pessoal, lembrando com muito reconhecimento Maria José Moura, que foi para mim uma mentora, a pessoa que estimula e empurra para ir mais à frente. Da frequência desse primeiro curso, decorreu a viragem na minha vida profissional: ganhei o gosto pela investigação científica e fui trabalhar para uma instituição (LNETI) que acabara de incluir, nas suas áreas de investigação, uma área nova “Ciência e Gestão de Informação”. O seu estímulo para que me candidatasse ao programa de doutoramento da Universidade de Sheffield e a uma bolsa de estudos na Secretaria de Estado da Cultura foi decisivo. A concessão da bolsa (a primeira bolsa de longa duração que foi concedida pela SEC, numa área que não as habituais artes, música, ballet) desbloqueou a autorização do LNETI que tardava em chegar.

No meu regresso de Sheffield, mantinha-se o empenhamento e o constante *lobbying* da Maria José Moura para promover o ensino de nível pós-graduado e a investigação nestes domínios; a seu pedido colaborei em várias iniciativas nesse sentido. Lembro-me da tentativa de criação de um mestrado conjunto entre a Faculdade

de Letras da UCL e o Instituto Superior Técnico, numa altura em que já era claramente considerada a importância da interdisciplinaridade e da abordagem *hard e soft, tecnologias e pessoas*, organizações na “Sociedade de Informação”. Esta primeira tentativa não foi bem sucedida, apesar do interesse de vários intervenientes em ambas as instituições, mas a tenacidade da Maria José levou-a sempre a encontrar os parceiros relevantes, e assim se conseguiu criar o Mestrado em Ciências de Informação e Bibliotecas Digitais (MEIBD), no ISCTE, com um modelo desenhado por bibliotecários, gestores de informação e tecnólogos, que foi sem dúvida um contributo valioso no aumento da capacidade científica e competências de bibliotecários e gestores de informação.

Entretanto, nas Universidades de Coimbra, Porto, Braga, Évora, outros modelos de formação pós-graduada foram sendo desenvolvidos com maior ou menor enfoque nas tecnologias, mas sempre tendo subjacente uma visão inspiradora do modelo Biblioteca. Os projectos de doutoramento começaram a surgir e o número de doutorados foi do zero a bastantes (não sei quantos, mas era interessante que fosse feita uma recolha destes dados), inicialmente em universidades estrangeiras, mas depois nas universidades portuguesas. E, como acontece noutras áreas científicas, a existência de Mestres e Doutorados potencia a investigação científica que também nestes domínios floresceu.

De realçar que Maria José Moura foi influente não apenas no contexto nacional, mas também no internacional. Estimulou a participação portuguesa nos Programas Quadro de Investigação e Desenvolvimento, quando começaram a incluir a Biblioteca e os Sistemas de Informação como linhas de investigação, quer como peritos e avaliadores, quer através de parcerias em

projectos inter-europeus, que muito contribuíram para o desenvolvimento das bibliotecas em geral e para o aumento de competências de bibliotecários e profissionais de informação.

Até sempre patricia (alentejana, como gostava de me chamar)

## **Jordi Permanyer i Bastardas**

### ***Maria José Moura – Apuntes en su recuerdo***

Pensar ahora en Maria José Moura es recordar, es revivir más de 30 años de amistad. De encuentros, en Lisboa, Barcelona o en cualquier parte del mundo.

Recuerdo muy bien mi primer encuentro con Maria José. En la primavera de 1985 se creó el COBDC (Collegi Oficial de Bibliotecaris Documentalistes de Catalunya), del cual formé parte de su primera junta directiva. Nuestras ansias de crecer y de relacionarnos con todas las asociaciones bibliotecarias me llevó al congreso de la BAD, en O Porto, al otro extremo de la península Ibérica, para representar nuestro colegio profesional y establecer lazos entre Portugal y Catalunya. El congreso, muy ambicioso ya en su enunciado “A informação em tempo de mudança”, fue el inicio de muchos otros encuentros profesionales que compartiríamos con Portugal. La presidenta de la BAD era la Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura, que por aquel entonces trabajaba en una biblioteca universitaria, yo, en cambio, en una pequeña biblioteca municipal cercana a Barcelona. No sé si fue por culpa del “vinho verde” o por

los encuentros complementarios del congreso (bodegas Sandemam / baile en discoteca, en el que la presidenta era quien cerraba el local) o por el deseo que teníamos todos, recuperando tiempo perdido en nuestras dictaduras, de aprender y aportar mejoras en el sector, o por el propio encuentro y la buena acogida que me llevó a interesarme por el desarrollo bibliotecario portugués.

Recuerdo que Maria José Moura, en 1986, pasó a dirigir/liderar, desde la Dirección del Libro y Bibliotecas, el gran impulso, el cambio, que experimentaría el servicio de biblioteca pública. Yo también este mismo año mudé de trabajo y empecé, desde los servicios de apoyo a la Red de Bibliotecas Municipales (entonces “bibliotecas populares”) de la provincia de Barcelona, a modernizar nuestras pequeñas y viejas bibliotecas públicas. Esta nueva situación nos llevó a compartir, debatir, investigar, intercambiar, etc., multitud de veces sobre el modelo/proyecto de biblioteca pública.

Los primeros encuentros fueron en el IPLL (Instituto Português do Livro e da Leitura), en la rua Ivens, en Chiado, con ella y con su extraordinario equipo que la asistían. Debatimos sobre estándares de biblioteca pública (polo 1, 2, 3), informática, catálogos, arquitectura, estadísticas, etc, etc. Los debates continuaban al terminar la jornada tomando alguna cosa, en un bar o en la casa de alguno de ellos. Recuerdo con estima, y un poco de nostalgia, a todo este gran equipo de profesionales.

Maria José visitó, en muchas ocasiones, Barcelona, algunas veces sola, otras acompañada de arquitectos, bibliotecarios o de otros cargos del ministerio. Yo hice lo mismo en Lisboa y a lo largo de Portugal.

Así pues, no podía ser de otra forma, nos ayudamos para trabajar por un mejor servicio de biblioteca pública. Siempre le tendré un enorme agradecimiento por las

puertas que nos abrió, a mí y al equipo de la Diputación de Barcelona, y en general a Catalunya, en los foros internacionales y en los encuentros con España. Avaló la entrada de nuestros técnicos en secciones de la IFLA, en bibliotecas públicas/estadísticas/edificios, hasta el punto de que una de nuestras compañeras llegase a la presidencia de la IFLA.

Recuerdo con entusiasmo los seminarios Luso/Hispanos, Hispano/Luso, organizados desde los ministerios de cultura de los dos países, en el que ella fue nuestra avaladora para, sin ser la Diputación de Barcelona una comunidad autónoma, pudiéramos participar en este reducido grupo de profesionales portugueses y españoles. Una iniciativa que dio buenos resultados, aunque duró pocos años.

Con Maria José compartí muchos momentos más allá del debate y reflexión sobre bibliotecas públicas. Estos encuentros nos llevaban a visitar edificios modernistas, escuchar conciertos en el Palau de la Música, visitar exposiciones, pasear frente al mar y disfrutar comiendo una paella o una fideuá, .... Y, cómo no, de un helado. Siempre en nuestros paseos nos acercábamos a ver la costa, a ver el mar, allá donde estuviéramos. Y, por supuesto, como no, a ver alguna nueva biblioteca.

## José António Calixto

### *E do bem ficam, na lembrança, as saudades<sup>1</sup>*

Mesmo quando esperadas, as más notícias, todas as más notícias, mas particularmente as que dão realidade ao falecimento de uma pessoa querida, sempre nos surpreendem, impactam-nos fortemente, provocam abatimento, tristeza, desesperança, dor; a perturbante sensação de que não fizemos o suficiente para a manter viva; o falecimento dessa pessoa aproxima-nos também da nossa própria morte, acrescentando ainda a isso o desaparecimento tanto dos bons momentos como das mágoas, a saudade do bem que nos fica na lembrança. A falta que essa amiga, ou amigo, nos vai fazer!

A Maria José Moura deixou-nos há já uns meses e é como se tivesse sido ontem. A evolução do seu estado de saúde devia ter-nos preparado para o pior. Mas não preparou. E o vazio da sua ausência impôs-se sem aviso.

Escrever sobre a Maria José é antes do mais escrever e honrar a sua obra. E a sua obra, a sua enorme e monumental obra, foi inquestionavelmente a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Não é a única, mas esta, ninguém se iluda, foi a sua grande obra. Outra foi a BAD, a sua associação profissional, que tanto valorizava e a ocupou, e preocupou, praticamente até aos seus últimos dias de vida.

A RNBP, concebida nos anos oitenta do século passado, considerando o estado do país nessa altura, ainda assoberbado com os problemas e os atavismos herdados do período anterior, e em alguns casos posterior, à revolução de 1974, demonstra não só uma visão contemporânea, e absolutamente original no nosso país, sobre as

bibliotecas públicas, e, muito importante, mais do que visão, a capacidade de realizar. Muita coisa teve de mudar: mudaram muitas concepções de muitos bibliotecários de então sobre as bibliotecas e suas finalidades, mudaram e alargaram-se exponencialmente as ofertas formativas para novos profissionais, mudaram as políticas do Estado tanto a nível central como nas autarquias locais. Este não é o local próprio para desenvolver ou discutir estas ideias e o que deve ser sublinhado, com cores bem vivas, é que estas mudanças, e muitas outras que vieram a desenvolver-se em cadeia, como, por exemplo, a Rede de Bibliotecas Escolares, só foram possíveis graças ao conhecimento, ao cosmopolitismo (era apreciada profissionalmente e tinha amigos em todo o mundo), à paixão, à inteligência, à perspicácia, à persistência, à liderança, à capacidade de negociar e de persuadir, entre outros atributos, de Maria José Moura.

Tive a sorte, o privilégio e a felicidade de acompanhar a Maria José em muitos dos momentos associados a estas mudanças, apesar de formalmente nunca termos trabalhado na mesma instituição ou organismo (à excepção de um mandato na direcção da BAD e em parte do tempo em que trabalhei na Biblioteca Pública de Évora). Mas isto não impediu uma forte ligação e uma amizade duradoura, que se cimentou ao longo de cerca de trinta anos. Aconselhou-me, inspirou-me e apoiou-me em muitas circunstâncias cruciais, algumas difíceis, da minha vida. A sua atitude positiva e o seu entusiasmo contagiante foram cruciais para me ajudar a ultrapassar barreiras, a tomar algumas decisões difíceis e a lidar com momentos mais penosos tanto do ponto de vista profissional como pessoal. Numa amizade tão duradoura e com as naturais diferenças individuais, obviamente houve momentos de

conflito, feridas que se abriram. Mas ninguém conseguia estar zangado com a Maria José muito tempo...

Glosando os versos de Camões, mas invertendo a proporção neles implícita, do bem (do muito que houve) ficam enormes e duradouras saudades.

---

<sup>1</sup> Glosa do soneto de Luís de Camões “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”

## José Carlos Alvarez

### **Sempre!**

Escreveu um dia Marguerite Yourcenar que fundar bibliotecas era como construir celeiros públicos. Maria José Moura, alentejana de gema, a quem aqui presto a minha homenagem e reconhecimento, foi, nesse sentido e em todos os sentidos, uma fundadora, a nossa fundadora ou a fundadora das nossas bibliotecas (celeiros) públicas. Afirmou ainda a grande escritora francesa, sobre quem, curiosamente, nunca falei com a Maria José, mas da qual, estou certo, terá sido alguma vez leitora (Yourcenar era mulher, era francesa, e a Maria José tinha, como todos nós até à minha geração, uma queda culturalmente afrancesada, no bom sentido, nela acentuada pela *revolução francesa na cultura e nas bibliotecas*, desde o universo de Malraux até à nossa guru temporária Gascuel...), que essas bibliotecas/celeiros públicos acumulam reservas contra os invernos do espirito que, periodicamente, se aproximam ou se aproximaram de nós.

Maria José Moura conheceu, como poucos, como muitas dessas bibliotecas, num tempo longo e invernos, se fecharam sobre elas mesmas, não só deixando de serem celeiros públicos, mas afastando-se totalmente da sua verdadeira e nobre missão.

Provavelmente por isso, encarnou como o projeto da sua vida a restituição do princípio fundador de qualquer biblioteca pública, numa espécie de recuperação *democrática e republicana* desta instituição, agora modernizada e já preparada e equipada para o seu tempo.

Trabalhei com a Maria José alguns anos, durante os quais mantivemos uma relação pessoal e profissional bastante inconstante (mas não *inconsistente*), que acabou por levar à minha saída do Instituto onde ela me dirigia, temporariamente sem nos falarmos sequer, mas no qual ela ia construindo, com uma energia e uma vontade únicas, aquele que é, provavelmente, o Projecto mais estruturado e estruturante, nas áreas da cultura, da educação e da cidadania em Portugal, em muitos e muitos anos, coisa que todos, mesmo todos, lhe ficamos a dever e estamos eternamente gratos.

No velho Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, no Departamento de Leitura Pública, dirigiu-nos, sempre, com uma espécie de *autoritarismo solidário* (e, muitas vezes, solitário...), às vezes com um excessivo paternalismo (ou *maternalismo*) positivo, manifestando, não raramente, um certo talento para colocar a pessoa errada no lugar certo ou, ao invés, colocar a pessoa certa no lugar errado. Provavelmente, foi o que comigo sucedeu... mas gostava de nós, gostava do que pensávamos, gostava de como éramos. Um dia, num período de maior tensão, que se foi agravando até à minha saída definitiva para outras bandas, chamou-me à parte e disse-me, com ar agastado, que apesar do afecto que tinha por alguns

de nós (e tinha!), achava que eramos “excessivamente *soixante-huitards*” (cito). E tinha razão: depois de anos a lutar, quase sozinha, por um projecto que era, no país em que então vivíamos, absolutamente utópico, quando a *coisa* estava já em forte andamento, operativamente falando, com muitas bibliotecas públicas, por esse país fora, a construírem as suas fundações ou alicerces, o tempo de discutir o “sexo dos anjos” da leitura pública e das suas bibliotecas tinha já sido dado por concluído. Hoje (ou já há alguns anos), dou-lhe inteira razão. Acho mesmo que a Maria José viu sempre um pouco mais à frente do que todos nós, não só através da sua natural e peculiar astúcia, mas também por via do grande conhecimento, que foi tendo do mundo das bibliotecas públicas e das bibliotecas públicas no mundo.

Nesses gloriosos anos, a Maria José transformou o serviço (e o projecto), que dirigiu num frenesim permanente (com tudo o que de bom e de mau tal possa significar...) e num turbilhão inigualável, sempre com pressa, muita pressa, mas sem nunca ultrapassar o rigor então exigido, criando, projetando e aprovando bibliotecas sem parar, que foram alterando radicalmente, não apenas o panorama destas instituições no nosso país mas, sobretudo, desempenhando um papel único na *recentralização* e na importância (simbólica e prática) que estas “novas” instituições passaram a ter no território urbano (com dimensões muito variadas) onde eram implantadas. A modernidade, a novidade e a forte ligação às comunidades envolventes levaram também a que muitos dos nossos grandes arquitetos entrassem neste fantástico projeto enquanto tais, marcando também, em definitivo, esse tecido urbano, quer através de novos edifícios construídos de raiz, quer através da recuperação contemporânea de

edifícios históricos, marcantes na História local dessas comunidades. Tudo isto a ela se deve!

Mas a Maria José dedicou-se também, de alma e coração, à luta pela dignificação (e de que maneira o fez) das diferentes classes profissionais que, antes ou depois do seu grande projecto da Rede de Leitura Pública, lutavam por melhores condições de trabalho e, sobretudo, mais e melhor formação. E isso também não podemos nem devemos esquecer.

Neste seu permanente afã, conheceu meio mundo mas, paradoxalmente, às vezes sentia que a sua companheira mais fiel era uma profunda solidão, às vezes, carregada de grande amargura.

Há cerca de 15 anos, fizemos definitivamente *as pazes*, reencontrámo-nos, ficámos ambos contentes, muito contentes e também aliviados: gostávamos, de facto, um do outro, gostávamos de estar um com o outro e gostávamos, sobretudo, de conversar um com o outro. Várias vezes almoçamos no Museu que agora dirijo, combinando sempre o próximo almoço (o último, infelizmente, já não se realizou...). Não pude estar, com grande pena minha, na justíssima e merecidíssima homenagem que lhe foi feita no Palácio Galveias. Anos antes, alguns nossos colegas propuseram a Maria José para o Prémio Pessoa. Na altura, achei um disparate ou um exagero desnecessário. Hoje, não só acho que teria sido inteiramente merecido, como teria sido a primeira vez que esse Prémio maior se estenderia, naturalmente, a todos os (leitores, bibliotecários, escritores) que entendem as bibliotecas, os livros, a leitura e a *coisa pública*, como um bem absoluto e como um dos pilares fundamentais do nosso processo civilizacional.

No fundo, a história de vida desta extraordinária mulher é a de um permanente e feroz combate contra

tudo e todos aqueles que, de Alexandria a Sarajevo, da Inquisição à *Bücherverbrennung* (queima de livros) da Alemanha nazi, das milhentas pilhagens movidas pelos fanatismos à censura, sempre consideraram o livro e as bibliotecas como os instrumentos mais perigosos para as suas vitórias, para as vitórias da barbárie. Mas os bárbaros parecem estar a regressar em força, agora com novos instrumentos, como redes sociais ou uma iliteracia a crescer exponencialmente: num tempo tão tecnologicamente sofisticado, já não se queimam bibliotecas nem livros, queima-se diariamente a capacidade de os ler e a capacidade crítica de os entender. Não por acaso, foi exatamente sobre isto que conversámos, a última vez. Porém, com grande tristeza, já não temos a Maria José entre nós, nem a sua capacidade inesgotável de resistência para continuar o combate da sua vida.

Resta-nos, honrando a sua memória e a grande saudade que nos deixou, nunca desistir. Maria José, sempre!!

## José Pacheco Pereira

### *Maria José Moura – A fonte do querer*

Nas Astúrias há uma fonte do “querer”, que me recordou essa força da natureza que era a Maria José Moura. Levava tudo à frente e, à frente, estava muita coisa. Quando não o conseguia e empancava na burocracia, na indiferença, na pura e simples ignorância presumida, não desistia. Raras foram as ocasiões em que não conseguiu, embora ela própria se queixasse muito, tal era a força e a

dimensão do seu “querer” que não cabia no que conseguia.

Se houver uma medida do que é uma actividade cívica exemplar, das que realmente mudam tudo, desde a nossa cabeça, desde o que aprendemos, desde o que ensinamos, desde o que fazemos na sociedade, desde as nossas causas, desde a nossa vontade, essa actividade é fazer bibliotecas. A obra visível da Maria José Moura está aí, num país que não tinha bibliotecas para a gente comum, e agora tem. Como acontece com tudo o que diga respeito à cultura e à civilização, é um adquirido frágil, muito mais difícil de fazer do que estragar. A nossa obrigação, em sua memória, é defender a sua obra e continuá-la.

Presumo que no sítio onde está, já pôs anjos e diabos a lerem e continua a queixar-se por Deus ter mais Santos que bibliotecários, mais nuvens do que bibliotecas, e que está nos livros a possibilidade de salvar as almas danadas do Inferno. Não sei se está, porque há livros para tudo, mas sei que a sua fonte do “querer” está em tentar e tentar e tentar.



## Luís Filipe de Abreu Nunes

### *Recordando Maria José Moura*

Falar de Maria José Moura é, para mim, recordar também grande parte da minha própria vida profissional.

Passaram 46 anos desde o nosso primeiro encontro, em casa da colega Maria Manuela Cruzeiro. Estávamos em 1972 e ali decorriam reuniões da Comissão recém-eleita para preparar a constituição da BAD. De imediato se estabeleceu entre nós uma empatia que veio a transformar-se numa cumplicidade de anos, em torno dos interesses da nossa profissão, num desbravar de etapas que se desenvolveram ao longo de décadas.

Assim, tive o privilégio de melhor conhecer a Maria José, mulher afável, com grande sentido de humor, apaziguadora de conflitos, mas sobretudo dotada de uma notável capacidade de luta, de um dinamismo contagioso, de uma grande facilidade de fazer amigos. Era entre os mais novos que se sentia melhor, não descurando o convívio com os mais velhos. Procurava conhecer os novos profissionais, acompanhar as suas carreiras, dar-lhes conselhos, transmitir conhecimentos e, porque não, aprender com eles.

Conviver com ela era fácil e, sobretudo, transmitia confiança, pois sempre trabalhou com vista a alcançar resultados nos diversos aspetos da nossa atividade profissional, então muito carente, fruto do isolamento em que os bibliotecários, arquivistas e documentalistas viviam, sem consciência de grupo.

As décadas de setenta e oitenta do século XX foram um período de grandes “conquistas” em torno da BAD, em cujos Corpos Diretivos, Grupos de Trabalho e demais

atividades a Maria José Moura sempre teve uma presença ativa, empenhada e, como já referi, aglutinadora de vontades. Recordo a sua colaboração constante e muito empenhada em muitas iniciativas, das quais apenas destaco algumas, pela importância e impacto que tiveram na credibilização e elevada profissionalização de todos os que abraçaram e continuam a abraçar esta profissão:

- Nivelamento das carreiras dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas com as dos restantes técnicos superiores da Administração Pública (até 1979, não tinham carreira e auferiam vencimentos significativamente inferiores aos dos restantes técnicos superiores);

- Reforma da formação superior de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, que culminou na criação da Pós-Graduação em Ciências Documentais, em 1982;

- Criação da Rede de Leitura Pública, que corresponde a uma completa transformação e desenvolvimento a nível nacional das bibliotecas públicas, porventura o seu maior sonho realizado.

Muitas outras iniciativas poderíamos salientar, mas a Maria José não era pessoa que ambicionasse o “estrelato”. Fazia por convicção, porque acreditava na sua visão, cimentada em estudos e troca de experiências com colegas nacionais e estrangeiros. Que o seu exemplo acompanhe o caminho da BAD e de todos os bibliotecários, arquivistas e documentalistas na atualidade e nos anos vindouros, já que o seu passado está pleno da sua presença. Que o seu esforço por criar a Rede Nacional de Leitura Pública prevaleça e se continue a desenvolver.

## Luísa Alvim

### *Pastelaria Conventual Pão de Rala À memória de Maria José Moura*

Perguntamos pela força e pela mestria,  
pela cal e pela profissão que nenhum livro ensina.  
Responde-nos de dentro de um vulcão,  
como mentora e inspiradora de vidas hemisféricas,  
para sermos casas iluminadas de constelações.

Com ela aprendemos a excelência, a renovar o real,  
a vencer as demolições e a inovar a arquitetura.  
Das casas fazamos catedrais, conventos e pastelarias.  
Das argamassas fazamos pilares para as bibliotecas,  
o segredo deste labor está no entrelaçar de redes.

Façamos memória com pão de rala e empadas,  
Na sua Évora e por todo o mundo.  
A memória não desfaz o pão nem rala o passado.  
Entremos com ela para um lanche  
na pastelaria da rua do cicioso.

Os laços são sempre criados à volta da mesa  
e da mesa saem dilúvios e conspirações  
de bibliotecas de pessoas e de livros,  
rosas e embarcações.

Diz-nos:  
escavem uma estrada com futuro.  
Somos discípulos.

## Manuel Luís Real

Começo por lembrar as suas risadas sonoras e a alegria que dela transbordava junto dos amigos, seja num qualquer reencontro, seja em sessões de trabalho. Qualidade que sabia sempre conciliar com o rigor profissional e a determinação das suas posições.

A Maria José era uma força da natureza, que assim se manifestava tanto nos momentos de luta pela dignidade dos profissionais de BAD, como durante toda a longa carreira em prol da Leitura Pública, superando-se sempre, mesmo quando limitada por questões de saúde. Foi um exemplo para os colegas da minha geração e será uma permanente fonte de inspiração para as gerações mais novas.

Recordo-me com nitidez do dia em que a conheci. Foi a 29 de Maio de 1971, na primeira reunião plenária de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, que decorreu na Figueira da Foz. Passados oito anos sobre o nascimento dos “Cadernos BAD” e como corolário de um percurso liderado por um pequeno grupo de activistas – que, entretanto, já havia promovido múltiplas reuniões profissionais e encetado contactos com o próprio Governo de então – foi convocada uma concentração nacional de técnicos BAD, para as novas instalações do Museu e Biblioteca municipais da referida cidade. Aí se deu conta das diligências promovidas pelo grupo dos “Cadernos”, que culminaram na publicação do celebrado D.L. 49.410, de 24 de Novembro de 1969, e foi então que veio a ser submetida aos presentes e aprovada a proposta de criação da BAD. Eu tinha ingressado no corpo técnico da Biblioteca Pública Municipal do Porto, três meses antes, o que me proporcionou a fortuna de ainda poder assistir

a esta memorável reunião. Lembro-me bem do ambiente geral: era de regozijo pela recente conquista de uma mais justa equiparação a outros técnicos qualificados do Estado, mas impressionou-me também a fragilidade social e interventiva da maior parte dos colegas aí presentes. Era grande o contraste entre a acomodação por si manifestada e o dinamismo patente no pequeno grupo promotor do evento. Distinguiria Rosalina Cunha por Lisboa e Jorge Peixoto por Coimbra, mas já Maria José Moura dava nas vistas pela sua juventude e energia.

Ela seria eleita, pouco tempo depois, para a Comissão encarregada de dar os passos necessários para o nascimento da Associação, de cujo corpo directivo, aliás, veio logo a fazer parte. Não se trata aqui de apresentar o historial do seu inigualável currículo em prol da BAD, mas tão só trazer à memória a relevância da sua acção e lembrar alguns momentos em que as nossas vidas de cruzaram. Tal veio a suceder de modo muito estreito nos primeiros dez anos de vida da Associação, durante os quais participei, com bastante assiduidade, em reuniões associativas, na organização de cursos para Técnicos-Auxiliares – de que ela foi pioneira – e nos Encontros profissionais que se sucederam.

A sua eleição como Presidente da BAD, em 1982, quase coincidiu com a minha recente escolha de enveredar por uma outra carreira, na área dos Arquivos. O ímpeto reformista da Maria José fez-se logo sentir numa sucessão de eventos, dos quais apenas destaco três iniciativas a que estive associado, fruto da confiança e da amizade com que ela sempre me honrou:

- Mal tomou posse do cargo de Presidente, contactou-me, assim como ao colega Luís Cabral, a propor a reedição pela BAD, em separata, do artigo que ambos

tínhamos apresentado três anos antes, ao VII Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Nele fazíamos um breve diagnóstico da situação das bibliotecas no nosso País e abordávamos as modernas tendências no domínio da leitura pública, sob o título: *A Biblioteca Pública. Aspectos tipológicos e linhas gerais da sua evolução* (Lisboa: BAD, 1982). Esta edição viria a ser acompanhada do “Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas” e, na introdução – que a própria Maria José Moura redigiu, sem assinar – anotava-se o seguinte: “Embora originariamente destinado a ser discutido nesse âmbito [o do VII Encontro] pareceu à B.A.D., de interesse a sua publicação em separado, numa tentativa de alargar, tanto quanto possível, a discussão de um tema tão importante e sistematicamente ignorado ou passado para segundo plano – a Biblioteca Pública em Portugal. A publicação deste texto que faz uma análise esclarecida da situação, ainda muito actual, pois não houve qualquer evolução significativa desde 1979, coincide com o trabalho, a decorrer, do Inventário das Fontes de Informação em Portugal, empreendimento conjunto da BAD e do IPPC que, na sua primeira fase, se debruça exclusivamente sobre a bibliotecas públicas”.

Com este comentário, a nova Presidente da BAD estava já a anunciar aquilo que iria ser a grande causa da sua vida, enquanto promotora de uma política nacional de Leitura Pública e dirigente da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, num processo que conheceu particular impulso a partir de 1986.

- Pouco tempo depois, a Maria José Moura combinou comigo e deslocou-se ao Porto para, nas instalações do Arquivo Histórico Municipal, presidir a uma reunião onde foi constituída a Comissão Instaladora encarregada

de criar a *Delegação Regional Norte da BAD*. Esta sessão teve lugar na Casa do Infante, a 29 de Abril de 1983. Assim nasceu o primitivo núcleo regional da Associação, que hoje já conta com sete delegações.

- Finalmente, em 1985, a Maria José lançou-me o desafio para organizar, no Porto, o *1º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Aceitei ser seu Secretário-Geral, consciente de que a fasquia tinha sido colocada demasiadamente alta, apesar de poder contar com uma equipa local muito profissionalizada. Contando também com o apoio efectivo da Presidente da BAD, que aqui acumulava a responsabilidade de Presidente do Congresso, foi possível montar uma eficaz estrutura de funcionamento, com sessões na Casa do Infante e na vizinha sede da Associação Comercial do Porto, associadas a um terceiro polo no antigo Mercado Ferreira Borges, onde se apresentou uma ampla exposição de materiais e serviços de BAD. Um ponto alto da organização, que muito entusiasmou a Maria José – e disso me ia falando, mesmo passados muitos anos sobre o evento – foi a distribuição dos volumes das Actas aos participantes, durante o próprio Congresso.

Ainda tive o gosto, pouco antes da sua aposentação, de receber a sua visita às instalações renovadas do Arquivo Municipal do Porto, na Casa do Infante, pois era muita a sua curiosidade em observar as transformações, entretanto realizadas.

Apesar de termos seguido áreas de especialização distintas, os pontos de convergência com a Maria José Moura foram muitos e a solidariedade nunca deixou de se manifestar no momento certo. Resta testemunhar a minha grande admiração por esta mulher “*guerreira*”, que, contudo, teve a habilidade de promover uma “*revolução*

*silenciosa*” na área das Bibliotecas e da Leitura Pública, em Portugal. Era ela que gostava de falar em revolução silenciosa. Mas, além de uma visão clara e objectivos precisos, foi necessário também lutar e resistir. Tal só terá sido possível graças ao seu proverbial optimismo e à incansável resiliência por si demonstrada ao longo da vida. E acima de tudo, como principal virtude, deveremos sublinhar a sua capacidade de acreditar e de convencer, arrastando atrás de si novas gerações, que hoje lutam por um Portugal mais bem informado.

## **Manuela Barreto Nunes**

### ***Maria José Moura: asas para voar***

Pertenço a uma geração de bibliotecários que teve o privilégio de crescer, pessoal e profissionalmente, sob as asas protectoras mas rigorosas da Maria José Moura. Não foi em vão que lhe chamaram “a mãe das bibliotecas públicas portuguesas” - mãe no sentido de criadora, mãe no sentido da fecundidade, mãe no sentido da libertação para o mundo.

No decurso do exercício de funções na direcção de serviços de bibliotecas, Maria José Moura pugnou pela formação dos bibliotecários que iriam exercer no terreno, quer ao nível da educação formal, quer da actualização de conhecimentos, que concebia como aprendizagem activa, nela se incluindo viagens e visitas de estudo, participação em congressos e encontros nacionais e internacionais, assim estimulando um envolvimento informado e crítico

no movimento de construção das bibliotecas públicas em Portugal.

Sob a sua orientação, as bibliotecárias e os bibliotecários municipais portugueses puderam participar em visitas de estudo a França, a Espanha, ao Reino Unido, à Escandinávia, ficando a conhecer os principais sistemas de bibliotecas públicas na Europa, estabelecendo relações com colegas estrangeiros, estudando e comparando realidades; mas também receberam, nos seus municípios e bibliotecas, encontros regulares com bibliotecários do Norte e do Sul da Europa, ou com a vizinha e diversa Espanha, com a qual, durante muitos anos, a Maria José conseguiu estabelecer relações privilegiadas.

Um dos momentos altos destas permanentes relações internacionais, que tanto ajudaram a expandir horizontes, deu-se aquando do Congresso da IFLA de 1992, em Barcelona: preparava-se a terceira versão do Manifesto da UNESCO Sobre as Bibliotecas Públicas e Maria José Moura conseguiu trazer para Portugal, então na moda no mundo da biblioteconomia pública, graças à modelar rede de bibliotecas, a reunião satélite de preparação do último *draft* do texto que viria a constituir essa versão do Manifesto. Bibliotecários de todo o mundo encontraram-se em Guimarães, onde durante três dias discutiram acesamente alguns dos pressupostos do texto final, parte deles polémicos, sob o olhar aprendente dos jovens colegas portugueses.

Defensora da cooperação entre bibliotecas, visionária, Maria José Moura preconizava, entretanto, uma forma de organização descentralizada, que antecipava a actual reunião das bibliotecas municipais em redes regionais, estimulando a criação de associações de bibliotecas agregadas no âmbito geográfico das associações de municípios, nascidas após a entrada na União Europeia e antecessoras das

actuais comunidades intermunicipais. Assim nasceram a Bibliomédia, a Norte do Porto, e a Liberpólis, na região de Lisboa, filhas desse desassossego e dessa preocupação permanente em assegurar o enraizamento das bibliotecas na sociedade, transformada em permanente desafio de aprendizagem e acção aos e às bibliotecárias.

Tenho que contar estas histórias ao evocar a Maria José Moura, minha saudosa amiga, bela companheira de petiscos e guloseimas, de viagens e descaminhos, faladora, questionadora, inquieta, carinhosa e cuidadora de todos os que com ela conviviam, independente e livre como só uma grande mulher pode ser - tenho que as contar, porque entre os frutos do seu génio está uma rede capaz de se agarrar ao terreno mesmo em tempos de seca, uma ideia de futuro com raízes e, nesse afã, estamos também nós, aqueles a quem deu asas para voar.

## Margarida Oleiro

### *Guidinhas, “forra-te de paciência”!*

Paciência não era decididamente um atributo da Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura (sim, Dr.<sup>a</sup>, porque sempre assim a chamei apesar da convivência profissional diária), que fui conhecendo ao longo de muitos anos: primeiro, diariamente, nos antepassados da agora Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, depois, quando “me passou a pasta”, não tão frequentemente, mas sempre no mundo das bibliotecas.

Tenho vindo a aprender, à minha custa, que a paciência nem sempre é uma virtude. Acredito mesmo que terá sido a sua falta, juntamente com um ADN onde as bibliotecas estavam inscritas, que contribuíram, e muito, para que a Dr.<sup>a</sup> Maria José conseguisse, contra ventos e marés, levar para a frente um dos poucos projetos emblemáticos, pós 25 de abril, na área da cultura: a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Hoje, passados mais de 30 anos da sua criação, e apesar de todas as suas fragilidades, não deixa de ser uma realidade num país que não sabia o que eram bibliotecas para todos.

Tive o gosto e o orgulho, apesar de alguns cabelos brancos que fui ganhando, de trabalhar lado a lado e de ser amiga da Dr.<sup>a</sup> Maria José. Aprendi muito e discuti um outro tanto. Os nossos feitios, diferentes em quase tudo, mas partilhando ideais, responsabilidades e valores éticos, complementavam-se e equilibravam-se: o que uma tinha a mais, tinha a outra a menos. Fomos assim construindo o respeito mútuo e a amizade.

Preocupava-se sempre com os que com ela trabalhavam, mesmo quando com eles perdia a sua limitada paciência. Indignava-se com as injustiças e lutava quando via que alguém dos seus trabalhava na precariedade. Os anos foram passando, mas nunca deixou de perguntar como estavam “as meninas e os meninos”, referindo-se a todos com quem tinha trabalhado (alguns, precocemente desaparecidos).

Muitas histórias e episódios, dignos de uma produção de Hollywood, vivi com a Dr.<sup>a</sup> Maria José nas inúmeras deslocações que fizemos, para, claro está, ver ou falar de bibliotecas. Sempre atrasada, na hora da partida, com um senhor Lisboa a resmungar ao volante de um carro que já tinha visto melhores dias, lá vinha, a Dr.<sup>a</sup> Maria José, descendo as escadas junto à sua casa, carregada de papéis,

entre os quais o seu caderninho de restaurantes. A paragem para o petisco já estava pensada. Lembro-me de uma dessas jornadas, em que, no meio do seu Alentejo natal, parámos e ela nos disse “já volto”. O “já volto” demorou uma hora e teve direito a uma açorda (e sabe-se lá que mais), naquele dia em dose individual, talvez para não ter que ouvir “olhe que devia ter mais cuidado”.

Numa das nossas últimas deslocações, desta vez no estrangeiro, mais precisamente na Dinamarca, a Dr.<sup>a</sup> Maria José esqueceu-se da sua bagagem num comboio em que tínhamos acabado de viajar. Lá fomos à polícia e fizemos a respetiva participação, mas não foi por aí que o assunto se resolveu. Uma alma caridosa, dinamarquesa, que encontrou a bagagem nesse mesmo comboio, viu, pelos inúmeros papéis que estavam no saco, que o mesmo era pertença de uma bibliotecária e como tal, quando chegou ao seu destino, resolveu entregar as malas, não na polícia, mas na biblioteca local. Conhecida como era, também lá fora, certo é que mala e saco lhe chegaram às mãos, no dia seguinte, acompanhadas por um cartão de uma sua amiga dinamarquesa, bibliotecária (claro está), a explicar a incrível história da bagagem perdida e recuperada, de uma bibliotecária portuguesa por terras do reino da Dinamarca.

Para as bibliotecas vivia e as bibliotecas lhe retribuía. “Sou uma mulher feliz”, dizia: “faço o que gosto e ainda me pagam para isso”. Vaidosa, mas ao mesmo tempo modesta, gostava, como todos nós, de ver reconhecido o seu trabalho, o que no seu caso terá ficado, certamente, aquém do merecido. Fez muitos amigos nos quatro cantos do mundo. Falando-se, fora de portas, em bibliotecas portuguesas o seu nome surgia, qual Cristiano Ronaldo das bibliotecas.

Foi com muita tristeza que acompanhei os seus últimos tempos em que, contrariando a sua natureza, teve, como antes nunca o terá feito, de “se forrar de paciência”.

Além do seu legado e da sua marca, para mim, da Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura, fica-me também, para sempre, a admiração, o respeito, a amizade e o conselho:

“Guidinhas, forra-te de paciência”.

Assim tento, Maria José, porque existem mesmo “mosquitos na outra banda”.

## Margarida Vargues

### ***A visão de uma bibliotecária radicada em Faro***

Regozijo-me com esta iniciativa, que contribuirá para que a ação e empenho de Maria José Moura se prolongue no tempo.

Ao iniciar a redação de um texto que invoque a pessoa que a Maria José Moura ainda hoje representa, para todos os que com ela se relacionaram, a primeira questão que se coloca é como se pode traduzir em palavras tudo o que me ocorre num misto de sentimentos: amizade, admiração, respeito, mas acima de tudo poder contar com a sua disponibilidade para ajudar. Podia-se contar com o seu apoio, mas, em simultâneo, com a sua exigência na nossa ação ou atuação.

Apesar de poder estar a repetir o que já foi dito e escrito, nunca é demais referir a sua dedicação total à causa das bibliotecas, mas também, ainda que de forma menos

evidente, aos arquivos, não esquecendo a importância do papel de todos os profissionais na prestação de serviços de qualidade, nas instituições onde exerciam a sua profissão.

A sua ação fez-se sentir primeiro no ensino universitário, enquanto Diretora dos Serviços de Documentação e Publicações, da Universidade de Lisboa, com a participação num Grupo de Trabalho que, em 1971, fez um estudo e produziu um relatório<sup>1</sup> com uma análise da situação das bibliotecas universitárias.

Uma maior visibilidade teve o seu papel na criação e implementação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que passou pela sensibilização dos autarcas e outros órgãos e personalidades com responsabilidade na tomada de decisões. Como a própria referiu: “La première est que la sensibilisation des pouvoirs et de l’opinion publique sur la situation alarmante de la lecture publique au Portugal et sur l’inexistence de bibliothèques municipales a été l’oeuvre des bibliothécaires, préoccupés par l’une des bases fondamentales de leur activité professionnelle.”<sup>22</sup>

A sua faceta de organizadora de viagens profissionais também é de realçar, pela forma altruísta como procurava encontrar as melhores soluções logísticas e encetar contactos com profissionais de outros países, ligados à formação na área ou com projetos inovadores. Maria José relembra a importância desses contactos, no caso da França, para a criação da Rede de Bibliotecas Públicas, num artigo publicado na revista francesa *Bulletin des Bibliothèques de France* : “On peut donc comprendre que les nouvelles bibliothèques municipales françaises ont été pour les bibliothécaires portugais et pour moi en particulier, en tant que responsable du Programme mentionné plus haut, objet de curiosité et d’études attentives et qu’elles ont reçu de nombreuses visites de groupes de professionnels, pour lesquels elles représentaient un

premier contact avec une nouvelle réalité et un exemple qu'il nous semblait, alors, difficile de suivre.”<sup>3</sup>

A sua presença e intervenção em congressos e encontros internacionais teve como resultado um reconhecimento inquestionável e uma maior visibilidade do País. Sem dúvida que a sua capacidade de liderança e o empenho na defesa dos objetivos a alcançar foram cruciais, apesar de, como referiu por ocasião da entrega do prémio que lhe foi atribuído e entregue na IFLA Conference, em 1998, em Amesterdão, nada fez sozinha e, na verdade, a equipa que a acompanhou era constituída por “verdadeiros” profissionais.

Como refere David Lankes na sua obra *The atlas of new librarianship* (2011), é necessário criar uma agenda e passar à ação. Foi o que Maria José conseguiu com a sua determinação, aumentando significativamente a visibilidade das bibliotecas e a sua importância na vida das pessoas. O nosso papel é continuar o seu caminho, não esquecendo o seu exemplo e que ela considerava “que, soit au niveau gouvernemental, soit au niveau local, les décideurs politiques regardent déjà les bibliothèques publiques non seulement comme un simple équipement culturel mais comme un appui essentiel au développement intégral des populations, particulièrement à l'intérieur du pays où la désertification et beaucoup d'autres carences se font sentir, et où la coopération s'est montrée difficile”.<sup>3</sup>

Foi um privilégio tê-la conhecido de perto e contar com a sua amizade e apoio, pela pessoa e profissional que foi e que continuarei a admirar com saudade.

---

<sup>1</sup>Portugal. Comissão Ministerial para o Estudo da Situação Actual e Evolução Futura das Bibliotecas Universitárias. (1971). Relatório da Comissão Ministerial

Para o Estudo da Situação Actual e Evolução Futura das Bibliotecas Universitárias. Lisboa: CI.

---

<sup>2</sup>Au Portugal: bibliothèques de lecture publique. In Portugal: public reading libraries

Moura, M-J. Bulletin d'Informations de l'Association des Bibliothécaires Français Ed. 158, (0, 1993): 25-27 <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/43013-au-portugal.pdf>

---

<sup>3</sup>Au Portugal, la constitution d'un réseau. In Portugal, the building of a network

Moura, M J. Bulletin des Bibliothèques de France Vol. 48, Ed. 2, (0, 2003): 63-65 <http://bbf.enssib.fr/consulter/13-moura.pdf>

## **Maria do Rosário Pericão**

### ***Lembrando Maria José Moura***

Já lá vão 50 anos que conheci a Maria José. Era eu uma miúda com 24 anos, acabada de licenciar-se, e ela uma promissora balzaquiana com 34! Frequentava, então, o Curso de Bibliotecário-Arquivista da FLUC, entre soluços de incerteza e sobressaltos de insegurança pela escolha profissional. No entanto, duas personagens haveriam de ser determinantes, pela força inspiradora – Jorge Peixoto, meu Mestre e Maria José Moura, meu desassossegado...

Logo em Dezembro de 1973, durante aquele 4º Encontro realizado em Coimbra, apreciei-lhe a força

telúrica – inabalável e arrebatadora! – e o extraordinário empenho para a criação da BAD que, então, se constituiu formalmente.

E sempre, sempre aquela alegria transbordante da sua genuína forma de ser e de estar na vida. A vida toda!

Mulher inquieta e irrequieta, foi arauto e foi bandeira daquilo que de mais importante era necessário fazer e que tanto prestigiou as nossas profissões, nacional e internacionalmente.

Era uma activista de causas para obter efeitos, mas não enfeites e, tão-pouco, o era de salamaleques ou se subjugava a fretes.

Tal como as searas do seu Alentejo amado, ondulava, mas não vergava. Insistia, persistia, procurava outros contactos, outros caminhos se necessário fosse, mas sempre com os mesmos objectivos, a mesma determinação, o mesmo combate, o mesmo entusiasmo, a mesma garra!

Ao longo destes muitos anos, nunca lhe conheci outro registo, outra atitude. Dedicou-se como ninguém, em tempos gloriosos e em épocas de desespero. Do primeiro momento ao último fôlego.

Durante as comemorações, em Coimbra, do 40º Aniversário da BAD em 2013, lembro-me de que me confidenciou que tinha o coração fraco. Para quem o tinha enorme, intrépido e generoso, os batimentos deveriam ser a triplicar...

De há três anos a esta parte, ficámos mais empobrecidos. Sentimos-lhe a falta e a tormenta dessa ausência.

Fica a força do exemplo, o caminho desbravado, os resultados e ficam... as nossas responsabilidades!

Permanecem as memórias, as lembranças dos afectos e as saudades!

Pessoalmente, resta também a minha enorme gratidão pela amizade e pelo privilégio de com ela ter partilhado

ideais e convívios e, seguramente, a escolha acertada da profissão onde, afinal, fui tão feliz...

Assim as novas gerações mereçam e repliquem o seu legado, em escrupuloso respeito pela sua grata memória, são os votos que formulo neste meu modesto testemunho de homenagem a essa Grande Mulher, Colega e Amiga, Maria José Moura!

## **Maria Isabel Roque**

### ***Maria José Moura***

Conheci Maria José Moura no início da década de 1990, ambas convidadas por Natália Correia Guedes, então Subsecretária de Estado da Cultura, para o seu Gabinete. A primeira imagem que tenho da Dr.ª Maria José é a de um grande entusiasmo, contagiante e exigente, desafiando-me à colaboração na preparação de um projeto de inventariação do património cultural móvel, um dos propósitos do Gabinete, e que, logo em seguida, se formalizou no convite para trabalhar consigo, já na qualidade de Coordenadora desse projeto.

Trabalhei com a Dr.ª Maria José durante cerca de quatro anos. Desse tempo, guardo a memória de gritos e gargalhadas, da voz com que me chamava do outro lado da parede, das pressas e das insistências, da boa-disposição e, também, de algumas crispações, mas, sobretudo, do afeto sempre presente em cada gesto. Lembro-me, também, das peculiaridades que a tornavam única. Lembro-me das “horas” em que eu ficava à espera, todas as manhãs

à sua porta, porque insistia em que o motorista (que lhe tinha sido atribuído pelo facto de acumular as funções de Coordenadora Geral do Projeto do Inventário do Património Cultural Móvel, de Diretora do Serviço de Bibliotecas do IPLB e de Vice-Presidente do Conselho Superior de Bibliotecas) me fosse buscar, apesar de eu poder ir de autocarro, porque assim podíamos começar a organizar o dia durante o trajeto entre casa e trabalho; lembro-me dos papéis que me entregava assim que entrava no carro, com múltiplos recados, uns sobre os outros, enquanto eu resmungava que ainda um dia me havia de entregar a barra do lençol escrevinhada quando já não lhe sobrasse papel na mesa de cabeceira. Lembro-me daquela vez que uma enfermeira me ligou, com os recados que a Dr.ª Maria José lhe dera enquanto era operada.

Lembro-me de uma enorme e contagiante capacidade de trabalho, que estendia a todos os que a rodeavam; lembro-me do ritmo alucinante com que misturava tarefas infundas e da memória como as lembrava a todas; lembro-me das nossas teimosias – não há teimosos sozinhos! – e da maneira carinhosa como me chamava “teimosinha”; lembro-me de discussões acesas, alguns amuos, e de como todos acabavam depressa.

Depois desse tempo, lembro-me dos telefonemas a puxar múltiplas lembranças – “lembra-se? então, não se lembra?” – em conversas compridas que acabavam de repente – “adeus, adeus!”; lembro-me da festa sempre que nos encontrávamos, como se realmente gostasse de me rever e de me voltar a chamar “sardinha”; lembro o riso, a alegria, a vivacidade.

Por fim, lembro que, nas últimas vezes em que nos vimos, já derrubada entre a cama e a cadeira do hospital, às vezes, me reconhecia, mas essa alegria havia desaparecido,

juntamente com a esperança de que ainda fosse possível comer um peixe assado numa varanda ao sol...

Por entre todas as memórias, a mais constante é a de uma amizade tão generosa quanto protetora. Assumia as minhas lutas, lutando ela própria contra os moinhos de vento do meu destino, como se tivesse sido responsável por eles, defendendo-me de tudo aquilo que achava ser injusto e oferecendo-me, até ao fim, uma imensa e abnegada proteção e amizade. Lembrarei sempre, com uma imensa saudade, a minha grande amiga Maria José Moura.

## **Maria José Vitorino**

### **Xará**

Numa palavra, um programa e um carinho. Mesmo nome, significa a palavra importada do Brasil, palavra viageira como a Maria José Moura, que sempre assim me chamava.

Demoro a escrever sobre ela, e nem sei se o conseguirei. Na verdade, custa aceitar que não está connosco. Melhor é fazer de conta que assim não é e que, de repente, estaremos de novo discutindo (e que bravias discussões!), estudando, rindo, planeando, combinando. De problema em solução, de solução em descoberta, de descoberta em ambição. Tenazes, mesmo na curva mais apertada.

Assim com ela aprendemos. Assim tenhamos aprendido. Em Portugal e, como fui notando ao longo da vida,

em muitos outros lugares, em todo o mundo – prova disso é o Prémio que a IFLA lhe atribuiu. Por onde passou, marcou, como dispositivo anti-indiferença que era. Era impossível ignorá-la, gostando ou não gostando.

Com ela aprendi muito e muito ainda aprenderei com o que se lembra e com o rasto que nos surpreende do que foi, fez, e não fez. Uma das aprendizagens mais importantes foi a de ser (mais) capaz de lidar com a asneira, o erro, a imperfeição: nos outros, e, sobretudo, em mim, em nós. Quem me dera poder voltar a fazê-la rir com a proposta irónica de um novo artigo para a Constituição: *A asneira é livre*. Rir e comentar, mordaz, o impacto de tal princípio na nossa vida.

Profissionalmente, é uma referência maior, incluindo a dimensão combativa, crítica, associativa, solidária da identidade profissional. Se a BAD tivesse marca de água, o seu nome estaria entre os nomes aí inscritos, em merecido destaque. Faz parte de uma geração de grande valor e sentido de transformação do país e do mundo. Passo a passo, traço a traço, rede a rede.

Quem não sabe Arte, não a estima, escreveu Camões. Verdadeira artista da arte de viver, Maria José Moura estimou a vida e, talvez por isso, soube fazer-se parte de nós para sempre.

Assim seja.

## **Maria Teresa Gil**

Há pessoas de quem nos recusamos a falar no passado. Seja pela sua personalidade, vitalidade e magnetismo, seja pelo legado que nos deixam. Falar de Maria José Moura

no passado torna-se mais difícil porque encontramos inscritos o seu rosto, o seu pensamento e acção em cada uma das Bibliotecas Públicas espalhadas por todo o território português. É um lugar comum, quase uma verdade inútil, dizer que a vida de Maria José Moura marcou a História do país. Com efeito, a sua vida funde-se com a criação e desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – essa revolução silenciosa como a denominou Daniel Sampaio. Num tempo em que a informação, o conhecimento e a qualificação têm um valor de primeira linha, Maria José Moura combateu a ignorância, o acriticismo, a falta de liberdade, a exclusão social, usando a sua energia e saber ao serviço de um valioso bem comum: o acesso a espaços de leitura, de informação e de conhecimento, para muitos o único espaço de sonho. A ignorância leva à ingratidão e é dever de quem a conheceu e dela esteve e está próxima, reclamar o justo reconhecimento do seu enérgico mérito. Mérito pela visão precursora ao contribuir distintamente para a criação de bibliotecas públicas, inovadoras, acolhedoras, inclusivas – abertas para todos e a todos acessíveis. Mérito porque a Rede de Bibliotecas Públicas existe em todo o país – litoral e interior, grandes, médios e menores Concelhos. E não apenas nas suas Sedes, mas, também, nalgumas freguesias mais distantes, porque também nessas localidades existem pessoas que merecem usufruir do direito à leitura. Mérito pelo fundamental contributo para a profissionalização e valorização dos bibliotecários e arquivistas. Mérito porque, através do seu saber e, muitas vezes, da sua rara intuição, sempre acompanhou a evolução tecnológica e a reconversão dinâmica da missão das bibliotecas públicas e o desenvolvimento de novos serviços de apoio à comunidade em que se inserem, congregando diversas dimensões: educativa, formativa, cultural, social, convivial. Mérito pela insis-

tência e persistência em garantir que o Programa tinha, também, de assentar na aprovação de um quadro de pessoal técnico, devidamente qualificado. Muitos outros aspectos distintivos do Programa Nacional de Bibliotecas Públicas poderiam, com justeza, ser destacados, mas gostaria de sublinhar a dimensão pessoal indissociável da causa e obra da Maria José Moura, cujo contributo foi, em absoluto, decisivo. Foi de facto bibliotecária durante toda a sua vida. Dotada de uma extraordinária determinação, uma força da natureza com capacidade para superar obstáculos e estabelecer elos entre entidades nacionais e internacionais, factores essenciais no esforço colectivo de adaptação das Bibliotecas Públicas às novas exigências económicas, sociais, tecnológicas, formativas e culturais, resultando de muitas vontades, mas fruto, sem dúvida, do espírito visionário, persistente e insistente de Maria José Moura. Obrigada, Maria José.

## **Natércia Coimbra**

### ***Recordar Maria José Moura***

Recordar Maria José Moura é sentir ainda perto de nós a sua presença forte, estimulante e enérgica, o seu olhar arguto e solidário, a sua gargalhada alegre e contagiante, cumprindo esse desígnio primordial que a habitava e a que costumamos chamar alegria de viver. Recordá-la, é prestar tributo à sua inteligência, também emocional, à sua diplomacia e arte de fazer e manter pontes, às suas

capacidades de trabalho e de concretização de projectos únicos.

Maria José Moura pertenceu àquele conjunto de mulheres cultas, corajosas, nascidas para enfrentar e transformar, pela acção empenhada e colectiva, o mundo à sua volta, usando a cultura como instrumento da “luta emancipatória”, na sociedade em que viveu.

Na esteira de Ema Quintas Alves, a primeira, em 1955 em Portugal a pugnar por um organismo de classe que defendesse as bibliotecas e promovesse a dignificação do estatuto dos seus profissionais, Maria José Moura integrou o grupo pioneiro que haveria de fundar a BAD em 1973, não sem antes ter participado activamente em reuniões, encontros e eventos profissionais e grupos de trabalho, no âmbito do movimento que ficou para história da nossa Associação, como “Cadernos”. Fê-lo, fizeram-no, num tempo difícil quando o associativismo ou o que pudesse parecer associativismo, ainda que de classe e profissional, era vigiado, impedido e perseguido pela ditadura.

A liberdade que Abril de 1974 trouxe ao país também permitiu à Associação, cujos órgãos sociais tinham sido recém-eleitos, novas actividades e missões. Maria José Moura foi dirigente incansável da BAD durante vários mandatos e a ela se deve em grande parte, o reconhecimento, a partir das décadas de 80 e 90, da Associação como parceiro do Estado em “quaisquer projectos para a área do livro, da leitura ou do património documental” e, mesmo, a “forçar a intervenção no domínio das políticas para o sector de bibliotecas e arquivos”, como pode ler-se no historial publicado na página da BAD na Web. Esse reconhecimento não foi apenas nacional e a ela se ficou também a dever a crescente e qualificada participação portuguesa em muitos dos mais importantes comités e

grupos de trabalho internacionais na área da promoção da leitura, das bibliotecas e dos arquivos.

Devemos-lhe também, o país todo lhe deve, a energia e a liderança forte, inspiradora da coesa equipa de trabalho que levou para o terreno e pôs em funcionamento a Rede de Bibliotecas Municipais de Leitura Pública, talvez o mais importante e democrático projecto cultural do pós 25 de Abril.

Pessoalmente ficar-lhe-ei eternamente credora da dignificação da profissão e da qualidade da formação que ajudou a pensar e a criar para o país, e que tão útil me tem sido ao longo da minha já longa carreira profissional.

Nunca esmoreceu na defesa dessas causas e mesmo depois de aposentada, mas nunca retirada da luta, foi admirável toda a energia que colocou na tarefa de renovação dos órgãos dirigentes da BAD, toda a arte, com que criou novas cumplidades e forjou as listas para um novo fôlego da vida associativa, que se desejou renovada para enfrentar os novos tempos desafiantes do século XXI. Foram momentos inesquecíveis de aprendizagem, partilha de responsabilidades e prazer de trabalho colaborativo e em equipe, aqueles em que convivi mais de perto com ela, nas diferentes épocas em que assumi cargos ao serviço da BAD ou nos seus grupos de trabalho. Se alguma mágoa me assalta ao evocá-la, é apenas por aqueles, felizmente poucos, momentos em que, por razões muito fortes, não me foi possível dizer-lhe sim aos desafios que me fez. Sei que fui eu quem desses momentos saiu sempre a perder, porque embarcar nas suas aventuras dava sempre direito a viagem animada.

Grata também lhe sou pelo exemplo de activismo permanente em prol da democratização da cultura, e pela forma solidária, empática, amiga com que partilhava informação, atendia, aconselhava, orientava os mais

novos, os que abraçavam novos projectos, ou mesmo os que esmoreciam e precisavam de recuperar ânimo. Todos cabiam no seu abraço fraterno. A todos iluminava com o seu sorriso aberto.

## Paulo Leitão

### *Maria José Moura: foco e resiliência*

Este é um texto de testemunho pessoal, convoca memórias e sentimentos, e como tal deverá ser lido. Não pretende analisar criticamente as bibliotecas públicas em Portugal, nem a sua *alma mater*.

Cheguei à profissão de bibliotecário através de uma grande dose de circunstância e às bibliotecas públicas fruto do ambiente de empenhamento e de motivação dos agentes da Leitura Pública, que eram a maioria dos professores da turma em que tive a sorte de calhar. Estávamos a ser convocados para uma revolução, sem armas e sem cravos, mas com a promessa de podermos criar um certo mundo novo. Quem poderia ficar indiferente?

Dos professores do curso rapidamente cheguei à Maria José, e a matriarca simpática e afável apresentou-se na minha vida profissional e pessoal. Mas, só comecei a ser tratado pelo diminutivo do meu nome próprio quando me tornei bibliotecário, ou seja, quando comecei a trabalhar numa biblioteca pública. Sempre tive a sensação que o ser arquivista lhe deixava um certo amargo de boca, mas isso nunca foi motivo de exclusão, pelo contrário.

Com o passar dos anos, muitas foram as oportunidades de encontro, de trabalho, de partilha ou só de conversa. De tudo isso, o que guardo da Maria José, de entre os muitos aspetos que poderiam ser destacados, são duas características da sua personalidade que sempre admirei: foco e resiliência.

**Foco:** mulher com uma longa carreira pública, reconhecida nacional e internacionalmente, nunca deixou se estar absolutamente centrada nas bibliotecas públicas e no projeto que tinha criado. Muitas vezes, e em muitas acaloradas discussões que tínhamos nos famosos encontros anuais de Leitura Pública, nos reconduzia ao essencial. No entanto, nunca recusou novas ideias e perspetivas e, mesmo no domínio dos “computadores”, onde se sentia menos à vontade, nunca a sentimos como “velho do Restelo”. Também nunca se deixou tentar por outras oportunidades profissionais, que certamente terá tido. A Leitura Pública era o alfa e o ómega da sua vida profissional e, em grande parte, pessoal, e alfa e ómega continuou até ao fim.

**Resiliência:** num projeto de longa duração como a Rede de Leitura Pública, e estando tão próxima da voragem da política, a Maria José conheceu “altos” e “baixos”, fases de crescimento e de crise, mas nunca deixou de lutar focada no essencial, e lutou com todas as armas que tinha à sua disposição. Luta para a qual nos convocou também: inesquecível um famoso Congresso BAD em Braga, num momento complicado em que o projeto parecia estar verdadeiramente em risco, e grupos de bibliotecários de leitura pública partiram para ações de defesa. No segundo dia do Congresso, de manhã cedo, eu fazia parte de um grupo capitaneado pela Isabel de Sousa (saudades... tantas!) e estava à porta do gabinete de um conhecido autarca para expormos as nossas razões.

O foco e a resiliência da Maria José permitiram, em grande medida, a continuidade do projeto de Leitura Pública e, em parte, o seu sucesso. Ela seria frontalmente contra estas palavras, centrando-se apenas na importância do nosso trabalho de campo e recusando qualquer tentativa de valorizar o seu papel.

Até sempre Maria José Moura! Com foco e resiliência.

## **Pedro López Gómez**

### ***3 palabras significativas relacionadas con Maria José Moura***

**1º Empatía,** palabra que va mucho más allá que la mera simpatía, que también se la podemos aplicar, puesto que era una persona muy simpática. Con empatía quiero referirme a sus capacidades de conectar con sus colegas, con sus superiores y subordinados, y de crear un ambiente cómodo, y de fidelidades hacia su persona, en el ámbito laboral; y en el personal, de mantener y cultivar las amistades y el afecto mediante las visitas, los intercambios de correspondencia, y las estancias y celebraciones compartidas. Sabemos de su buen apetito y su gusto por la buena mesa, que compartimos en numerosas ocasiones.

**2º Conocimiento:** por supuesto, conocimientos profesionales en el campo de la biblioteconomía y la documentación, y en otros varios campos, que le hicieron llegar a lo más alto en la carrera administrativa, que en el caso portugués creo que es el nivel de asesor; conocimien-

tos reconocido por sus colegas, que la eligieron repetidas veces como presidenta de su más importante asociación profesional, desde donde mantuvo relaciones cordiales con otras organizaciones similares, y con notable provecho mutuo.

Y conocimiento de lenguas, francés e inglés, que le sirvieron de instrumento para el establecimiento de relaciones tanto personales como profesionales e institucionales, con notable éxito. Y conocimiento resultado de su sed por conocer a otras personas, culturas, ciudades y países, que la mantenían en continuo movimiento.

**3º Capacidad de trabajo.** Sin duda era una trabajadora nata, pero también es cierto que para ella el trabajo no era tal cosa, sino una prolongación de su vida misma, las 24 horas estaban dirigidas a su trabajo, que era vocacional, y creo decirlo bien, una fuente de placer. Visitas, asesorías, organización de encuentros, reuniones de trabajo, congresos, constituían el día a día de sus actividades.

La distancia y los desplazamientos no constituían una dificultad para ella. María José Moura era inseparable de sus vehículos. Buena conductora, se sentía segura y cómoda en sus bólidos, y estaba siempre en continuo movimiento, a lo largo y ancho de su Portugal querido, que conocía de norte a sur y de este a oeste. Sabemos de su pereza a desplazarse en otros medios de locomoción, su horror a caminar, y su tendencia al sedentarismo, que terminó afectando negativamente a su salud.

Puedo comentar que conservo 17 postales suyas, datadas entre 1980 y 1991, y enviadas desde los más diversos lugares del mundo, y en que notificaba sus viajes por Alemania y Austria; a Múnich en el 49 congreso de IFLA; a Washington y Chicago en otra IFLA; dos meses por los EEUU de costa a costa, con México; a Tokio; 3 semanas en África por Nairobi, Mozambique,

Adis-Abeba y Dakar; a Sydney; a Rio y Sudamérica, sin especificar lugares; a Estocolmo en otra IFLA; a Cuba, los EUA y Hawai, a Malta, sin que falten periplos por Luxemburgo, Europalia en Bruselas, pasando por Paris, Roma, Florencia y Ravena, y la última desde Moscú, con una inesperada aventura con final feliz, que no llegué a conocer. No faltaron, por supuesto, sus viajes a Galicia, en numerosas ocasiones, que no voy a detallar.

Quiero señalar que la amistad y el contacto con la Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura contribuyeron a reforzar mis vínculos con Portugal y con los profesionales portugueses, y han sido para mí una fuente de satisfacciones y de conocimientos. Y su ausencia una pérdida irreparable.

Y finalmente, me gustaría decir que, sin duda, el mejor homenaje que se le puede ofrendar es la institucionalización de un premio de investigación, periódico, que lleve su nombre.

## Rosa Barreto

### *Das mulheres fortes e dos seres transformadores*

Creio que haverá poucos lugares mais exigentes em termos profissionais do que os na *coisa pública*, que é diferente da *causa pública*. No entanto, há gente que sendo funcionária na primeira, move-se pelos valores da segunda. Este combate pela causa pública, que não é mais do que não deixar ninguém para trás no caminho para a democracia e para a igualdade que há 45 anos percor-

remos, exige grande capacidade de resistência, resiliência, nervos de aço, inteligência, quer na sua forma mais comum, elaborada, quer aquela chamada de viva, esperta. Convém também saber identificar os pares, o que exige igualmente uma grande dose de qualidades. E perceber a gramática política. E nunca desistir. E, no caminho difícil e sempre instável, não vergar.

É assim que vejo a Maria José. Assim, e a rir. Tinha um raio de um feitio, mas muito sentido de humor; rimos muito com ela e por causa dela e dos inúmeros episódios cómicos que todos têm para contar e que resultaram do encontro e dos encontros com aquela personalidade singular.

Conheci-a e comecei a trabalhar com ela quando tinha 26 anos, já lá vão 31 anos. Era eu, então, uma “proto bibliotecária”. Foi nessa altura que me tornei sócia da BAD – Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, onde tudo tinha efectivamente começado, também por ela, quando, com outros e antes do 25 de Abril, realizaram o 1º Encontro de Bibliotecários e Arquivistas, em 1968, e os seguintes, que isso de se associarem não era do gosto do regime. Foi na BAD que Maria José e outros companheiros realizaram o primeiro documento para a criação da rede de bibliotecas públicas. Na BAD, em que, como mulher livre que era, crente na força da sociedade civil e no associativismo, nunca deixou de participar, mesmo depois da aposentação, como sempre na luta pelos profissionais e pelas bibliotecas. Dedicou a vida profissional às públicas, à coisa e à causa.

Foi e será sempre inspiradora. Pouca gente transforma. Ela fê-lo. Ficou a faltar a lei de bases. Devemos-lhe esse combate, entre outros, que há que continuar.

Ninguém faz nada sozinho, na coisa pública e na causa pública. Tanta gente, neste caminhar das Bibliotecas

Públicas, desde 1986, e a Maria José uma referência. Duas gerações. Fica também aqui a menção em memória da Isabel de Sousa e do Joaquim Portilheiro. Acho que ela gostaria que o fizesse.

## **Rui M. Neves**

A propósito da elaboração deste testemunho no âmbito da homenagem a essa grande mulher, portuguesa e bibliotecária, que foi Maria José Moura, vem-me à memória o meu itinerário pessoal e profissional de cerca de trinta anos e quão influente e determinante foi a homenageada nesse percurso.

A escrita deste texto levou-me a um exercício de evocação de memórias dessa vivência e, inspirado na nossa memória cinéfila, fui mais além e fiz “o regresso ao futuro” indo ao encontro do primeiro dia do resto das nossas vidas...

Lá pelos idos de Março de 1986, Maria José Moura é a bibliotecária nomeada para coordenar, nas suas palavras, “o pequeno Grupo de Trabalho” que pensou o plano que culminaria na grande revolução cultural dos anos noventa em Portugal, a “revolução silenciosa” da rede nacional de bibliotecas públicas municipais.

Nesse mesmo ano, concluí o serviço militar obrigatório e iniciei o meu percurso como professor de História. Naquela época, longe estava eu de pensar que semelhante decisão governamental e, conseqüentemente, o resultado do trabalho realizado pelos quatro magníficos membros do referido grupo (o seminal e mítico “Leitura Pública:

rede de bibliotecas municipais: relatório”), iria determinar e desassossegá-la, tanto a minha vida, como a da nossa homenageada e que os nossos destinos se iriam um dia cruzar...

Tudo começa no biénio 1988-1990 quando, enquanto professor, mas procurando outro percurso profissional, ingressei no CECD da FLUL, na turma criada para responder às necessidades de formação inicial de bibliotecários, para implementar em cada município pioneiro a rede de bibliotecas municipais e foi na disciplina de Leitura Pública que tive o primeiro contacto com a “Dr.ª Maria José Moura”.

Posteriormente, já portador da pós-graduação e perante as oportunidades que a implementação da rede de bibliotecas municipais proporcionava aos profissionais de informação e documentação (bibliotecários e técnicos intermédios), decidi deixar o nomadismo da profissão docente e assentar como bibliotecário. Comecei na pioneira Biblioteca Municipal do Barreiro e, posteriormente (desde 1993 até aos dias de hoje), na Biblioteca Municipal do Montijo, a qual deve a sua existência à intervenção de Maria José Moura junto do executivo municipal de então, tendo inclusive participado, em 1985, na cerimónia de criação da mesma, na qualidade de presidente da BAD. Mais uma vez, estava longe de imaginar o nosso caminho a entrelaçar-se...

Desde então, a vida profissional aproximou-nos através da participação nos mais variados eventos corporativos (seminários, visitas de estudo, encontros, congressos), realizados em Portugal e no estrangeiro. Em 1998, estive em Amesterdão, quando recebeu o Prémio Internacional do Livro e, ao longo de viagens conjuntas pelas “sete partidas do mundo”, vi como era admirada e considerada pela comunidade bibliotecária mundial.

Há um aforismo que diz que não há coincidências, mas sou tentado a parafrasear alguém, afirmando que aquelas são as soluções que a vida encontra para mudar o rumo da nossa história ou então é apenas o inevitável que se faz como destino. No meu caso, afirmo que foi isso que aconteceu!

Assim, resultante do seu desassossego e determinação e, também, do seu lado visionário, deixou como legado o admirável mundo novo das bibliotecas públicas, um verdadeiro património imaterial e material, permitindo a outros, como eu, ter também a possibilidade de realizar o seu próprio projecto pessoal e dar um sentido à vida...

Sinto-me eternamente agradecido que a estrada da vida me tenha proporcionado o privilégio de ter conhecido e privado com Maria José Moura, como colega, mestra, e especialmente, como amiga!

## **Santiago Macias**

No dia 3 de abril de 1986, um simples despacho de Teresa Patrício Gouveia, Secretária de Estado da Cultura, criava condições para a instalação de uma rede de bibliotecas municipais. Era preciso alguém que capitaneasse o projeto. O grupo de trabalho que então se constituiu era coordenado por Maria José Moura, uma veterana bibliotecária, que foi a alma do que se seguiu. E o que se seguiu foi uma verdadeira revolução cultural. Era preciso rigor administrativo, mas muito mais que isso. Era imprescindível criatividade e energia, dentro das baías da legislação.

Maria José Moura fez da teoria prática. À mistura com uma fervorosa crença na capacidade da juventude.

Só a conheci depois desse processo ter arrancado. Tive a percepção que algo de único se iria passar. A minha percepção ficou, felizmente, muito aquém da realidade futura. No dia em que comecei a trabalhar na Câmara de Moura (em setembro de 1986), estava decidido a avançar para uma remodelação da Biblioteca Municipal. Passei dias a fio, nesses tempos bárbaros sem internet nem telemóveis, até localizar Maria José Moura, então bibliotecária da reitoria da Universidade de Lisboa. Falar com ela foi o primeiro passo. O segundo, e decisivo, foi ter-nos explicado, com detalhe, o âmbito do projeto. De uma remodelação, conduziu-nos, firmemente – “isto faz-se assim, perceberam?” –, para uma intervenção mais profunda e radical. A nossa candidatura seria entregue em maio de 1987. Soubemos, algum tempo depois, que Moura integrava o primeiro grupo de sete municípios que, a sul, iria ter apoio. O contrato seria depois assinado e as obras iniciadas já em 1989.

No dia em que partiu, a sua missão estava bem cumprida. Nunca, até ao fim, a vi deixar de acreditar nas bibliotecas, na capacidade das novas gerações, na decisiva importância da presença da Cultura na vida dos cidadãos. Tal como nunca deixou de acreditar e de evocar o Alentejo onde quis ficar para sempre.

A Maria José Moura devo as primeiras e algumas das mais importantes lições da minha carreira de funcionário público. Mais importante, e é isso que se deve reter, o País deve imenso, ainda que possa não o saber, a Maria José Moura.

## **Silvestre Lacerda**

Maria José Moura dedicou toda a sua vida à causa das bibliotecas públicas. E referir bibliotecas públicas, no panorama nacional, é sinónimo de dizer que dedicou a sua vida à causa pública, à causa da sociedade e naturalmente à causa dos cidadãos.

Maria José Moura foi uma daquelas figuras que raros anos concedem a algumas profissões e que, reconhecidamente, teve um papel determinante em várias áreas, mas destaque na área da Leitura Pública, no Portugal democrático, em particular, com o seu contributo na implantação do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Foi Diretora de Serviços de Bibliotecas do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas/Ministério da Cultura, tendo dirigido sempre a equipa responsável pelo Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, até 2006.

Dona de uma personalidade forte e de vontade determinada, consegui, durante 20 anos, dar continuidade e adaptar o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, procurando manter a pertinência, o interesse e a novidades dos espaços e dos serviços das bibliotecas públicas. Ao longo de todo este tempo, consegui ainda manter o interesse e relevância de um dos mais importantes projetos políticos da área da Cultura, ao saber equilibrar e valorizar, com grande mestria, vontades políticas e capacidades técnicas; elementos essenciais para qualquer grande projeto público que sobrevive à sua mentora.

Em Portugal e no estrangeiro a sua capacidade de trabalho, determinação e perseverança foram reconhecidas por todos aqueles que com ela trabalharam e que lhe valeram prémios e distinções nacionais e internacionais.

Nas suas diferentes facetas profissionais – bibliotecária, dirigente e professora – muitos foram os que tiveram oportunidade de reconhecer a sua vontade de contribuir para a dignificação e valorização das bibliotecas públicas e da sua importância para a sociedade.

Passados mais de 30 anos desde o início da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, presta ainda homenagem à colega e amiga Maria José Moura que, por todo o país, deixou marcas da sua dedicação e continua ainda a reconhecer o seu contributo em muitas bibliotecas e bibliotecários e que do estrangeiro chegam ainda testemunhos do seu trabalho e das suas conquistas.

Depois de muitas homenagens e reconhecimento profissional, que esta seja a mais merecida e sentida por reunir 2 dos grandes interesses da sua vida: a BAD e as bibliotecas públicas.

## Sofia Patrão

Honestamente, ao longo dos anos em que trabalhei com a Dr.<sup>a</sup> Maria José Moura, nem sempre estive de acordo com as suas decisões e também nem sempre me senti à vontade com a forma quase ditatorial com que, muitas vezes, implementava as suas medidas. Mas, quanto a isso, pensei cá para comigo, já mais tarde e a considerável distância do projeto da Rede de Leitura Pública que ocupou uma boa parte da sua vida – Será que poderia ter sido de outra maneira? Será que tínhamos conseguido salpicar o país todo de bibliotecas públicas sem aquilo que hoje,

já mais velha, vejo sobretudo como militância, determinação, concentração naquilo que é verdadeiramente importante, recusa em aceitar as contrariedades – enfim, capacidade enorme de lutar?

Além disso, “detalhe” importante, do qual também só me apercebi mais tarde: é que, apesar da quase voracidade com que atacava a concretização dos objetivos, a nossa diretora tinha limites éticos que não ultrapassava, aspeto que, a par da atitude batalhadora e invulgarmente (e para mim, às vezes, assustadoramente) intrépida, é cada vez mais raro nos tempos que correm.

Eu nunca lhe disse isso, porque à semelhança de outras ocasiões, fiquei à espera da “boa altura”. Um dia, essa altura quase chegou: foi num encontro conjunto APBAD/ICOM, quando eu e o meu diretor (também ele vindo do IPLL/IBL/IPLB) nos preparávamos para falar sobre o “nosso” Museu. Antes de ligar o microfone, o José Carlos Alvarez disse:

- É preciso dizer umas palavras sobre a Dr.<sup>a</sup> Maria José, a sua perseverança, o espírito combativo. Sem ela a Rede, tal como é, não existia. Já não há ninguém assim...

Concordei absolutamente. No entanto, da presidência da mesa avisaram-nos:

- Têm apenas quinze minutos.

Difícilmente tínhamos tempo para a nossa apresentação completa. Procurámos ser rápidos e guardar uns minutos para a Dr.<sup>a</sup> Maria José. Não conseguimos. Da plateia, na fila da frente, a nossa antiga diretora olhava com ternura e orgulho para aqueles “seus meninos dissidentes”, já entrados na meia idade. Que pena não termos dito nada...

Assim sendo, para mim, o momento é agora:

- Obrigada Dr.<sup>a</sup> Maria José. Foi um privilégio ter trabalhado consigo!

## Teresa Calçada

Querida Maria José  
Tenho saudades suas.

A senhora – como sempre lhe chamei – sabe que penso muito em si, pelo sim, que tanto nos aproximou, e pelo contra, que igualmente nos uniu! Sabe que a hei-de lembrar, com apreço e como exemplo, pela sua tenacidade, rebeldia e apego à liberdade, quer como mulher, quer como profissional. Enaltecendo o bem que fez a este país com a construção de bibliotecas públicas, um dos mais democráticos lugares de cultura, porque contribuem para a igualdade entre todos, favorecem a equidade, valorizam o conhecimento e abrem portas a uma maior cidadania. Como se tal não bastasse, viu que tal desiderato exigia que fosse feita uma Rede Nacional, assente numa parceria entre o poder autárquico e o central.

Para o governo e a sustentabilidade destes novos e incríveis equipamentos, promoveu a formação de bibliotecários e de técnicos profissionais de biblioteca, sem os quais não há verdadeiro livre acesso e uso, nem curadoria da informação e do conhecimento.

E conseguiu impor estas ideias como princípios incontornáveis.

Tenho saudades suas.

Nos últimos tempos, quando com tristeza e carinho a visitava, estava longe a minha mestre na ação. Mas continuava ali a minha amiga de tantos anos, com a mesma personalidade, determinada a só fazer o que vinha do mais fundo do seu âmago e do seu difícil feito.

Mesmo o que nessas visitas eu não compreendia no seu comportamento, entre os pequenos mimos que

conseguia dar-lhe, me revelava a permanência daquela personagem especial que eu conhecia há mais de trinta anos.

É com gratidão que assino esta missiva com o nome que há “longos dias” carinhosamente me atribuiu.

Tareca

PS: Desculpe não ter sido a bibliotecária encartada que queria que eu tivesse sido, opção que, aliás, nunca me perdoou. Continuo a achar que fiz bem: é que nunca seria boa o suficiente!

Beijo sempre

## Teresa Patrício Gouveia

Relembrando o processo que levou à criação da Rede Nacional de Leitura Pública, que hoje abrange a quase totalidade dos municípios e regista a utilização por mais de 6 milhões de utentes (dados de 2016), várias pessoas se distinguem e nos ocorrem imediatamente como grandes obreiras dessa empreitada.

Uma delas é Maria José Moura.

Então Presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a Maria José presidiu ao grupo de trabalho que coordenou a implementação da rede de bibliotecas públicas. Foi uma tarefa a um tempo de grande dimensão (uma rede nacional) e minuciosa pela atenção ao detalhe técnico e material.

A Maria José assegurou esta missão de modo fulgurante e garantiu ainda que esta oportunidade, que a circunstância política permitia, fosse aproveitada para

pôr em movimento todos os recursos e competências da classe profissional a que presidia.

Esta movimentação e este processo muito contribuíram, aliás, para a valorização dos bibliotecários e outros técnicos do sector – e julgo também ter sido essa uma das suas alegrias.

Alegria, entusiasmo, eficácia, competência, entrega e calor humano contagiante compunham a personalidade da Maria José.

Na última das muitas vezes que nos encontramos, 30 anos depois de 1986, a mesma frescura de comprometimento com a causa das bibliotecas e do bem público, estava lá, intacta.

## **Tom Wilson**

### ***Remembering Maria José***

I first met Maria José a good many years ago, in 1982 or thereabouts, when I was part of a consultancy team assembled by the British Council to investigate the state of public libraries in Portugal. Other team members included John Eyre, who, at that time, I think, was on the staff of the Polytechnic of North London, and Stephen Parker, who may already have been working as an independent library consultant.

My recall of the results of our work is rather hazy at this distance in time, and I do not have a copy of our final report. However, the situation we found was not a good one: there were very few public library systems

in Portugal at the time, and those that existed often did not lend books and, in the university towns, were used predominantly by university students as additional reading rooms to those provided by their universities. In smaller towns collections were found in, for example, fire stations, presumably for use by the firefighters when off duty, but also used by the general public. The Gulbenkian Foundation also provided a service by sending boxes of books to smaller cities and towns.

Maria José was an invaluable guide to us on that project, along with her colleagues, Luis Abreu Nunes, and Gabriela Lopes de Silva, and I maintained contact with all of them for many years. Maria José seemed to know everyone and resolved our problems with great good humour. I recall a trip I made with her, during another British Council supported project, relating to the development of professional education programmes in Portugal. We went to Coimbra, stopping off in Bairrada to sample the local delicacy, *Leitão*, since Maria José was always keen to celebrate Portuguese cuisine – and made a happy convert in myself!

The aim of that visit was to discuss possible changes to the library school curriculum, because Maria José was involved in the programme at the University of Lisbon, and I recall her amusement when I introduced the notion of the “creative subtitle” to get over the problem that changes in the curriculum had to be approved by the Ministry of Education. Inevitably, given the slow progress of any governmental bureaucracy, this was something of a barrier to innovation, when the library world was at the beginning of the massive changes that have resulted from the application of computers and the creation of the Internet and the World Wide Web.

Somewhat unexpectedly, at least twenty years after our report was submitted, the Portuguese government decided to use EU development funds to improve the situation of public libraries in Portugal. That rather grim situation we found was changed out of all recognition and Maria José was also a central figure in that movement.

My last contact with Maria José was some years ago when she invited me to participate in a workshop being held on some aspects of professional education, with the aim, I think, of persuading various Ministries to become involved. Again, my recollection of the event is rather vague, and I have no doubt that others will be able to fill in the gaps.

Maria José Moura was a delightful friend and professional colleague and I'm sure she lives in the memories of many people as she does in mine.

## Adelaide Ribeiro

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar.

Entusiasmo. Amiga do seu amigo, Conhecedora

2- Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

Recordo-me da 64ª Conferência da IFLA que teve lugar em Amesterdão, em 1998, quando foi anunciado que tinha sido atribuído a Maria José Moura o Prémio Internacional do Livro, por proposta da International Federation of Library Associations (IFLA). Como acontecia com frequência, eu integrava o grupo de bibliotecários portugueses que participou nesta Conferência e foi com enorme orgulho e emoção que partilhei com a premiada este momento único. A nível internacional foi reconhecido o seu papel na mudança de política e o resultado da mesma, no panorama das bibliotecas municipais portuguesas.

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

A publicação do livro é uma boa homenagem

## António Gil Matos

Conheci a Maria José Moura no início dos anos oitenta, mas só a partir de 1983, com a minha matrícula no Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD) e, mais tarde, a inscrição na BAD, os nossos contactos se tornaram mais frequentes. A Maria José Moura era então Presidente da Direção da BAD e diretora da Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa. Desde a primeira hora, apoiou o CECD, juntamente com o Luís Filipe Abreu Nunes e a Gabriela Lopes da Silva, entre outros, lecionando no curso e facilitando os contactos com profissionais e professores estrangeiros que colaboraram nos primeiros anos de funcionamento do Curso (Pedro López Gómez...). Incentivou os alunos a utilizarem a Biblioteca da Reitoria, adquirindo bibliografia, alargando horários e possibilitando a consulta domiciliária... Também a Maria Leal, sua sucessora na direção da Biblioteca, manteve esta orientação, assim como os diretores que se seguiram.

A partir 1986, no início de dois mandatos na Direção BAD, com a presidência de Luís Filipe Abreu Nunes, integrámos a Comissão de Formação Profissional onde partilhámos projetos e participámos em ações, que cimentaram uma grande amizade. É neste contexto que se iniciou a formação de Técnicos Auxiliares de Arquivo, com o apoio do Arquivo Histórico Ultramarino e do seu Diretor, Isau Santos, e posteriormente da Diretora Maria Luísa Abrantes e, mais tarde, se criaram as condições para a formação de Técnicos Profissionais de Biblioteca, Arquivo e Documentação. A par da formação de nível

médio, esteve empenhada na formação de aperfeiçoamento e atualização profissional de técnicos de BAD.

Ao longo da sua vida, encontramos a Maria José Moura envolvida e a envolver colegas nos *Grupos de Trabalho*, que sempre incentivou, nos Congressos, nas Publicações, na Formação... e em todas as atividades em que sentia que a sua colaboração era útil, podendo-se afirmar que esteve sempre presente nos processos estruturantes da vida da BAD.

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar.

Quando recordo Maria José Moura, vejo uma mulher determinada, focada, extrovertida e capaz de criar e gerir equipas de trabalho.

2 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

Congratulo-me com o facto de a BAD já ter instituído um prémio com o nome de Maria José Moura. Aceitando que a ação de Maria José Moura extravasou o âmbito da Associação e deixou marca em várias instituições, admito que a BAD, para além de outras iniciativas que ainda possa vir a desenvolver, se associe, numa homenagem conjunta, das instituições que beneficiaram do talento e ação da Maria José Moura.

## Dália Guerreiro

1- Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar.

Inquietação  
Teimosia  
Inovação

2 - Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

Travei conhecimento com a Maria José Moura fora do contexto das bibliotecas. Aí, conheci a faceta humana, solidária e amiga. E, também, o seu enorme sentido de humor e as gargalhadas sonoras e francas. Não menos importante: era um bom garfo e parecia que conhecia todos os sítios bons para se comer, em cada lugar por onde passasse.

Houve um episódio marcante e determinante para a minha vida profissional. Estávamos no 12.º Congresso da BAD, em Évora. Eu, num registo discreto, com vontade de aprender, ainda principiante no mundo das bibliotecas. Entre sessões, encontrei a Dr.ª Maria José Moura, trocámos dois dedos de conversa e, do nada – era fantástica a atribuir tarefas que ninguém conseguia recusar! –, vejo-me com relatora da mesa a que ia presidir, apesar de, neste congresso, não haver relatores. Devido a esse papel, passei a integrar o grupo que fez a tradução do documento IFLA trend report, de 2015. Foi uma experiência muito enriquecedora e à qual eu não teria aderido sem o “empurrão” da Maria José Moura. Tinha o dom de identificar e extrair o melhor de nós.

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

Já existe um prémio com o seu nome, o qual distingue a excelência dos profissionais da Informação e Documentação, profissão pela qual a Maria José Moura tanto se debateu. Para complementar e assim distinguir uma outra faceta da Maria José Moura, sugere-se que o seu nome seja associado a uma biblioteca pública que pugne pelo serviço à comunidade e esteja motivada para a inovação.

## **Isaú dos Santos**

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar?

Amiga do seu amigo, grande profissional e sempre disposta a colaborar com os colegas

2 - Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

Conheci a Maria José quando fomos durante vários anos colegas de profissão.

Não houve, infelizmente, grande oportunidade de convivência, visto que os nossos locais de trabalho estavam bastante distantes porque eu estava em Macau.

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

A melhor homenagem será recordá-la sempre com muito carinho.

## **José Correia**

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar?

Liberdade, Inteligência, Prudência.

2 - Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

É bastante difícil eleger um momento especial na relação que fui desenvolvendo e preservando ao longo de quase 33 anos de atividades associativas com a Maria José Moura. A sua capacidade de liderança fez com que as atividades que nós realizámos fossem uma partilha de saberes, vivências e de emoções...

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

São tantas as razões e possibilidades de lhe prestarmos homenagem que nunca seriam demais, no entanto, julgo que o Congresso Nacional da BAD seria também uma excelente oportunidade para recordar e manter viva a sua forma de vida, incluindo no programa um momento com o seu nome para refletir e debater temas sempre atuais do mundo das bibliotecas, da democratização no acesso à informação, da leitura e dos livros...

## Laura Lemos

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar:

Alegria, determinação e profissionalismo

2 - Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

Numa reunião da BAD, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Maria José Moura deu um “testemunho” de um estágio que tinha realizado nos Estados Unidos. Nessa reunião, transmitiu conhecimento atualizado e inovador, relativamente aos serviços que as bibliotecas deviam fornecer. Nesse mesmo dia, no período da tarde, numa visita ao novo edifício da Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, da Figueira da Foz, o entusiasmo da Maria José pelas condições arquitetónicas foi evidente: estava a ser concretizado o que anos antes, tinha sido previsto no relatório do grupo de trabalho “Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais”, que ela coordenou e orientou.

A Maria José Moura foi, também, a coordenadora-geral do Projecto do Inventário do Património Cultural Móvel-Fundos Bibliográficos e, nas reuniões em que participei, em representação dos Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro, assisti à sua capacidade de envolver as colegas do grupo de trabalho, nas tarefas a executar, de modo a cumprirem-se as metas e os objectivos estabelecidos.

A Maria José Moura possuía características humanas únicas: lembro a boa camaradagem que se vivia nos

momentos de convívio e nas visitas de estudo que ela tão bem sabia conduzir e quando viajávamos em grupo para participar nos Congressos da IFLA.

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

Elaborar uma página web de “homenagem a Maria José Moura”, no site da BAD, que contenha, de modo dinâmico, documentos, fotos e vídeos, relativos à sua carreira profissional, será um meio que relembra, ao longo dos anos, alguns acontecimentos e datas mais marcantes da sua vida.

## Maria da Graça Correia

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar.

Otimismo, dinamismo, autoconfiança,

2 - Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

Luanda, Biblioteca Nacional, meados da década de 70, vejo chegarem, com grande surpresa e muita alegria, Dr. Jorge Peixoto e Dra Maria José Moura.

Agradeço-lhes a visita, peço-lhes conselhos e sinto-me feliz pela presença de tais colegas que tanto honram a nossa Profissão.

Ponta Delgada, anos 80, Maria José pronta para sair da Residencial, perna com fratura grave e completamente engessada, “duas canadianas”. “Vamos às compras “. Impossível demovê-la. E lá vamos nós: chuva, ruas estreitas, trânsito nos dois sentidos, estacionamento. calçada basáltica

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdue no tempo?

Penso que o livro será a melhor homenagem, mas uma sala da instituição onde tenha trabalhado de um modo mais significativo/ um fundo especial com certa ligação, quer pela possível biblioteca pessoal ou outra afinidade...

## **Maria Leal e família**

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar.

Possessiva. Trabalhadora. Independente.

2 - Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

Recordo um episódio que aconteceu no decorrer da 68ª Conferência da IFLA que decorreu em Glasgow, em 2002. Tinham oferecido bilhetes para assistir ao The Royal Edinburgh Military Tattoo, no Castelo de Edimburgo (UK). Estava a chover e por isso distribufram

um impermeável à entrada, porque não se podia entrar com guarda-chuva. Ao chegarmos à bancada, fomos instalar nos nossos lugares, mas já estavam muitos ocupados. O espaço de passagem era muito estreito e nós todos, como éramos todos um pouco gordinhos, dificultava chegar aos lugares. Foi um sufoco para passarmos, fomos pedindo licença, pisando alguns, uns levantavam-se, mas outros não. A Maria José ia falando com os ingleses à medida que nos aproximávamos dos lugares. A Maria José levava um saco de cartão com materiais da Conferência um bocado pesados, que tinham apanhado chuva. A chuva, entretanto, parou e no decorrer do espetáculo não voltou. Quando chegámos ao lugar, o fundo do saco rompeu-se e caiu tudo para o chão. Aí a Maria José começou-se a rir e toca de apanhar os papéis no meio dos outros que estavam sentados. Quando nos sentámos nos nossos lugares, a Maria José ria-se e eu nunca a vi rir com tanto gosto como nesta ocasião e o corpo saltitava com tanto riso. Esse riso contagiou-nos e todos nos rimos.

Um outro episódio deu-se na Póvoa de Santo Adrião, na praceta onde morávamos. Em frente, do outro lado da rua, havia um vidraceiro e a Maria José precisava de um para fazer algo em vidro, já não me recordo exatamente do que era. Fomos lá um dia e, como ocorria muitas vezes, quem lá estava era a mulher do vidraceiro, enquanto o homem ia fazer os trabalhos que tinha no exterior. Havia um espaço com um balcão e uma porta em frente, onde era a oficina que era visível para quem entrava. A Maria José entrou lá e a todas as perguntas sobre o que pretendia a Senhora respondia “Não sei, o meu marido é que sabe”. Resolvemos ir embora, e ainda à porta, a Maria José disse: “Para que é que o homem quer aqui uma mulher destas?”

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

Uma sala ou uma rua com o nome dela.

## Susana Lopes

1 - Relembrando Maria José Moura indique 3 palavras que se lhe podem associar.

Líder, Firme, Conversadora

2 - Quer partilhar um episódio/acontecimento que tenha vivido com a Maria José?

Em Novembro de 2016 tive o privilégio de fazer uma viagem de autocarro Lisboa-Viseu ao lado da Maria José. Esta viagem demorou mais de 4 horas e, pelo menos uma semana antes, a Maria José tinha confirmado com o motorista que se sentaria no primeiro lugar a seguir à porta do autocarro e já me tinha confirmado como companheira de viagem.

Durante a viagem, falámos sobre tantas coisas e pela primeira vez partilhou comigo detalhes da sua vida pessoal, a dedicação à carreira e às bibliotecas. Partilhou com orgulho um convite que tinha recebido para o aniversário de uma biblioteca europeia onde tinha estado na inauguração e de como desafiava o tempo comprando o bilhete de avião vários meses antes do evento.

Conheci a Maria José Moura muito tarde na minha vida profissional e penso sempre no tanto que perdi

por não a ter conhecido mais cedo. Para mim, foi logo a Maria José e nunca teve a distância enorme dos títulos ou daqueles que a admiravam pelos seus feitos. Nesta viagem, ao ouvir histórias da profissão contadas com tanta naturalidade, percebi a importância da Maria José Moura e o que ela significa para tantos.

Depois deste dia, tive muitos momentos marcantes, alguns vão viver em mim para sempre. Foi muito pouco tempo, mas terei sempre a memória de alguém que acreditava em mim e que me incentivava a “sair da casca”.

3 - Qual a melhor homenagem que lhe podemos prestar, que perdure no tempo?

A melhor homenagem que lhe podemos prestar é continuar a trabalhar, ir mais longe, querer mais para a nossa profissão e fazer da nossa Associação uma associação verdadeiramente representativa dos profissionais BAD.



# **HOMENAGEM A MARIA JOSÉ MOURA**

# **TEXTOS SELECIONADOS DE MARIA JOSÉ MOURA**

Maria José Moura era uma mulher de ação, deixou-nos sobretudo muito trabalho feito no terreno, mas também um conjunto de artigos em revistas profissionais, comunicações em conferências e capítulos ou partes de livros. Nesta secção destacamos alguns textos que considerámos representativos das diferentes áreas a que se dedicou durante a sua longa carreira, designadamente, bibliotecas públicas, bibliotecas universitárias, Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e inovação em bibliotecas. No final apresenta-se uma bibliografia selecionada de artigos, capítulos de livros e comunicações em congressos nacionais e internacionais.

# Alguns apontamentos sobre 50 anos de profissão

Notícia BAD, 2017

Para memória futura, resolvi aceitar as muitas sugestões para aqui evocar sucessivos episódios – alguns pitorescos, outros traumáticos, outros ainda quase inacreditáveis à luz da bitola ou das realidades dos dias de hoje – de um percurso forçosamente pessoal, os quais irei mesmo numerar para tentar ser sintética, e não me alongar demasiado. Será uma escrita despretensiosa, em modo coloquial, esperando, porém, que possa interessar os colegas e eventualmente outros leitores.

1 - Nascida e criada na belíssima cidade de Évora, pela qual continuo a sentir grande apego e orgulho, com os meus 6 anos fui logo para a escola pública (S. Mamede), sabendo já muito bem ler e escrever, o que se revelou importante para a leitora compulsiva em que me tornei... passei depois para o Liceu, instalado no maravilhoso edifício da antiga Universidade dos Jesuítas, mais tarde recuperada para idênticas funções, e onde tive o enorme privilégio de ter Vergílio Ferreira como professor. Leitora diária da sua encantatória Biblioteca Pública, frequentava-a até no período noturno, que havia na altura e me permitia devorar todos os autores, mesmo os que talvez nem sempre entendesse devidamente! Seria já um destino à vista?

Mas fiz tese em História de Arte, tentada também pela Museologia, naquele ambiente desafiante e propício... Como esse curso fechara, entretanto, decidi-me pelo de Bibliotecário-Arquivista, só existente na Universidade de Coimbra, mas que se mantinha com um plano de estudos de 1935! Éramos apenas 5, naquelas penosas

deslocações semanais, e que nem sequer pelo serviço me estavam autorizadas... Felizmente aí encontrei o meu grande mestre, Jorge Peixoto, que tudo me ensinou, quando depois trabalhámos vários anos numa pequena Comissão de Bibliotecas Universitárias (só 4 bibliotecários que correspondiam às Academias então existentes), ideia do Ministro Veiga Simão que as tomava tão a sério, por considerá-las o verdadeiro coração de qualquer universidade, talvez porque se doutorara em Inglaterra.

Estudámos bastante as questões do ratio professores/alunos, atentos à bibliografia para as distintas faculdades, preparámos o curso de técnico auxiliar de bibliotecas, iniciado pela então comissão organizadora da BAD logo em 1972 (tendo nós próprios testado leccionar o 1º em Moçambique, na sua Universidade) e também, logo em 1973 um plano de estudos, a instituir nas universidades para técnicos superiores das nossas áreas, o que mais tarde se revelou muito difícil e demorado, pela incompreensão das autoridades no Ministério da Educação. Para o conseguir depois abrir na Faculdade de Letras de Lisboa,



Maria José Moura com um grupo de colegas no dia em que recebeu o Prémio Internacional do Livro, na 64ª Conferência Geral da IFLA, em 1998, em Amesterdão

valeu-nos o bom entendimento com Barata Moura e os poucos recursos financeiros que obstinadamente para ele consegui fazer transferir do organismo responsável pelo Património Cultural, através de um protocolo. Curiosamente, o 1º a ser leccionado fora, porém na Universidade dos Açores, antes mesmo dos de Lisboa, Coimbra e Porto, já aliás obsoletos depois de tanta demora nas Secretarias...

Mas trabalhámos muito, em horas extraordinárias sem remuneração, cheios de entusiasmo e ilusões. Em 1973 fomos participar no Congresso da IFLA, em Grenoble, para mim o 1º de muitos outros ao longo de tantos anos. Dela guardo desde há décadas excelentes relações com inúmeros colegas e grandes amigos de todos os continentes e latitudes. Fiquei a dever-lhes, por certo, a proposta que lideraram para que me fosse concedido o Prémio Internacional do Livro, em 1998, que em anos anteriores fora dado a Vaclaw Vavel, Leopold Senghor, outros escritores, bibliotecários, ilustradores, etc.

Exerci a profissão quase 20 anos na Universidade de Lisboa, cheguei a ser convidada para directora da Biblioteca Nacional e, até antes, para vir a assumir o lugar de Directora dos Serviços de Documentação, recém-criado na Universidade Nova de Lisboa. Nenhum deles, porém me seduziu, além de pensar não ter eu então experiência suficiente... Já não resisti ao desafio para coordenar e dirigir o prometedor Projecto das Bibliotecas Municipais, onde inicialmente tive que trabalhar só a tempo parcial, sendo embora já há anos Directora de Serviços. Por mal dos meus pecados, também simultaneamente fui Coordenadora-geral do Inventário Cultural Móvel, enquanto desempenhava várias outras funções, o que talvez ainda aqui vá abordar. A minha mãe dizia que eu tinha sorte, mas sou dos que pensam que a sorte dá também muito trabalho! Porém, não aceitei nunca a equiparação a Subdirectora-geral, tentando manter certa autonomia de pensamento e acção, que sempre prezei.



Maria Teresa Calçada, Henrique Barreto Nunes, Maria José Moura e Isabel de Sousa estão entre os primeiros impulsionadores da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)

2 - Já era também presidente da BAD quando fui nomeada para esse ambicioso Programa, que ainda hoje muitos consideram o mais importante do Portugal democrático na área da Cultura. Teve uma insuspeitada adesão do poder local (54 contratos-programa logo no 1º ano, o que alguns acharam uma estratégia algo imprudente, mas assim se garantiu a sua continuidade!). 10 anos depois infelizmente não foi, porém, aceite a inflexão que já então se impunha, como o Eloy poderá também corroborar!

Já antes tinha perdido outras ilusões... E só a título de exemplo, no início de Abril de 1974 lembro-me que estava eu em Londres, no University College, tentando negociar – por determinação de Veiga Simão, que para tal tinha mandado reservar algumas bolsas do Instituto

de Alta Cultura – a ida de alguns colegas para obter a indispensável formação e depois mesmo o doutoramento (PhD). A minha tarefa era muito complicada, mas ficou no ar a hipótese de lá aceitarem 3... só que no regresso a Lisboa, ninguém estava disponível! Depois, foi preciso esperar mais 10 anos, porque se perdera a oportunidade e a Revolução dos Cravos tinha outras prioridades..., mas talvez esta estória explique a grande alegria que tive quando o Calixto se doutorou em Inglaterra numa das suas melhores Universidades e foi pouco depois para director da minha inesquecível Biblioteca Pública de Évora. Em anos mais recentes, foram muitos os que seguiram esse exemplo, que eu sempre tentei estimular

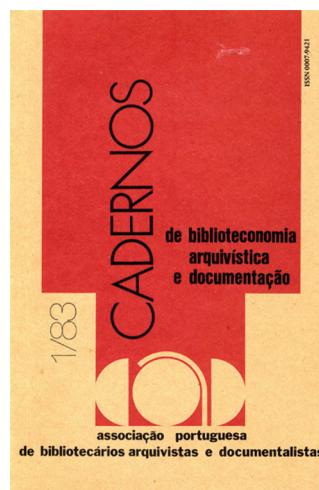
3 - Tenho aqui que recordar a propósito o indiscutível e decisivo empenhamento que a BAD sempre desenvolveu em todas as questões relacionadas com a formação na sua área, pois para além das verdadeiras batalhas que teve que travar para a criação, acompanhamento constante e leccionação dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais, durante muitos anos – na ausência de interesse das entidades oficiais às quais deveria competir essa função – encarregou-se de formar mais de 3 milhares de Técnicos Profissionais, até que esses cursos deixaram de ser reconhecidos (e desapareceram depois, apesar da enorme falta que fazem nas mais diferentes instituições).

A BAD, não sendo obviamente uma escola, não se escusou nunca a assumir essa tão grande responsabilidade, quando se devia sobretudo dedicar à também importante tarefa de planear e organizar acções de actualização e aprofundamento de conhecimentos dos profissionais, seus associados ou não. Da inconcebível situação que depois sobreveio, provocada sobretudo pelo desaparecimento das carreiras, de que hoje estamos a sofrer, nem vale a pena falar aqui. Lembro apenas, voltando à formação, o que já dizia o nosso grande Raúl Proença: “... não haverá profissão bibliotecária em Portugal enquanto as diferentes bibliotecas do país... não exigirem aos seus funcionários um diploma de estudos bibliotecários”.

4 - Não pertencendo eu ao grupo dos designados “born digital”, as realidades de que falo forçosamente incidem sobretudo na idade do analógico, e nunca aliás pretendi ocultar as dificuldades que senti em utilizar com a desejável competência as hoje incontornáveis TIC, obviamente desconhecidas desse grande bibliotecário que já citei no ponto anterior, Raúl Proença, patrono do Prémio que a BAD instituiu em 1998.

No entanto, parece-me justo dar-vos nota de que desde muito cedo foi tentado, contornando a carência de formadores e os nossos tão deficientes recursos, introduzir crescentemente os novos media e o digital na formação a disponibilizar.

A outro nível, mas perseguindo o mesmo objectivo, devo recordar que, para complementar o espaço que amavelmente nos fora cedido pelo então diretor da BN ainda antes da institucionalização da BAD, quando aí assumi a presidência adquiriu-se em 1983 a atual sede, sobretudo para permitir aumentar os cursos já existentes. Foram tempos difíceis, batalhando sempre em várias frentes e com raros apoios ocasionais, mas nunca perdendo de vista que se tornava indispensável mostrar trabalho e sobretudo uma elevada consciência profissional se pretendíamos que nos fosse finalmente feita justiça em termos de reconhecimento social e também a nível salarial, sendo certo que tudo isso tinha tardado muitas décadas...



E até mesmo entre nós, e no interior da comissão organizadora inicial da Associação, de que fiz parte, detetámos no princípio algumas dúvidas sobre se seríamos capazes de manter uma exigente estrutura associativa: daí alguma resistência em passar os “Cadernos” para a posse da BAD – cedidos só em 1983 pelo heróico grupo dos seus fundadores de Coimbra – revista de que me tornei a nova diretora, apenas por ser a presidente.

Mas a preocupação com a vertente editorial passou a estar desde logo também bastante visível no funcionamento pelo menos interno da BAD, apesar de reconhecidamente não ser algo fácil de manter com a qualidade e regularidade indispensáveis, tendo embora uma natural e estreita relação com os programas formativos. Sobretudo os seus últimos responsáveis, dados os seus conhecimentos e experiência anteriores, desenvolveram um notável trabalho nessa área.

Mas a verdade é que todos também reconhecem os recentes grandes progressos, aos vários níveis, no fundamental e exigente domínio da comunicação, em especial entre associados, mas igualmente com o exterior.

Em paralelo e num passado já distante, o enorme esforço com que a BAD se bateu infatigavelmente para conseguir primeiro a nossa equiparação a técnico superior e mais tarde finalmente o estabelecimento das carreiras profissionais não podem deixar de merecer uma justa referência e devo antes de mais lembrar a grande ajuda que pessoalmente tive da nossa associada e conhecida arquivista Madalena Arruda Garcia. Fizemos ambas inúmeras reuniões na DG da Função Pública, sem desistirmos nunca de demonstrar e justificar as razões que bem sabíamos há muito nos assistirem...

A publicação do Decreto-Lei nº 280/79, de 10 de Agosto, mesmo com deficiências, veio assim coroar os

nossos denodados esforços, mas a mim ainda valeu *a posteriori* o pedido de um alto responsável do então Ministério do Ensino Superior e das Belas Artes para que, face à experiência que adquirira, eu elaborasse a proposta para a necessária aplicação da nova legislação a todos os bibliotecários e arquivistas, enquanto funcionários dos muitos e variados organismos pelo mesmo tutelado! Mais uma batalha a que me senti obrigada mas que, sem falsa modéstia, consegui vencer. Não obstante a proposta que apresentei para esse efeito de imediato ter sido contrariada no início, acabei por poder utilizar inteiramente as possibilidades que tínhamos conseguido introduzir para que às colegas, por exemplo da Torre do Tombo, que esperavam há dezenas de anos a sua mais do que justa promoção, fosse possível “saltar” um degrau e poder assim reformar-se com um pouco mais de conforto...

Deve reconhecer-se, porém, que bastante mais tarde, já em 1987, no Programa das Bibliotecas Municipais – durante muitos anos sob a minha responsabilidade técnica – foi possível melhorar bastante a situação dos recursos humanos de que elas foram dotadas: na maior parte das autarquias que o integravam, e só para dar disso um exemplo, foi mesmo expressamente criado para as dirigir o lugar de chefe de divisão.

A Associação sempre pugnou por obter uma justa satisfação profissional e, sobretudo através da intervenção dos seus formadores, procurou que as bibliotecas públicas fossem orientadas e reconhecidas como equipamentos de proximidade e as pessoas a sua verdadeira razão de ser, apostando no desenvolvimento integral enquanto cidadãos, mesmo sem esquecer a importância das coleções e das novas tecnologias.

5 - Outro tipo de preocupação deve ser igualmente assinalado à BAD. Porque sentíamos penosamente o iso-



Sessão de abertura do 2º Encontro Luso-Espanhol, no Município de Espinho, e presidida pela vereadora da cultura, com Ana Paula Gordo, Maria José Xerez, do Ministério espanhol, Maria José Moura e António Martin Oñate, da Asociación Andaluza de Bibliotecários

lamento a que as condições políticas tinham longamente condenado o país – lembramos que Portugal tinha sido excluído pela própria UNESCO, mas foi a seu convite que a BAD se fez representar logo em 1974 pelo colega Jorge Peixoto na importante Conferência Intergovernamental em Paris – considerávamos essenciais as relações com os nossos congéneres de outras latitudes.

Aproveitando da melhor maneira todas as várias oportunidades de apoios externos e alguns internos, foram organizadas múltiplas visitas de estudo a instituições de além fronteiras, o que muito agradava aos colegas, pelo grande partido que daí tiravam, abertura de novos horizontes e óbvios ensinamentos profissionais que a todos

eram assim proporcionados. Por isso se efetuaram muitas deslocações de distintos grupos organizados a França, Espanha, Reino Unido, Escandinávia, organismos comunitários, etc. Tiveram bastante regularidade os Seminários Luso – Espanhóis e os que passaram a congregar delegados dos países nórdicos e do sul da Europa. A BAD organizou vários Encontros de Bibliotecários de Língua Portuguesa e os de Arquivistas Lusófonos. Desde a sua criação a Associação tinha-se filiado na IFLA, no ICA e na FID (depois extinta), como também esteve na génese da constituição da EBLIDA, que pretendia ser uma bem necessária voz ativa dos profissionais, então confrontados com os problemas do Telematics for Libraries Program.

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – RNBP – no seu contexto específico, teve também pelo vasto relacionamento com países estrangeiros um papel decisivo na origem do NAPLE, afinal uma feliz consequência da Conferência Internacional “Bibliotecas Públicas: Inventando o Futuro”, no CCB, em Maio de 2000, única que fora integrada no programa oficial da Presidência Europeia de Portugal naquele ano. (Ver a este propósito um interessante texto então saído no “Público”, bem como o discurso de abertura do Presidente Jorge Sampaio).

Para terminar, quero valorizar aqui mais uma vez a importância decisiva das centenas de profissionais, entusiásticos e dedicados militantes, cujo excelente trabalho durante 30 anos me foi possível testemunhar e acompanhar. Fiz, pois, questão, como modesto agradecimento, de listar todos os nomes desses colegas que me foi possível juntar num desprezioso folheto, divulgado nas comemorações dos 30 anos da RNBP, realizadas em Lisboa no MUDE, precisamente na data em que fora assinado o Despacho de nomeação da então Presidente da BAD pela SEC, Teresa Patrício Gouveia – que teve também a presença de alguns Autarcas, como o vice-presidente da ANMP e da Vereadora da CML, Catarina Vaz Pinto. Tal comemoração teve depois nova edição no Porto, Biblioteca Municipal Almeida Garrett, dessa vez com a participação do Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes e do presidente da CMP, Rui Moreira.

---

Moura, M. J. (2017) Alguns apontamentos sobre 50 anos de profissão. Notícia BAD. BAD. [<https://noticia.bad.pt/2017/01/27/apontamentos-finais-sobre-50-anos-de-profissao/>]

# La situation des bibliothèques universitaires au Portugal

IFLA council and general conference, 1987

## ABSTRACT

Les anciennes universités Portugaises ont hérité des fonds bibliographiques de valeur historique considérable qui pèsent trop lourd encore sur leurs services bibliothéconomiques. Cependant, quelques unes des nouvelles Universités ont organisé des systèmes documentaires assez efficaces ces dernières années. La [sic] manque de Bibliothécaire et, par conséquent, la carence au niveau de l'organisation technique et de la coopération entre les différentes institutions entraînent encore aujourd'hui beaucoup plus de difficultés que les problèmes d'ordre financier.

Actuellement il y a des indices de changement dans cette situation de retard et de sous-développement : l'introduction des moyens informatiques conduit maintenant à de nouveaux projets de coopération.

Les bibliothèques universitaires, au Portugal, se caractérisent par un grand retard technologique et une absence de coordination, en raison du fait qu'elles fonctionnent d'une manière isolée tant au plan national qu'à l'intérieur de chaque université.

Une enquête réalisée il y a deux ans environ, par la Commission des Bibliothèques Universitaires de la BAD - Association Portugaise de Bibliothécaires, Archivistes, Documentalistes, a confirmé la gravité de la situation en dépit des progrès enregistrés au cours des dix dernières

années et, également, en dépit du fait que ce secteur est potentiellement le plus riche en informations bibliographiques destinées à la recherche et à l'enseignement.

Dans l'ensemble du pays, outre la Bibliothèque Nationale et quelques bibliothèques spécialisées qui appartiennent à de grandes entreprises et à deux ou trois organismes publics-liés, notamment, à notre histoire coloniale - il n'en existe pas qui ouvrent leurs collections aux chercheurs et aux étudiants. De fait, les importants fonds bibliographiques de l'Académie des Sciences ou de l'Académie d'Histoire ne sont pas correctement organisés en raison du manque total de personnel, d'installations et des autres moyens indispensables.

Ainsi, dans ce contexte, en dépit de l'importance relativement grande des bibliothèques universitaires, les carences structurelles et d'organisation sont patentées, et elles pèsent sur leur fonctionnement. Jusqu'à ce jour, malgré les efforts répétés des bibliothécaires (à noter que les bibliothèques qui comptent plus d'un spécialiste sont très rares), la position défavorable qu'ils occupent dans la structure des organes des Facultés, ajoutée au manque d'articulation à tous les niveaux, vont se refléter dans la qualité des services qu'elles offrent aux utilisateurs et dans la faible rentabilité des moyens financiers dont elles disposent. Pour illustrer la carence de politique en matière

d'information au Portugal, il suffit d'indiquer que le prêt inter-bibliothèques n'est pas encore institutionnalisé.

Par ailleurs, beaucoup de Facultés, et presque tous les autres établissements d'enseignement supérieur non universitaire n'ont pas de bibliothécaires, en outre, l'action des bibliothécaires que l'on rencontre est fortement limitée par le poids des structures bureaucratiques et de leur complète dépendance.

Le blocage du recrutement des fonctionnaires dans l'Administration permet de prévoir que le manque de personnel qualifié va aller en s'aggravant bien que, récemment, un nombre non négligeable de fonctionnaires déjà en service ait cherché à acquérir une formation professionnelle en suivant les nouveaux cours mis sur pied.

Dans tous les cas, dans les bibliothèques qui dépendent des 12 universités du pays et qui ont répondu à notre enquête - nous laissons de côté celles qui appartiennent aux 4 universités les plus anciennes (Coimbra, Lisbonne, Porto et Technique de Lisbonne) puisqu'elles ont un organe central, comme nous l'indiquerons plus loin - les chiffres sont tout à fait préoccupants.

Parmi les 134 bibliothèques de Facultés, de Départements, et d'Instituts, 102 disposent seulement de 1 [sic] à employés; 3 seulement en ont plus de 20. Il convient de noter que ces chiffres englobent les bibliothécaires diplômés et les techniciens auxiliaires.

Quant aux fonds bibliographiques, 68 disposent de moins de 5.000 monographies et 17 seulement en ont plus de 30.000. En ce qui concerne les publications périodiques, 9 possèdent plus de 500 titres en cours et 78 moins de 100 titres.

Du fait qu'il n'existe pas d'exemplaires destinés au prêt à domicile en nombre suffisant et que les installations sont très limitées en surface et en qualité, 9 bibliothèques

seulement ont plus de 5.000 utilisateurs/an et 65 d'entre elles, moins de 1.000 utilisateurs/an. En effet, parmi elles, 11 seulement disposent de plus de 1.000 m<sup>2</sup> et 61 de moins de 100m<sup>2</sup>.

En ce qui concerne le nombre de monographies, les bibliothèques de Facultés de L'Université de Lisbonne en comptent au total environ 400.000, celles de Porto environ 380.000 et celles de Coimbra environ 200.000, comme d'ailleurs celles de L'Université Technique de Lisbonne.

En ce qui concerne les budgets, plus de 20 bibliothèques dépensent pour les acquisitions bibliographiques entre 1.000 et 3.000 contos (125.000 FF) par an, ce qui paraît déjà important à l'échelle du pays.

Dans le dernier quart de notre siècle, néanmoins, de nouvelles universités ont été créées dans lesquelles l'information spécialisée est gérée par les «Services de Documentation» qui exercent dans chacune d'elles cette fonction, en principe. Quelques-uns, déjà aujourd'hui, assument un rôle effectif comme c'est le cas pour les Universités d'Aveiro, des Açores et du Minho, et dans une certaine mesure, pour celles de Trás-os-Montes et Alto Douro et da Beira Interior. Ceux de L'Université d'Algarve et surtout d'Évora et de L'Université Nouvelle de Lisbonne, sont de moindre dimension ou pratiquement inopérants.

Le modèle générale [sic] retenu pour leur création se caractérise par une centralisation ou, au moins, un contrôle centralisé des acquisitions et du traitement technique des documents et par une décentralisation croissante des services de consultation et de prêt.

L'accès à l'information dans les universités portugaises se fait d'une manière traditionnelle et, seulement dans quelques cas exceptionnels, on a recours à l'interrogation

des bases de données étrangères. Ce type de recherche n'en est qu'à ses débuts, actuellement, dans les universités portugaises ; le mérite en revient au CDCT (Centro de Documentação Científica e Técnica) de l'INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica), qui a déployé des efforts persistants, aussi bien à l'intérieur qu'à l'extérieur du Ministère de l'Éducation, pour développer ce type de services ; il a, en occurrence, joué un rôle pionnier. Les autres grands organismes de recherche ne possèdent pas, à l'heure actuelle, de bases de données avec accès public et seul, depuis peu, dans le domaine de l'industrie, INFOLNETI (base de données du Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial) s'est ouvert sur l'extérieur.

Malgré ce sombre panorama, on aperçoit des signes de changement dans le domaine de l'information au Portugal.

Nous croyons que la nécessité d'introduire l'informatique et les nouvelles technologies va mettre en évidence les problèmes structurels et les carences organisationnelles, obligeant à prendre des décisions importantes aussi bien en ce qui concerne la politique du secteur que l'affectation plus appropriée des ressources financières disponibles ; dans le domaine des bibliothèques publiques, où le retard est encore plus important, une telle évolution est déjà en cours.

La partage des responsabilités, au travers des activités de coopération à tous les niveaux, va s'imposer de soi-même à un pays qui dispose de ressources limitées. Et là, nous pensons que sera fondamental, le rôle que devront jouer les gestionnaires et les techniciens de l'information qui ont commencé à recevoir, au cours des dernières années, une formation mieux adaptée afin d'affronter avec succès les problèmes qu'ils vont rencontrer.

Dans les faits, ceci s'est traduit par la création, dans les Universités de Lisbonne, Coimbra et Porto, de trois cours de spécialisation en Sciences Documentaires d'une durée de deux ans, et auxquels peuvent s'inscrire les étudiants possédant déjà une licence de quelque discipline que ce soit des Lettres, des Arts ou des Sciences. Quoique de création récente les résultats commencent déjà à se faire sentir au plan professionnel.

L'Université de Coimbra est la seule à posséder une grande bibliothèque générale (B.G.U.C.), depuis 1559 ; mais elle n'a pas de relations institutionnelles avec celles qui existent dans les Facultés, les Départements et les instituts.

Cependant, c'est l'existence de son catalogue collectif – dont le domaine d'activité, progressivement élargi, englobe maintenant, de surcroît, L'Université d'Aveiro distante de 38 Km - qui a permis l'apparition du projet de création d'une base régionale de données bibliographiques.

Simultanément, la Bibliothèque Nationale lançait son projet d'automatisation accompagné de la création d'une base de données bibliographique nationale; pour éviter le développement de deux projets à certains égards concurrents, un protocole fut signé entre la BGUC et la Bibliothèque Nationale que[*sic*] envisage la création, sous le nom de PORBASE, d'une base nationale de données bibliographiques, étant entendu que les autres bibliothèques universitaires et les grandes bibliothèques publiques pourront se joindre au projet.

Dans deux des quatre plus anciennes universités portugaises - L'Université de Lisbonne et L'Université Technique de Lisbonne - des dispositions légales ont été prises, il y a déjà quelques années, pour la création d'organes qui devront exercer des fonctions de coordi-

nation et d'appui au réseau de bibliothèques qui existe dans chacune d'elles depuis toujours. Ce sont les Services de Documentation et de Publications. Cependant, les ressources qui leur permettraient de jouer efficacement leur rôle n'ont jamais été accordées ; la perspective prochaine de l'informatisation permet de penser qu'ils y parviendront d'une certaine manière.

A l'université de Porto, enfin, le problème est encore plus grave puisque l'organe de coordination, créé à la même date et en vertu de la même législation, n'a jamais vu le jour, pas plus d'ailleurs que la Bibliothèque générale qui, entre temps, fit l'objet[sic] d'une loi que est[sic] restée sans aucun effet pratique, puisqu'elle ne s'est vu affecter, jusqu'à maintenant, ni budget, ni installations, ni personnel.

Une des causes de cette situation, réside dans l'absence d'autonomie des Universités. Au Portugal, toutes leurs ressources proviennent de l'actuel Ministère de l'Éducation et de la Culture qui distribue les budgets et crée le cadre juridique et législatif qui les régit.

Depuis plusieurs années, déjà, on envisage de soumettre pour débat au Parlement la loi d'autonomie des universités, toutefois, jusqu'à ce jour, les changements successifs de gouvernements et la dissolution de l'Assemblée n'ont pas permis de l'aborder.

Ainsi au Portugal, la crise de l'Université qui est suffisamment visible, se reflète dans tous les aspects de la vie universitaire et notamment dans le système des bibliothèques, d'ailleurs inexistant en tant que tel. Toute une série de mesures font défaut et, en dépit du centralisme régnant, à l'intérieur même du Ministère aucun service n'en est chargé.

Il convient de souligner que, aussi bien en ce qui concerne le lancement des cours qu'en ce qui concerne

toutes les actions de formation ou de recyclage, le rôle de la BAD a été déterminant. Il s'est manifesté au travers de pressions exercées par l'Association sur les Autorités administratives et les responsables en matière d'éducation, appuyant sans réserve les formations entreprises par ces derniers ; il s'est également manifesté, le cas échéant, en se substituant entièrement, dans de nombreux cas, à ces mêmes instances.

Cette attitude permanente d'intervention en faveur de la qualification des professionnels de l'information et de l'amélioration de leur statut, a valu à la BAD une reconnaissance croissante et une audience toujours plus large au plan nationale[sic] ; en vue d'une meilleur[sic] efficacité, l'Association a créé des groupes de travail permanents ayant des objectifs spécifiques - comme c'est le cas de la Commission des Bibliothèques Universitaires - qui sont presque exclusivement à l'origine des initiatives prises pour améliorer la situation, depuis les quinze dernières années.

#### Notes bibliographiques

COMISSÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS - *Inquérito às Bibliotecas Universitárias*. Lisboa, BAD, 1985. (Mimeo.)

MENDES, Maria Teresa Pinto - *A Biblioteca Geral e os Serviços de Documentação da Universidade de Coimbra*. Coimbra, BGUC, 1984.

SOUSA, José Manuel Motta de - *O Catálogo Colectivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra, BGUC, 1973.

---

Moura, M. J. (1987). La situation des bibliothèques universitaires au Portugal. In IFLA council and general conference. 53 (pp. 10-12).

# Au Portugal bibliothèques de lecture publique

Bulletin d'informations-Association des bibliothécaires français, 1993

## Une volonté nationale

L'histoire du programme portugais de création d'un réseau national de bibliothèques de lecture publique a été résumée très fidèlement, jusqu'en 1990, par un de ses plus actifs militants, Henrique Barreto Nunes qui recensait 86 projets de Bibliothèques publiques et 4 «Bibliopolis», dans des villes plus importantes (Porto, Lisbonne, Coimbra et Braga).<sup>1</sup>

Peu après, pendant les années 1991 et 1992, ce réseau s'est étendu à 18 municipalités supplémentaires portant le total à 108, soit une couverture de 40% du territoire national en 5 ans. En effet les premiers contrats-programmes ayant été signés en 1987, les chantiers ont commencé au cours des années suivantes.

En décembre 1992, 28 nouvelles bibliothèques municipales ont été mises en service<sup>2</sup>, très peu encore avec des annexes ou des bibliobus. Début 1993, on attend l'ouverture de six autres<sup>3</sup>. Les bibliothèques qui avaient été installées dans des locaux provisoires (nommées bibliothèques municipales en développement) ont vite évolué selon les prévisions, et leurs bâtiments définitifs sont en train de se construire.

En 1992, suite à la restructuration organique, très discutée, du Secrétariat d'Etat à la Culture, placé dans la dépendance du Premier Ministre, la fusion des deux Directions Générales : Bibliothèque Nationale et Institut

Portugais du Livre et de la Lecture - a provoqué une vague d'inquiétudes sur la continuité des programmes en cours.

En cette année 1993, l'annonce d'une campagne de la Communauté en faveur des bibliothèques, du livre et de la lecture d'une part et les multiples manifestations d'intérêt de la part des pouvoirs locaux pour le développement de leur réseau de bibliothèques municipales d'autre part, ont permis que ne soit pas remise en cause la politique contractuelle en cours, c'est-à-dire le soutien financier et le support technique fournis par l'Administration centrale. Jusqu'à ce jour les objectifs, le financement et l'équipe même qui l'exécute n'ont pas été atteints, malgré les difficultés accrues de manque de personnel, au niveau central et local, et quelques problèmes survenus dans des situations plus défavorisées.

Il faut noter que ce manque de bibliothécaires est un problème commun à tous les types de bibliothèques. En effet, il résulte de multiples facteurs qui ont beaucoup pénalisé le secteur de l'information, pourtant fondement du développement du pays, de nos jours. Il faut cependant souligner un point très significatif dans le contexte portugais : au milieu des luttes entre partis politiques ou même en périodes électorales, jamais le programme n'a été remis en cause.

Des bibliothécaires conscients et exigeants

Et, parce que je le coordonne depuis le début, je peux ajouter deux remarques personnelles à ce témoignage que m'a demandé l'ABF.

La première est que la sensibilisation des pouvoirs et de l'opinion publique sur la situation alarmante de la lecture publique au Portugal et sur l'inexistence de bibliothèques municipales a été l'œuvre des bibliothécaires, préoccupés par l'une des bases fondamentales de leur activité professionnelle. En effet, c'était la BAD, Association portugaise des bibliothécaires, archivistes et documentalistes, qui depuis quelques temps mettait l'accent sur l'absence de vraies bibliothèques publiques au Portugal et la totale méconnaissance par la population de cet équipement culturel de base.

Présidente de la BAD, j'ai été chargée par Madame le Secrétaire d'Etat à la Culture, en 1986, de constituer et diriger au sein de son cabinet un petit groupe de travail qui devait présenter un programme et des propositions, à court et moyen terme, pour le mettre en œuvre. Une fois le programme approuvé par le Gouvernement et soutenu par l'Association des Municipalités portugaises (il faut noter cette circonstance car la régionalisation n'a pas encore été faite dans notre pays), j'ai été moi-même chargée de son exécution, dans le cadre de l'Institut Portugais du Livre et de la Lecture (IPLL), et maintenant de l'IBL (Institut de la Bibliothèque et du Livre).

Comme d'ailleurs dans d'autres types de bibliothèques, il est vrai que les bibliothécaires de lecture publique sont en nombre très insuffisant. Mais il est vrai aussi que nous sommes aujourd'hui beaucoup plus nombreux, plus conscients, plus exigeants, plus capables de remporter nos batailles au jour le jour et relever le défi de nouveaux objectifs. Je dois avouer que c'est là le fondement d'une certaine satisfaction et de beaucoup d'espoir profession-

nel. Soit sur le terrain, dans les bibliothèques municipales, soit dans ma très petite équipe, c'est à ce groupe de jeunes bibliothécaires de lecture publique, travaillant ensemble dans un grand esprit de coopération et de solidarité, qui reviennent tous les mérites.

L'autre témoignage personnel est pour souligner quelque chose que l'on ne pourra jamais oublier au moment de faire l'histoire de ce projet. S'il est vrai qu'il n'a été possible que grâce à la démocratisation de la culture et de la société portugaise après la Révolution du 25 avril 1974, il est vrai également que c'est la conséquence directe d'un séminaire que le bibliothécaire français, Jean Tabet, a orienté, il y a dix ans à Lisbonne. Séminaire au cours duquel tout notre enthousiasme s'est renouvelé... C'est lui en effet qui a déclenché des initiatives très importantes, lesquelles ont influencé le cours des événements et les options prises un peu plus tard - même si cette intervention a été suivie par celle de Jacqueline Gascuel (4) et de plusieurs autres collègues français, experts en matière de lecture publique.

Il est vrai que l'on ne doit pas copier des modèles et que chaque culture, avec ses traditions propres et ses conditions particulières, exige des solutions spécifiques. Cependant l'influence française est très présente dans notre réseau de bibliothèques municipales. Elle n'est pas seulement perceptible dans l'organisation des espaces et des sections, ou dans le mobilier, car on trouve maintenant chez nous des entreprises étrangères d'équipement de bibliothèques. C'est avant tout la philosophie du programme et l'idée d'une politique incitative de la part de l'Administration centrale envers les collectivités locales: l'administration centrale a décidé de subventionner à 50% l'investissement global, à condition que les pouvoirs locaux soient décidés à construire ou installer

une bibliothèque municipale qui respecte au minimum les orientations des programmes qui lui sont fournis.

#### Perspectives de développement

La prise de conscience de nos besoins dans ce domaine s'est approfondie parallèlement à la marche du projet vers l'intérieur du pays et en réponse à l'enthousiasme du public pour ces nouveaux équipements culturels mis à sa disposition, parfois de 10h du matin à 10h du soir.

Comme ils sont les seuls disponibles dans certaines régions, nous essayons de leur ajouter une caractéristique plutôt anglo-saxonne : l'information pour le développement social et économique, en parallèle bien sûr avec la lecture publique, la synergie avec le milieu scolaire et de l'éducation professionnelle, les activités artistiques et de loisirs. Surtout dans les zones défavorisées, nos bibliothèques publiques deviendront encore plus importantes pour la qualité de vie des populations, le développement total de l'individu et la conscience du citoyen.

Ce projet est ambitieux, mais chaque jour plus étendu et partagé par de plus en plus de gens. Malgré la géographie, nous refusons l'isolement, et en parallèle avec la coopération régionale, nous tenons aux relations internationales. Après la France, nous avons commencé aussi avec la Scandinavie. Nous venons de présenter des candidatures aux programmes de la CEE, DG X et DG XIII, avec des partenaires d'autres pays, dans des domaines très variés : diffusion de la poésie à partir des bibliothèques municipales dans l'éducation non formelle, la fonction des bibliothèques municipales comme centres d'information pour le développement, la coopération avec la PORBASE, en tant que base de données de la bibliographie nationale d'un côté, et de l'autre avec les éditeurs afin d'obtenir des notices bibliographiques enrichies et plus proches de la date de publication, etc.

En 1992 l'IPLL a fait approuver le projet RIPL - Réseau informatisé de lecture publique - et nous sommes maintenant engagés dans un concours communautaire pour l'acquisition de systèmes pour une dizaine de bibliothèques municipales. Le projet vise l'installation d'une application intégrée de gestion de bibliothèques, sous un système multi-utilisateur et multi-tâche, l'architecture modèle OSI (Interconnexion des systèmes ouverts) suivant la norme ISO 7498, le format UNIMARC et la norme ISO 2709.

---

<sup>1</sup> Cf. Nunes, Henrique Barreto. - *Bibliotecas Publicas em Portugal (1986-1989)*. - Lisboa : Instituto português do Livro e da leitura. 1991 - (disponible à l'ABF).

<sup>2</sup> Alijó. Almeirim. Ansião. Arouca. Arruda dos Vinhos. Barreiro. Cantanhede. Chamusca. Constância. Crato. Esposende. Grândola. Guimarães. Lagos. Lousã. Mértola. Mirandela. Montemor-o-Novo, Moura. Óbidos. Palmela. Porto de Mós. Póvoa do Varzim. Setúbal. Sousel. Viana do Castelo. Vila Nova de Famalicão et Vimioso.

<sup>3</sup> Abrantes. Beja. Campo Maior. Felgueiras. Matosinhos. Mira e Ponte de Lima

<sup>4</sup> Un espace pour le livre a été publié dans une traduction portugaise en 1987.

---

Moura, M. J. (1993). Au Portugal bibliothèques de lecture publique. Bulletin d'informations-Association des bibliothécaires français. 158, 25-27.

# Prefácio

Nunes, H. B. Da Biblioteca ao Leitor, 1996

Solicita-me o Autor um prefácio para este livro.

Não podia deixar de aceder porque é um companheiro de jornada que esteve sempre presente ao longo de uma dúzia de anos de militância pela causa das Bibliotecas Públicas, compartilhando trabalhos, ansiedades, dúvidas e sucessos de um projecto profissional que hoje assume novos contornos, mas de que até agora ele foi um dos maiores divulgadores, pela palavra e pela acção.

Durante anos foi quase sempre o único a escrever regularmente sobre um Projecto então mal conhecido, aproveitando para isso todas as oportunidades, em reuniões, aulas, seminários, congressos, revistas, jornais...

Enquanto a pequena equipa responsável se envolvia exclusivamente na acção, tentando solucionar os problemas detectados nas múltiplas frentes de trabalho que não podiam ser descuradas, havia felizmente alguém que, para além de um apoio constante, registava o que acontecia e, com sobriedade e modéstia, divulgava os resultados obtidos.

Este livro é pois, simultaneamente, a crónica destes dez anos de Programa de Leitura Pública e de uma experiência pessoal, vivida pelo autor com a intensidade e a enorme generosidade de que é capaz, com o seu desejo de transformar o mundo, se possível através do livro, bem ao inverso de “Fahrenheit 451».

A história das Bibliotecas Públicas no nosso país, o diagnóstico das carências que as afectam, a proposta de soluções que as viabilizem e melhorem os serviços que prestam aos leitores e que atraiam muitos mais, são preo-

cupação que, de uma maneira ou de outra, se insinuam ao longo dos textos agora recolhidos em volume.

De passagem, devemos assinalar o talento da escrita que mal disfarça a paixão do leitor compulsivo, ele próprio um poeta do sentimento.

Nos próximos tempos, as nossas Bibliotecas Públicas vão evoluir, têm mesmo que evoluir rapidamente, se acreditarmos, como P. Schoots, que elas devem ser um espelho da sociedade.

A promoção do livro e da leitura num espaço aprazível, de troca cultural e de sociabilidade, aberto a todos sem excepção, vai naturalmente continuar a ser um dos objectivos prioritários e talvez a sua imagem de marca. Mas a biblioteca virtual já é hoje um das nossas preocupações e as autoestradas da informação depressa chegarão até nós.

Como poderia a biblioteca pública manter-se inalterável ou mesmo só como há dez anos atrás, num mundo em mudança tão acelerada, na emergência da sociedade da informação?

No entanto, com novos recursos tecnológicos e através de meios mais adequados aos nossos dias, ela continuará a desempenhar a sua missão primordial e a assumir-se crescentemente como um dos fundamentos da nossa vida democrática.

Eu diria mesmo que se pretendermos evitar ainda maiores desigualdades, se quisermos combater seriamente a exclusão social e diminuir as diferenças entre os que já se designam por info -ricos e info -pobres, o seu papel será determinante em países como o nosso.

Esta afirmação não resulta sequer de um olhar enviesado que presume colocar o trabalho que tentamos fazer no centro do mundo: ela está, de facto, presente nas reflexões e debates que hoje se realizam em diferentes fora em defesa da criação de novas oportunidades para todos, e do aprofundamento da cidadania, nesta era tecnológica.

O acesso a novos serviços — ainda agora raros entre nós, mas que se multiplicam em todas as redes de bibliotecas públicas dos países de democracia avançada — que utilizam as tecnologias da informação e comunicação, é hoje um facto incontornável e um dado fundamental a equacionar com a necessária ousadia, se quisermos proceder ao aggiornamento que o Projecto iniciado há dez anos certamente merece.

Nada seria pior do que contentarmo-nos com o que está feito, escamoteando deficiências e alguns erros. É preciso agora ir mais longe e mais fundo, desde logo na ambição dos objectivos a alcançar, mesmo que sintamos que já se exige demasiado a um extraordinário grupo de jovens profissionais, do terreno, cujo trabalho dedicado e militante é a verdadeira chave do êxito que se vai reconhecendo, dentro e fora das nossas fronteiras.

Nesta nova fase do Projecto, sabemos porém que o Henrique Barreto Nunes, para além de continuar a desenvolver um modelo, que lhe é tão próprio, de intervenção cívica, aliará a sua exemplar actividade de Bibliotecário à do registo cuidadoso dos pequenos e grandes sucessos das nossas Bibliotecas Públicas e do colectivo dos profissionais que as fazem viver.

Oxalá as opções estratégicas e as decisões políticas, aos vários níveis, possam efectivamente, pelo seu lado, garantir a toda a comunidade nacional o direito à informação e à cultura! Só assim as bibliotecas públicas encontrarão meios para corresponder às necessidades dos cidadãos,

proporcionando-lhes um generalizado acesso a esse centro local interactivo, verdadeira janela aberta sobre o mundo.

MARIA JOSÉ MOURA

---

Moura, M. J. (1996). Prefácio. In H. B. Nunes. Da biblioteca ao leitor. (pp. 11-13). Autores de Braga.

# As Bibliotecas Portuguesas na Sociedade da Informação

6º Congresso BAD, 1998

## Resumo

Refere-se a evolução das bibliotecas portuguesas e dos seus diferentes sectores, na última década. Abordam-se as tendências da convergência e globalização no domínio da informação e o impacto que se prevê venham a ter na nossa sociedade e, portanto, nas bibliotecas. Apontam-se, também, algumas das linhas de força que atravessam o debate, que se realiza nos nossos dias, sobretudo no contexto europeu, motivado pelo desenvolvimento do multimédia e das tecnologias da informação e comunicação. Refere-se depois a participação portuguesa no Programa “Telematics for Libraries” - de que o C.S.B. é o Ponto de Convergência Nacional - assim com os desafios que nos trazem os novos paradigmas da sociedade da informação.

## Abstract

We refer to the evolution of the Portuguese Libraries and their different sectors, in the last decade. We deal with the convergence and globalisation trends in the information field, as well as the impact we expect they will have on our society and, therefore, on the libraries. Furthermore, we point out some of the main trends in the debate that is being held now-a-days, especially in the European context, motivated by the development of the multimedia and information and communication technologies. Then, we refer to the Portuguese participation in the “Telematics for Libraries” Programme - of which the Portuguese High Council for Libraries (Conselho

Superior de Bibliotecas) is the National Focal Point - and the challenges with which we are presented by the new paradigms of the information society.

Quando se lança um olhar retrospectivo para o sector das Bibliotecas e da Informação, em Portugal], abarcando a última dezena de anos, somos forçados a reconhecer que foram feitos largos progressos, muito embora estando ainda longe do que todos gostaríamos, tendo sobretudo em consideração o atraso com que partimos, face aos países mais desenvolvidos.

Como já afirmámos noutras circunstâncias, referindo a indiferença quase generalizada com que dantes, entre nós, era (des)entendida a informação e mal avaliada a sua importância estratégica, esse facto indesmentível era, simultaneamente, um espelho do nosso subdesenvolvimento e um dos motivos do mesmo.

Essa patente relação de causa/efeito continua hoje bem visível mas já, felizmente, noutros estimulantes patamares de progresso generalizado.

Consideramos de inteira justiça reconhecer, neste momento, o lúcido e persistente esforço de varias gerações de profissionais - que muito contribuíram para essa alteração de mentalidades, de concepção e de práticas - aqui representados pela sua Associação, que festeja um quarto de século de existência, a qual felicitamos, aproveitando para agradecer, em nome do Conselho Superior de

Bibliotecas, o convite para partilhar hoje convosco estas breves reflexões.

Após a abertura democrática do nosso país, ainda foi necessário aguardar os últimos três anos da década de 80 para que se verificassem grandes alterações qualitativas nalguns sectores das bibliotecas portuguesas.

Desde logo e começando pelo topo do sistema, a informatização dos serviços da Biblioteca Nacional e a constituição da PORBASE - Base Nacional de Dados Bibliográficos em que passaram a cooperar dezenas de instituições, - hoje cerca de 140 - de diferentes dimensões e áreas temáticas, assinala um enorme progresso, que só poderá ser devidamente avaliado por quem conseguir recordar-se do que antes ocorria...

A PORBASE tem hoje quase 1 milhão de registos - sobretudo de monografias, em língua portuguesa e do séc. XX , mas contemplando outras áreas linguísticas e demais material impresso - e cresce em média 100.000 registos/ano.

A bibliografia nacional corrente, cujo catálogo público em linha é de acesso livre e gratuito desde 1988, quando deixou de publicar-se o respectivo Boletim, passou a ser difundida também em cd-rom, actualizado semestralmente, e encontra-se já disponível na Internet, durante o período diurno.

Em todo o país, 13 instituições possuem actualmente uma ligação permanente ao sistema e mais de uma centena envia-the em disquete os seus registos, usando uma parametrização própria do software CDS/ISIS, de que é distribuidora em Portugal.

Tendo tido desde há 10 anos uma sistemática actividade de formação neste último domínio, em nosso entender é, porém, na promoção da normalização, e muito em especial do formato Unimarc, que mais fecundo se

tem mostrado o seu trabalho como Agência Bibliográfica Nacional.

Também o Catálogo Colectivo de Publicações Periódicas Contidas em Bibliotecas Portuguesas editado pelo então Instituto Nacional de Investigação Científica, foi colocado em linha em 1989 e, actualmente da responsabilidade da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, encontra-se disponível na Internet e em cd-rom. Cobrindo mais de 500 bibliotecas, em particular universitárias e especializadas, constitui um instrumento de trabalho importante para professores e investigadores e uma ferramenta de apoio para as bibliotecas.

Noutro sector - o das Bibliotecas Públicas - tinha sido lançado, em 1987, um Programa de apoio técnico e financeiro, que veio a revelar-se como um estímulo eficaz e decisivo para a criação da respectiva Rede, resultado do esforço conjunto e verdadeiro trabalho de parceria com as Autarquias Locais, - hoje 145 - que continua a ser observado com grande interesse em várias latitudes.

O projecto de criação de bibliotecas municipais tinha como objectivo inicial conquistar novos públicos para o livro - considerado em crise - e através da multiplicação dessas infraestruturas, até aí inexistentes, melhorar os índices de leitura, combater o analfabetismo, promover a actividade cultural.

Mais recentemente, o Projecto evoluiu com maior ambição, centrada sobretudo na utilização das tecnologias da informação e comunicação, integrando as novas funções das bibliotecas públicas no amplo contexto da vida local, correspondendo às exigências dos cidadãos nas suas múltiplas vertentes, e não só a estritamente cultural.

Também quanto às Bibliotecas Escolares, os últimos tempos têm trazido sintomas de uma mudança há muito aguardada pelos profissionais e por todos considerada

como fundamental, inclusivamente na consolidação do progresso nos restantes sectores.

No âmbito do Ministério da Educação, com a colaboração do Ministério da Cultura, foi em 1996 constituído um Gabinete que é responsável pelo Projecto de instalação de pequenas unidades nas Escolas, contando com o apoio das Bibliotecas Municipais e um financiamento específico que se espera venha a ser aumentado nos próximos anos. Porém, em nosso entender, mais ainda do que às infraestruturas físicas e colecções adequadas, será a atenção prestada à formação de profissionais que ditará o êxito ou relativo fracasso do projecto

Relativamente às Bibliotecas Universitárias, é sabido que há dez atrás já eram detentoras de importantes colecções e tinham ao seu serviço um número de profissionais muito mais elevado do que nos outros sectores, mas a verdade é que aqueles ainda hoje se revelam extremamente insuficientes e os fundos bibliográficos pouco acessíveis, sobretudo por carências organizativas, de recursos humanos e tecnológicos.

A grande pulverização que as caracteriza - e a que só nas “novas” Universidades públicas se tentou escapar, nem sempre com inteiro sucesso - e o facto de nunca, mesmo antes da lei de autonomia universitária, terem sido dotadas de uma estrutura de coordenação ou de financiamento específico a nível nacional, tornou impossível o respectivo planeamento e que se conseguissem desenvolver em consonância com as crescentes exigências do ensino e da investigação. É sintomático verificar, por exemplo, que durante muitos anos não foram construídas novas instalações e, até há pouco, raras tinham adquirido sistemas informáticos de gestão integrada, embora quase todas tenham operado a reconversão dos seus catálogos, pelo menos das aquisições mais recentes, utilizando a

parametrização PORBASE do CDS/ISIS, o que já representou um grande progresso, antecedendo as actuais tentativas de cooperação e racionalização de recursos.

Por outro lado, deve assinalar-se que o aparecimento de muitas instituições do ensino superior privado não foi acompanhado da necessária criação de infraestruturas de informação especializada, em número e qualidade correspondentes a essa verdadeira explosão, o que foi agravar ainda mais a pressão de novos utilizadores nas instituições existentes.

Nos últimos tempos detectaram-se, porém, sinais evidentes de grandes mudanças neste sector, em diferentes aspectos, não obstante os recursos humanos continuarem escassos. Fazendo uso de alguns financiamentos disponíveis, foram já construídas várias bibliotecas em instituições universitárias ou politécnicas - nem sempre, é certo, programadas com eficiência - e têm estado a ser adquiridos sistemas informáticos que se espera venham em breve contribuir para alterar profundamente a situação. Finalmente, ainda e sempre devido à continuada e persistente acção dos-seus bibliotecários, o CRUP decidiu agora formalizar uma estrutura de coordenação que há tanto se reclamava como indispensável. Espera-se, pois, que a RUBI - Rede Universitária de Bibliotecas e Informação - signifique novos métodos de trabalho, cooperação institucional e melhores serviços aos utilizadores, permitindo uma integração plena nas redes nacionais e internacionais e uma assumpção estratégica da importância do seu contributo para uma política de informação, a nível nacional.

Esta expectativa é tanto mais importante, quanto se sabe que, na área das Bibliotecas Especializadas, as unidades de informação universitárias são as mais relevantes, visto que não há, no nosso país, significativos financia-

mentos das empresas privadas, nem em geral muita tradição neste sector, se exceptuarmos nalguns casos a banca, as fundações, assim como alguns laboratórios e departamentos estatais.

Nos próximos dias certamente irá ser analisada nesta Conferência, e com muito maior desenvolvimento e adequação, a problemática dos diferentes sectores, que aqui nos limitámos a abordar genericamente, tentando compor, em traços largos, o pano de fundo da última década, sobre o qual as bibliotecas portuguesas são hoje compelidas a interagir para poder enfrentar o desafio da Sociedade da Informação e - sem perder de vista a sua função estratégica - rumo à Sociedade do Conhecimento.

Por vezes, assistisse ao debate, mesmo entre profissionais, sobre a sua existência futura, ao questionar do papel do bibliotecário ou até se as bibliotecas continuarão a fazer sentido. A não ser que se persista, perante a mudança, numa visão conservadora, defensiva e imobilista, a resposta só pode ser positiva. Mas, para isso, torna-se urgente desenvolver qualificações e, ante de mais, atitudes, cujas palavras-chave são inovação, protagonismo consciente, atenção ao mundo envolvente, suficiente conhecimento das tecnologias disponíveis para melhor as colocar ao serviço das comunidades de utilizadores, o que implica o estudo regular das suas necessidades e uma gestão eficiente dos recursos.

Face a uma disponibilidade aparentemente quase sem limites, é cada vez mais importante saber seleccionar e validar as fontes, organizar a informação segundo normas reconhecidas, criar os instrumentos melhor adaptados à sua utilização e avaliar sistematicamente os resultados. Nada afinal que os Bibliotecários não estejam habituados a praticar! Só que a velocidade das alterações registadas e a sua profundidade são hoje incomparáveis com o que

se passou não já só no último século, mas até na década anterior.

Por isso, e se não é fácil prever todo o impacto futuro, nas nossas bibliotecas dos fenómenos de globalização e convergência, julgamos inquestionável que elas terão de evoluir e adaptar-se, integrando-se numa estratégia comum, assegurada a nível nacional pelos decisores políticos mas que implica toda a sociedade moderna e democrática que nos prezamos de ser.

Os vulgarizados computadores pessoais, redes de informação - como a Internet - telecomunicações, multimédia, televisão digital e produtos off ou on Une são já hoje realidades que convergem cada vez mais e estão a modificar profundamente a nossa vida, em aspectos tão variados como a investigação, a educação e a aprendizagem ao longo da vida, a saúde, a administração pública, o emprego e o tele-trabalho, o comércio electrónico e a vida das empresas em geral, assim como o entretenimento, a comunicação e a fruição cultural. Mas as auto-estradas da informação que até nós trazem o mundo, em sentido contrário têm de levar igualmente as nossas realidades, valorizar produtos e serviços que beneficiem a economia portuguesa, a par da língua, da arte e da cultura que nos identificam como povo. E há, desde logo, que conhecer os limites e prevenir os perigos - por exemplo da falta da regulamentação - e permanecer atentos na defesa de direitos: à informação, compatibilizando-o com o da propriedade intelectual, à privacidade dos cidadãos, dos indivíduos enquanto consumidores, do “serviço universaF, das minorias e das pessoas com deficiências, combatendo novas exclusões sociais, à democracia participativa que não se compadece com manipulações e desvios.

Por outro lado, será que a referida convergência dos sectores das telecomunicações, dos media e das tecnolo-

gias da informação vai trazer o crucial aumento de emprego, implicando um significativo apoio aos 15 milhões de PME europeias e sobretudo um contributo para a coesão social, colocando de facto “as pessoas primeiro” ?

Pretendemos exemplificar, tão só, alguns aspectos duma temática muito vasta que é hoje debatida, nas suas vertentes tecnológica, sociológica e política, em variadíssimas instâncias nacionais e internacionais e de que podemos, nomeadamente, dar testemunho pessoal no Information Society Fórum, da iniciativa do Comissário Europeu Martin Bangmann, e que funciona desde 1995 em Bruxelas.

Em Portugal, o levantamento e debate dessa problemática têm sido sobretudo promovidos pela Missão para a Sociedade da Informação, através da organização de muitos colóquios e seminários e proposta de um projecto que foi já concretizado, “A Internet nas Escola”,

Só após o Tratado de Amesterdão, a União Europeia estendeu mais visivelmente as suas preocupações à vertente cultural, como se vai notando nos actuais programas da DGX . Mais concretamente, quanto às bibliotecas, isso foi patente por exemplo no Relatório Morgan, da Comissão de Cultura do Parlamento Europeu.

Mas foi sobretudo no âmbito do 4o Programa-Quadro - e espera-se que também no 5o , agora em debate - que a DGXIII, através do Telematics for Libraries, apoiou múltiplos projectos de inovação neste domínio, no qual é de assinalar, desde o início, a participação portuguesa, de relativa importância, envolvendo a Biblioteca Nacional, o IPLB e várias bibliotecas públicas, algumas universitárias e o INESC.

O referido Programa será, porém, abordado em profundidade nesta sessão, pela própria representante da DGXIII, pelo que julgámos dispensável alongar-nos

em considerações relativas ao que foi conseguido neste domínio da cooperação internacional, considerado por alguns de certa complexidade, como seria de esperar face aos nossos condicionalismos - já anteriormente focados - mas bastante estimulante e enriquecedor em termos do desenvolvimento de metodologias e de intercâmbio de experiências com os nossos parceiros, a nível internacional, visto que internamente se revelou difícil sobretudo motivar as empresas para estas iniciativas, havendo no entanto indícios de que, perante as novas realidades da convergência e da globalização, isso possa vir a alterar-se nos próximos tempos.

Enfim e neste quadro, cumpre-nos lembrar que o Conselho Superior de Bibliotecas desempenha as funções de National Focal Point, que tem sido aliás o trabalho de maior relevo da respectiva Comissão Executiva, sobretudo a partir do momento em que entrou em fase de reestruturação, no âmbito da nova orgânica do Ministério da Cultura.

Março 98

---

Moura, M. J. (1998). As Bibliotecas Portuguesas na Sociedade da Informação. In Actas do 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. (pp. 55-62). BAD.

# Public Libraries National Network: The emancipation of a foundation project

IASL, 2006

Exactly 20 years ago I was asked to build a program for the promotion of public reading in Portugal, which would be supported by a partnership between central and local administration, aiming to create and develop public libraries with all the modern requirements, then pioneering, in our subject.

The technical and financial support, conceived as program-contracts – which only after, were generalised for other purposes – was taken as a model for several more recent networks of cultural equipments, as it was considered a success case at a national and international level.

Having been asked to tell you a bit of this story, I can't however say it were all successes and that, if the majority of the strategic options were shown to be right, some happened that, being presented in valid time, were not considered to be a priority in political terms – giving privilege to quantity, which means, a faster coverage of all territory – and that to other propositions was not given implementation, not only because shortage of resources, but also given the overall difficulties, which resulted in lost opportunities.

It is clear today, thinking in all this experience, that it's easier to identify what would have been better to do, particularly if we ignore, with bigger or smaller good will, the temporal circumstances or the general context itself.

Illustrating this fact, it is certain that, on one hand, we lack cooperation habits to optimise the investments made by each one of the partners, on the other, the costs of the technologies, widely spread in the last years, are not yet today accessible to many of them, being financially, being in it's proper use since there is lack of human resources or they are insufficiently skilled.

The issue of agent qualification had been, however, one concern pointed in the initial report<sup>1</sup> – delivered in July 1986 and immediately approved by the Culture State Secretary – from the responsibility of the work-group I coordinated and composed also by Maria Teresa Calçada, Joaquim Relvas Portilheiro and the architect Pedro Vieira de Almeida.

Being since the beginning a infrastructure creation plan, the architects contribution constantly assumed a big importance, always aiming for a better quality of the projects and an enhanced transformation of the different spaces to the functionalities required by the librarians, as here we intend to demonstrate.

This was how the primitive Portuguese Book Institute, restructured to host the new Program for Municipal Libraries Creation, under direction of the Services Direction created for the cause, started to attach to each one of these municipal projects a team composed by a librarian and an architect who follow and analyse the respective

planning and construction, in their different aspects, until the public opening.

Belonging the work and the responsibility to the municipalities, it's the IPLB (Portuguese Book and Library Institute) duty to make sure the programmatic guidelines are respected, to which the appliance itself should follow to become selected. To do this it is being important, along the time, the collaboration of engineers from different specialities.

One should underline the important support that is also given by the Regional Development and Coordination Commissions, associated to the project since the beginning to guarantee in the field its correct construction.

It has been, this way, possible, most of the times, to overcome different restraints, specially when it is the case of patrimonial valuable buildings which need to be improved and adapted for the outcome. In this situation, one should count not only with high and sometimes unpredictable costs, that rise above the limits posted on the program-contracts, and for law to be respected, more difficulties are created for both parties and even for the relationship between them, but also with higher maintenance and operational expenses, demanding much more personnel for an effective functioning, due to its excessive allotment.

Concerned with a proximity policy and attempting to bring the book and information closer to the populations, already today many Municipalities are establishing their own municipal libraries networks, essentially through others short ones, called Polo, but also Itinerant Libraries, specially since the Gulbenkian Foundation extinguished this service, that for decades highly benefited the Portuguese people, the vast majority of whom only through this way had access to books.

The access to information is a constitutional right and public libraries should had been not only part of a national information policy, as now offer a crucial contribution to what is called the knowledge society.

With this purpose, the more recent initiative from the institute is the launch of the Public Libraries Knowledge Network Project – financed by POSI (Information Society Operational Plan) which intends to bring municipal libraries on-line, through broad band connection, sharing resources and functionalities and submitting contents.

It's also unquestionable today the important educational role of public libraries and their support to life-long learning, keeping however the traditional information and leisure functions.

Portugal hasn't yet a libraries law, but has been trying to follow the guidelines of the Unesco Manifesto and to be open to the experiences described and defended in the IFLA guidelines in this field.

One of the public segments that always has been privileged through the program is children, realising, nevertheless, that it is necessary to go further in the teenagers motivation.

Also in consequence of this there is justification for an ever stronger articulation between public libraries and school libraries, as the launching of the network of these last ones - ambitioned for decades, as mentioned in our 1986 report – sustained itself pragmatically, particularly in the beginning and with good results, in municipalities that already had municipal libraries fit to cooperate and support this new effort from schools and the Education Department.

It's for long unequivocal the family environment importance in the development of reading and writing

habits and this would somehow explain the indexes we detect between us. Hence the even more important role taken by the school and the bigger effort demanded to teachers and librarians, so that our society's structural needs could be overcome.

Beyond the campaigns that aim to bring the attention of the public opinion and most of all the mainly interested, a permanent, dedicated and imaginative work is necessary in schools and public libraries, so that, in a continuous and articulated effort we can lower not illiteracy rate, but also illiteracy in its different forms, which can compromise the future of the next generations, being this a problem that can't be solved in the short-term.

It may look paradoxical and not everyone will understand it in the same way, but we are some of those who believe that the more information is available, for instance, on the internet, the more difficult it is to transform it in knowledge and therefore more important it is the role of public libraries. It is certain that they were assigned with new functions, while others suffered modifications, dictated by users needs. This evolution is going to be emphasized, influenced not only by technologies but also by the continuous social, economical and cultural changes. Truth is that the library today it's also a meeting place, a place of freedom, not under the economical and consumers pressures of other places to where the populations are attracted without results of personal or group development.

I believe that is a symptom of ignorance to defend its announced death, once that, in all the developed countries, large or medium sized cultural equipments have been installed, much different today than just 20 years ago...

Therefore as well – and because we don't know exactly how public libraries will be in the future – it is crucial today to build spaces with enough flexibility, able to evolve and even grow. Spaces that allow to make profitable the significant investments they demand.

This should be a basic concern of a careful program that considers not only the country's circumstances, but also the goals this kind of collective equipments should achieve.

We will later address this program, exemplifying it with the presentation – from many others possible – of one case-study, the Almodóvar Municipal Library.

The Public Libraries National Network (RNBP) shows already a remarkable development and accomplishment:

- 262 municipalities supported through three typologies of libraries: BM1 in municipalities up to 20000 inhabitants, BM2 between 20000 and 50000 and BM3 with more than 50000 inhabitants, corresponding to around 85% of the country's total municipalities;
- 149 municipal public libraries built and working, for a total of 308 municipalities;
- 113 libraries in project, building, or installation;
- 84 libraries placed in rebuilt historical buildings, contributing this way to an improvement of the patrimony with architectural value;
- 65 libraries placed in buildings built from origin, which constitute new references in the country's public equipments architectonical landscape;
- Around 120 municipal libraries have the School Libraries Support Service (SABE) working, establishing therefore a fertile inter-relation with schools, broadening the space and services of school libraries through cooperation with public libraries and establishing scale

economies through the technical support and resources offered by these last;

In more recent years the development of the Public Libraries National Network (RNPB) program allowed, further than the support to the mainland municipalities, its extension to the Autonomous Regions of Azores and Madeira, where 11 libraries are now in project elaboration or starting construction phase.

The spaces program<sup>2</sup> and the functional specifications in which the different libraries projects were based on evolved with time, corresponding to the innovations brought by information and communication technologies, leading to an important rise in the access to the available information.

The different types of spaces that characterize the programme follow a philosophy of public opening in the public spaces: lobby, multi-use room, adult section, children section with the tales room. All this respecting principles of proper articulation and functionality in the private spaces, correspondent to the internal services: work offices, meeting room, reception desk, document treatment and maintenance room and respective deposits;

The practical application of this plan has been done by means of program-contracts established with the municipalities. This has resulted in many architectural and collective equipments integration in urban universe experiences, contributing to a renewal and revitalisation of the local cultural life, often stagnated. The case we present illustrates perfectly these important aspects of library implantation and integration in the environment.

Almodôvar – A case study that illustrates the inter relation between library and the community

The Almodôvar municipality is located in Baixo Alentejo, Beja district, between Caldeirão mountain range and the plains of Alentejo, around 200km far from Lisbon. Cereal crops and cattle breeding are its main economical activities.

The Almodôvar community, with 700 souls, it's concentrated in the town with 3750 inhabitants and in small villages, such as Rosário and Fernandes, with approximately 650 inhabitants each.

The place chose to build the library was a piece of land by the town's historical centre, being part of a block located in a expansion core, which also includes other structuring equipments: the bus station and the hospital.

The project elaboration process began in 1998, having the construction lasted 2 years. The opening of the library happened on April 5th 2004. The building has two floors and the total area is 900 square meters.

-The library was installed in a building built for it. It is a successful situation in how the spaces appropriation logic followed the guideline of making the contents wisely available. In a way that in every place of the library we can always find the proper place to present and find the information and the documents in their different forms;

-Since the beginning the project support to program elaboration from IPLB was guided with this idea always present, in a perfect collaboration between architects and librarians. The aim is to give the library a precise functionality, allied to a clear reading architecture, in a central located building well placed in the urban environment;

-The integration of the Almodôvar library in the community was exemplary. In a municipality with no modern public library before, shortly after the opening, the library became present in the local life daily routine, full with people from all ages, becoming so a real success

case, having today 20% of the population as active readers;

- Most of all, the library brought – and this is a point not much mentioned in its merits – a new public meeting point, further than a place to access knowledge and information: a place for learning but also for gathering, for conversation, for discussing ideas;

- The municipality collective life integration and the different kinds of activities developed by the library also mean supporting other local institutions. Among those, the support given to schools and their libraries through SABE (School libraries support service) shows a pragmatism that has been taking public libraries to support the schools of the communities where they are located. Becoming this way a technical support and a physical extension of schools and their libraries, expanding information sources and the kind of knowledge available, more direct and through a stronger experience between students and the community;

- It's remarkable that in an interior town, an isolated place lacking almost everything, the library became the local cultural centre. The basic knowledge gap that, in a way, isolated the Almodôvar population was defeated. Today there is the possibility for any inhabitant to access an assemblage of knowledge and information democratically available;

- Nowadays, in a society of people always more isolated, the communities that can keep collective living alive are those that better survive and better live. The possibility of people meeting at the library, dedicating themselves to the ancestral activity of simple opinion exchange, talk and argue, on the same time having access to new information and culture, offers these societies a new understanding of the world. This is crucial for people

to feel part of an active body, collectively identified and personalised. One community with its own personality.

As mentioned before, the Almodôvar library program was done in project and later in work based on the IPLB's Municipal Libraries Support Programme for Municipal Libraries of type 1. The project structure followed a logic model of space distribution to make it easily understandable by the public and to guarantee services functionality. From the solutions found we can describe some of its more relevant aspects:

- The lobby is an extension of the street, a public space that invites you in; an interior square that distributes the different functions, where library news and activities and local events are available;

- The multi-use room as an extension of the lobby, articulated with sliding panels. A place for discussion, for communication and small shows;

- The bar as a place for meeting and informal reading of newspapers and magazines;

- The adult section as a place to find different forms of expression, of culture and access to information, organized by theme, available for local analysis, domiciliary loan, auto learning and multimedia or internet access, etc;

- The children section as a space that stimulates and motivates youth inside the library, from recreational learning age to the teen years. Here all the demands for knowledge access can be foreseen, using the document archives and electronic research, making different forms of learning possible;

- The tale room, recreational space and small multi-use juvenile room, where stories are told or played, and images or music can be played;

-The internal services compactly organized in work and meeting spaces, functionally connected with the library public areas;

-The School Libraries Support Service – SABE – as a key service that broadened the library field of action in the relation with schools. This allowed a stronger inter-relation between schools and municipal public libraries with reduced means;

-The document maintenance and deposit as a platform of reception, treatment and distribution of documents;

Concluding, what is the future for the Public Libraries National Network and for the libraries themselves? In a way, as we observe, there is a remarkable development of the Network, on the other we are still far from the goal we proposed ourselves 20 years ago. 149 working public libraries already exist, but in some big cities like Lisbon or Porto we are still in an initial phase regarding the access to a real network of neighbourhood libraries. There are libraries in the head town of many municipalities but they lack however municipal networks to bring librarian services to clusters and isolated areas. One library in each municipality head town doesn't solve alone the access to all the population. Due to lack of resources many libraries work under the minimum services. The older libraries – some with more than 10 years – need to be updated and in some cases enlarged. The inter-relation with school libraries should be broadened and the support more developed.

We can say that a minimum service from the Public Libraries National Network corresponds to one library per municipality. However, the desirable development would only be truly reached when every citizen has the support of a library or a librarian service in its proximity.

06.04.26

<sup>1</sup> MOURA, Maria José (Coord.) – Public reading: municipal libraries network: report. Lisbon: Culture State Secretary, 1986

<sup>2</sup> PORTUGAL, Portuguese book and libraries institute – Municipal libraries support program: 2004

---

Moura, M. J., & Braga, A. M. (2006). Public Libraries National Network: The emancipation of a foundation project. In IASL Annual Conference Proceedings. (7 p.)

# Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Uma “revolução silenciosa”

Cortês, J. M. & Oleiro, M. Bibliotecas em Portugal: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, 2016

Para esta obra, que considero sobretudo de Arquitectos, solicitem-me um testemunho pessoal, atendendo a que fui a Bibliotecária nomeada para coordenar o pequeno Grupo de Trabalho que, há já três dezenas de anos, pensou o Plano que é de alguma forma o seu objecto. Recordo, aliás, que para o integrar, eu própria sugeri de imediato o nome do arq. Pedro Vieira de Almeida — como depois também o de Joaquim Macedo Portilheiro, a que se acrescentou o de Maria Teresa Calçada - por conhecer a sua experiência e interesse em equipamentos colectivos, pelo que foi muito importante na sua concretização, no curto prazo de três meses que nos fora proposto. Isso é tanto mais verdade, quanto não se ter conseguido, em tempo útil, a colaboração do pretendido especialista em planeamento urbano.

Propommo-nos, tal como nos foi pedido, lançar sobretudo um olhar prospectivo — forçosamente não muito aprofundado — ao que poderemos imaginar que virão a ser no futuro as bibliotecas públicas.

No colectivo profissional em que me insiro, esse é um debate que tem vindo a prosseguir, no meio de algumas controvérsias e de opiniões evadidas de radicalismos de sinal contrário e por vezes com certa tonalidade corporativa.

Sempre acreditei que as bibliotecas públicas deverão ser “um espelho da sociedade”, pelo que têm que acompanhar, ou se possível antecipar, toda a evolução

que nesta se regista, nos seus diferenciados e múltiplos aspectos. Só assim justificarão a sua própria existência — sabendo-se até que tal necessidade já vem sendo posta em causa — mas desde que se mantenham aptas, vigilantes, credíveis e com a paciência de assegurar e salvaguardar os valores que desde sempre são afinal os da sua verdadeira essência, aliás bem corporizados nos princípios do conhecido Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública.

No nosso país fizeram-se sentir vários avanços e também neste domínio, como tem sido amplamente descrito<sup>2</sup> por alguns estudiosos do sector, isentando-me assim de me alongar sobre uma estória nem sempre edificante, mas que tem de continuar a ser um estímulo para os jovens profissionais que militam nesta causa, que já hoje finalmente se soube impor como de activa cidadania!

Num breve olhar retrospectivo, impõe-se no entanto recordar certos factos que ajudam a esclarecer em parte as actuais fragilidades e insuficiências do projeto de que trata este livro, na expectativa de que esse reconhecimento conduza à sua necessária e urgente correcção, uma vez que haja recursos e vontade política para fazer avançar um programa que afinal ficou a meio caminho. Nesse sentido e recuando até para além de 1850, data do 19 Library Act em Inglaterra, é também preciso lembrar que, dos 28 países que fazem actualmente parte da União Europeia, apenas Chipre, França, Lituânia e Portugal não têm uma lei de bibliotecas!

Como contraponto, há porém que realçar — depois da Real Biblioteca Pública que deu origem à nossa Biblioteca Nacional — logo em 1805 Frei Manuel do Cenáculo ter criado a Biblioteca Pública de Évora, a que se seguiram várias outras. E continuando a invocar o nosso passado já distante, é justo salientar que ainda durante a Revolução Liberal e até antes das vicissitudes por que passou a República, rapidamente submersa numa longa noite de “apagada e vil tristeza”, foi publicada legislação para constituir bibliotecas públicas nas capitais de distrito e, alguns anos mais tarde (1870), com o objectivo de criar as Bibliotecas Populares, para funcionarem na sede dos municípios, e para as quais se preconizavam já então ideias de grande abertura democrática e modernidade, se atendermos à época.

Quanto às regras que, em 1986, indicámos para servir de orientação à criação da Rede de Bibliotecas Municipais — dotação de colecções enciclopédicas e em diversos suportes, com livre acesso às estantes, empréstimo domiciliário, secções distintas para crianças e para adultos e gestão profissionalizada — surgiam entre nós quase todas como novidades, inspiradas no Manifesto da UNESCO.

Procurava-se ainda adequar a respectiva dimensão à população a servir, sendo esse o factor, acompanhando também o preço arbitrado por mim, com que rigorosamente se determinava a comparticipação financeira do Governo. Era esta consignada em contrato-programa para ser transferida faseadamente, só quando já tivessem sido efectivadas todas as correspondentes despesas, e ficando os restantes custos a cargo do Município ao qual pertencia de jure a nova biblioteca que nele se instalava. Para além da regular aquisição futura da mais recente bibliografia e, por essa forma, prosseguindo a indispensável actualização dos fundos, pressupunha-se também,

numa inovadora linha de natural evolução, a progressiva necessidade de dotação de outros recursos tecnológicos, financeiros e humanos que raramente mais tarde lhes foram de facto disponibilizados.

Após uma dezena de anos de regular operacionalização nos mesmos moldes, viu-se como indispensável proceder à sua avaliação técnica e, como consequência, foi tecnicamente proposta logo nessa altura uma diferente afectação de parte do envelope financeiro de que se previa vir a dispor nos anos seguintes. A decisão política, pelo contrário, foi a de prosseguir ainda no mesmo rumo, e continuar a abrir um processo anual de candidaturas para a instalação de novas bibliotecas, como muitos Municípios então reclamavam. E sabe-se como as verbas do PIDDAC foram entretanto diminuindo...

Hoje lamenta-se generalizadamente a mais limitada actuação do organismo que, a nível da Administração Central, com ténua responsabilidade pelo projeto, ao qual passou a prestar tão só apoio e orientações técnicas, assim como pequenas ajudas esporádicas.

Parece, porém, que poderão continuar a ser integradas ou tras bibliotecas, desde que basicamente cumpram funções do mesmo tipo com um mínimo de qualidade, no sentido de se inserir, se assim quiserem, na que desde há anos se convencionou designar como Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, portanto mais abrangente, quer tenham ou não assinado em fases anteriores um contrato-programa tipo e sejam de tutela municipal, regional ou nacional.

E se a cooperação é considerada há muito como indispensável ao desenvolvimento de todo o tipo de serviços, é cada vez mais de exigir quando estes assentam, como é o caso, em políticas públicas e são financiados com recursos provenientes dos impostos dos contribuintes. No sector

das bibliotecas, sem abandonar a já conhecida abordagem sistémica, desde que informada e consistente, há que registar a progressiva interacção das públicas com as escolares e também com as académicas. Ao analisar as públicas pelo menos, é hoje cada vez mais patente que o foco deixou de se situar nas colecções para se fixar decididamente no utilizador, no estudo e na satisfação das suas necessidades e aspirações. E nesta profunda alteração reside de facto a maior promessa de futuro...

Fala-se ainda muito na biblioteca híbrida, em que as tecnologias recentes coexistem em espaços sempre muito apreciados de leitura e estudo, onde utilizadores de diferentes faixas etárias, e portanto com distintos interesses, sem esquecer os relacionados com a ciência, vão em busca de novas formas de leitura, de conhecer a literatura e outras artes ou ainda simplesmente — no encontro inesperado e casual com um livro que lhes despertou a imaginação — podem sonhar com mundos desconhecidos... E verdade que hoje já é dispensável aceder à muita informação da biblioteca dentro das suas paredes ou num dado espaço físico, visto que é possível fazê-lo de onde quer que nos encontremos, 24 sobre 24 horas, o que também explica muitas das transformações que nela ocorreram e conduzem à afirmação, muitas vezes ainda exagerada, de que as conexões substituíram as colecções. Está demonstrado, porém, em resultado do desenvolvimento vertiginoso das comunicações, que ao lado dos computadores pessoais, cresce exponencialmente o uso dos dispositivos móveis que já vieram transformar toda a nossa vida pessoal e de sociedade.

No entanto, a ética e a responsabilidade de um serviço de biblioteca, nas suas diferentes modalidades, continuam a fundamentar-se na sua total exigência de rigor, verdade e pertinência, o que lhe concede uma credibilidade inigua-

vel, impondo também aos seus profissionais, para além da inerente e adequada formação que especificamente os acredita para tais funções, a obrigação de com regularidade cuidarem de aperfeiçoar os conhecimentos que sejam reconhecidos como nucleares na sua actividade.

Sobretudo no que se refere às bibliotecas públicas, uma grande flexibilidade dos espaços nas novas instalações a construir ou a reformular tornou-se fundamental para possibilitar o desenvolvimento de múltiplas e cada vez mais diversificadas actividades, caracterizadas por uma constante inovação, que as mais recentes já passaram a disponibilizar por sua iniciativa. Mas outras também possibilitam a própria experimentação e capacitação à medida das escolhas dos que as procuram, buscando assim activamente despertar, apoiar e valorizar a criatividade dos seus utilizadores de todas as idades e condições. Levam-nos assim a ultrapassar a sua anterior qualidade de meros consumidores, ao oferecer-lhes um ambiente propício e fértil para nelas conceberem a sua produção individual e de grupo e o constante desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, enriquecimento pessoal e colectivo, de entretenimento e lazer.

Em muitas foi possível criar, por exemplo, laboratórios de arte digital, áudio-produção e novas técnicas de auto-formação, e outras passaram já a partilhar as suas instalações com centros profissionais ou de emprego, informação aos consumidores ou pequenas incubadoras de empresas, o que pode revelar-se de muita importância em localidades do interior ou distantes dos grandes centros

Não pode esquecer-se entretanto que, em paralelo, ainda algumas permanecem mais empenhadas em cumprir a sua missão básica de combate ao analfabetismo funcional e à difusão da informação mais elementar,

indispensável à vida de populações carenciadas ou da periferia.

Como foi referido, é talvez aqui que começam as diferenças de opinião quanto a visionar o futuro — mas que em alguns casos é já o presente — o qual, se nos deve interessar como público atento e informado, muito mais nos interpela em quanto profissionais.

E se nem sempre será fácil um contacto pessoal e directo com algumas moderníssimas bibliotecas, já por muitos cita das, de países desenvolvidos, hoje as tecnologias de que dispomos não autorizam a que nos mantenhamos numa cómoda rotina ou fechados num muro de desconhecimento, pois possibilitam-nos pelo menos uma proximidade virtual, não esquecendo uma leitura atenta sobre as actuais tendências, já analisadas e debatidas em criteriosos estudos<sup>3</sup> e recomendações de organismos internacionalmente reconhecidos.

Alguns mais precipitados ou apenas preocupados em não perder o “ar do tempo” e iludidos com “falsos modernismos, passaram entretanto a sua certidão de óbito às bibliotecas, sem atentar na grande evolução que nelas se opera todos os dias, ignorando ou esquecendo as novas e magníficas realizações que ao longo dos últimos anos têm surgido em muitos países, nomeadamente na Dinamarca, Holanda, Finlândia ou nos mais distantes EUA e Japão.

A crise financeira agravada pela insensibilidade ou inoperância política, em alguns outros conduziram de facto por vezes ao seu encerramento, alegando que se tornaram desnecessárias por obsoletas e justificando desse modo as manifestações de letargia e o descaso de que estão a ser vítimas. É na verdade obrigatório que se modernizem e saibam devidamente integrar-se no mundo digital que é hoje o nosso e que as crianças, parecem agora dominar tão facilmente. Isso requer sem dúvida maiores recursos

financeiros, assim como o já referido esforço redobrado de formação e actualização dos recursos humanos de que dispõem, mas com um maior enfoque nas funcionalidades dos sistemas, mais ainda do que nas tecnologias da informação e comunicação. O excesso de informação que prolifera em muitas redes, quantas vezes sem garantia de avaliação criteriosa e em que alguns julgam que podem dispensar qualquer mediação profissional ou científica, não produz forçosamente conhecimento, mas antes uma ilusória facilidade, dado o seu imediato acesso.

Às bibliotecas em geral e aos seus profissionais também cabe inquestionavelmente um papel educacional e formativo que nem sempre lhes é reconhecido — desde logo para superar o chamado fosso digital, e apoiar a progressiva inclusão social não só dos que já as utilizam, mas também dos que for mesmo possível trazer, dentro e fora das suas paredes, para os apoiar na aprendizagem ao longo da vida e a desenvolver a desejável interacção com a sua comunidade, que já hoje são considerados como dos mais valiosos e essenciais contributos das bibliotecas públicas, atendendo às legítimas aspirações de igualdade e bem estar, mas que as crises de todo o tipo continuam porém a dificultar.

Assim, para os seus habituais leitores, são agora organizados os variados programas, de preferência com a sua participação e empenho pessoal, tornando-os utilizadores de novos equipamentos, ferramentas e instrumentos musicais ou outros, em princípio gratuitos, que não se encontram em geral facilmente acessíveis aos cidadãos comuns ou de poucas posses, e só ali disponíveis, nesses locais abertos sem restrições, luminosos, confortáveis e com horários alargados, como se espera das modernas bibliotecas públicas, em especial quando dotadas de espaços flexíveis multiusos.

Aí, onde se costumava sobretudo trazer à leitura ou em prestar livros e outros documentos, quer de carácter literário, quer também científico e artístico — já em diversos suportes nas últimas décadas e sem que por isso fosse necessário substituir a designação de Biblioteca — encontra-se hoje uma panóplia de objectos diferenciados para uso no local ou no exterior, de que com algum exagero foram inventariadas dezenas de espécies.

Neste ponto poderá extremar-se o debate: devem estes ser utilizados apenas na biblioteca, quando se trate de equipamentos mais dispendiosos ou complexos, que implicam a existência de verbas nem sempre disponíveis na grande maioria? Não restam dúvidas todavia que é essencial pelo menos ensinar a utilizá-los — como antes já fora feito com as TIC — levando a apreender as suas diferentes aplicações e possibilidades de uso: daí resulta uma ainda maior exigência na capacitação dos funcionários e no respectivo grau de conhecimentos, cada vez mais especializados.

Outra das necessidades genéricas que existem nesses organismos resulta num trabalho de produção local e/ou reutilização de dados de proveniência governamental, de diferentes níveis e características, que se reportam não só ao quotidiano da vida em comum e ainda mais necessárias nas periferias, mas inerentes ao legítimo desejo de garantir a todos cada vez maior justiça, fiabilidade e transparência. Por fim, e de certo modo ainda inserido nesse capítulo, há que reconhecer-lhes mais um novo esforço que já alastrou a diferentes latitudes e pode ser determinante não apenas na desejável diminuição dos seus elevados custos, mas sobre tudo para a qualidade da informação, sobretudo científica: referimo-nos aqui ao conceito de acesso aberto, que hoje parece imparável.

Tais percepções reforçam o meu entendimento de que na biblioteca não só do futuro, mas na dos nossos dias, têm que desenvolver-se competências diversificadas, que não só as presentes habitualmente na maioria dos actuais planos de estudo de biblioteconomia. A sua normal inserção no nosso ambiente de trabalho com abertura a outras profissões é hoje inquestionável, se formos lúcidos... Vai, no entanto, obrigar a encontrar um sempre difícil equilíbrio entre meios e fins e a proceder desde logo a uma análise rigorosa dos objectivos concretos do organismo em questão — actualizando-os se necessário — e da melhor estratégia para os atingir, tal como da avaliação dos recursos materiais e humanos com que de facto se conta e dos que para esse fim indispensáveis.

Reconhece-se que há também bibliotecários, já próximo dos bibliófilos, que valorizam em especial os livros e outras espécies em suporte papel, e para os quais se torna mais difícil aceitar as novas realidades das profissões da informação, o que os leva por vezes a reagir com receio ou mais negativamente. Mas além das preciosas colecções de livro antigo que se acumulam sobretudo, mas não exclusivamente, em grandes bibliotecas patrimoniais, e são o seu mais que justificado motivo de orgulho, em muitas das nossas bibliotecas públicas existem interessantíssimas colecções do chamado “fundo local” que, se inteligentemente valorizado e difundido, pode tornar-se um excelente contributo para afirmar e enriquecer a identidade dessa seu historial, estimulando-a a projetar o melhor futuro.

Assume por isso extrema importância esse tipo de fundo, tal como a história oral, desde logo no contexto local e regional, relativamente à preservação da memória, quando hoje se alarga e valoriza cada vez mais o conceito de património imaterial, que pode ser muito bem salva-

guar dado e criteriosamente divulgado, nomeadamente através da rede de bibliotecas municipais. É assim que se faz também comunidade!

Se de todas as anteriores considerações resulta manifesto que nos nossos dias há uma grande variedade de organismos bastante diferenciados a reclamar-se da designação de bibliotecas públicas, não duvidamos que o futuro ainda nos trará por certo muitas surpresas, mesmo na continuação das que aqui são referidas especificamente e que entre nós já se designaram como “uma revolução silenciosa”. Esperemos que possam escapar à aparente fatalidade dos riscos que agora as cercam e, servindo todos os seus públicos, continuem efectivamente a ser a verdadeira praça da comunidade.

Janeiro 2016

---

Moura, M. J. (2016). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: uma revolução silenciosa. In Cortês, J. M. & Oleiro, M. Bibliotecas em Portugal: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (pp. 10-19). Caleidoscópio.

## BIBLIOGRAFIA

Moura, M. J. (1978). Prefácio. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. 34(2), s. p. (2 p.) [Homenagem a Jorge Peixoto].

Moura, M. J. (1983). Editorial. *Cadernos BAD*, 1, 3-5. <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.930>

Moura, M. J. (1984). Editorial. *Cadernos BAD*, 1, 3-4. <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.2181>

Moura, M. J. (1984). Colóquio Internacional - Harmonização dos Programas de Ensino e de Formação em Ciências da Informação, Biblioteconomia e Arquivística. *Cadernos BAD*, 2, 7-15. <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.2192>

Moura, M. J. (1985). Editorial. *Cadernos BAD*, 1/2, 3-6. <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.2205>

Moura, M. J. (1987). La situation des bibliothèques universitaires au Portugal. In *53rd IFLA council and general conference*. (pp. 10-12).

Moura, M. J. (1987). Para uma política de Leitura Pública. In *Actas do 2º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: A integração europeia: um desafio à informação*. (vol. 1, pp. 521-528). Minerva.

Moura, M. J. (1987) *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais: relatório*. Secretaria de Estado da Cultura.

Moura, M. J. (1992). Public libraries in Portugal. In *Nordic public library policies - with an eye to the rest of Europe*. (pp. 24-25). Norwegian Directorate for Public and School Libraries.

Moura, M. J. (1993). Au Portugal bibliothèques de lecture publique. *Bulletin d'informations-Association des bibliothécaires français*. 158, 25-27.

Moura, M. J. (1993). Welcome address. In IFLA. Section of Public Libraries, *IFLA Seminar: Revision of the UNESCO Public Library Manifesto '72* (pp. 7-8). Bibliomédia

Moura, M. J. (1996). Prefácio. In H. B. Nunes. *Da biblioteca ao leitor*. (pp. 11-13). Autores de Braga.

Moura, M. J. (1998). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, 10 anos depois. In *Actas do 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* (pp. 179-188). BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/2517>

Moura, M. J. (1998). As Bibliotecas Portuguesas na Sociedade da Informação. In *Actas do 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. (pp. 55-62). BAD. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/2469>

Moura, M. J. (2003). Au Portugal, la constitution d'un réseau. *Bulletin des bibliothèques de France (BBF)*, 2, 63-65. <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2003-02-0063-015>

Moura, M. J., & Braga, A. M. (2006). Public Libraries National Network: The emancipation of a foundation project. In *IASL Annual Conference Proceedings*. (7 p.)

Moura, M. J. (2008). Bibliotecas e cidadania. In *20 anos de leitores e bibliotecas: actas do seminário* (pp. 19-22). Câmara Municipal.

Moura, M. J. (2016). *Leitura Pública: 30 anos depois*. BAD

Moura, M. J. (2016). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: uma revolução silenciosa. In Cortês, J. M. & Oleiro, M. *Bibliotecas em Portugal: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas* (pp. 10-19). Caleidoscópio.

#### **Coordenação:**

Moura, M. J. (Coord.). (1986). *Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais: relatório*. Secretaria de Estado da Cultura.

Moura, M. J. (Coord.). (1987). *Projecto de apoio às bibliotecas municipais: relatório complementar*. Secretaria de Estado da Cultura.

Moura, M. J. (Coord.). (1996). *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Ministério da Cultura.

Moura, M. J. (Coord.). (2001). *A casa dos livros*. Círculo de Leitores, IPLL

Moura, M. J. (2016). *Leitura Pública: 30 anos depois*. BAD

